UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

EDUARDO DA SILVA CORREIA

ENTRE A HIERARQUIA E HETERARQUIA
INTERAÇÕES INTERESCALARES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DE MARINGÁ/PR





Presidente Prudente, São Paulo
2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Câmpus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

EDUARDO DA SILVA CORREIA

ENTRE A HIERARQUIA E A HETERARQUIA: INTERAÇÕES INTERESCALARES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DE MARINGÁ/PR

Presidente Prudente, São Paulo

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Câmpus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Entre a Hierarquia e a Heterarquia: Interações Interescalares e a Produção do Espaço Urbano-Regional de Maringá/PR

Eduardo da Silva Correia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Câmpus de Presidente Prudente, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio José Veríssimo Catelan

Presidente Prudente, São Paulo

2026

C824e

Correia, Eduardo da Silva
Entre a Hierarquia e a Heterarquia : Interações Interescalares e a Produção do Espaço Urbano-Regional de Maringá/PR / Eduardo da Silva Correia. -- Presidente Prudente, 2026
157 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Márcio José Veríssimo Catelan

1. Cidades médias. 2. Cidades pequenas. 3. Urbano-Regional. 4. Interações espaciais. 5. Hierarquia-Heterarquia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa propõe um significativo avanço teórico na Geografia Urbana e Regional ao operacionalizar o par dialético hierarquia-heterarquia urbana no contexto de redes não metropolitanas do interior do Brasil. A investigação supera modelos rígidos e unívocos de comando territorial ao demonstrar como cidades médias e pequenas desempenham papéis funcionais múltiplos, articulando simultaneamente lógicas verticais de gestão e conexões horizontais de complementaridade. No plano metodológico, a dissertação consolida uma abordagem inovadora ao integrar a análise comparativa das metodologias institucionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — a Região de Influência das Cidades (REGIC 2018) e a Divisão Urbano-Regional (DUR 2021) — com a modelagem cartográfica temática em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). O emprego de algoritmos de classificação espacial, como as quebras naturais de Jenks, estabelece um rigoroso protocolo de geoprocessamento orientado à interpretação crítica e explicativa da diferenciação socioespacial. Os resultados empíricos fornecem subsídios diretos para superar os limites do planejamento urbano estritamente municipal. Ao evidenciar a intensa integração funcional do Arranjo Populacional (AP) de Maringá/PR — abrangendo a Aglomeração Urbana de Maringá (AUM), formada através da continuidade/contiguidade espacial do tecido urbano dos municípios de Sarandi/PR, Paiçandu/PR e Marialva/PR — e o mapeamento dos fluxos de mobilidade pendular, a pesquisa instrumentaliza formuladores de políticas públicas na estruturação de mecanismos formais de governança e cooperação supramunicipal. A delimitação das redes de atração temática (comércio, saúde de média/alta complexidade, ensino superior e logística de transporte) permite identificar gargalos infraestruturais e subsidiar a descentralização regional de serviços públicos. Isso orienta a alocação de investimentos estatais e fortalece polos secundários da rede — como Cianorte/PR, Campo Mourão/PR, Umuarama/PR e Paranavaí/PR —, atenuando a sobrecarga funcional sobre o núcleo central. Ao lançar luz sobre as contradições do espaço urbano-regional, a pesquisa denuncia os impactos da especulação imobiliária no polo e o consequente processo de segregação socioespacial que empurra populações de menor renda para periferias formadas pelas cidades pequenas desprovidas de equipamentos urbanos. Ademais, ao reafirmar a relevância social destas cidades pequenas como espaços de vida, sociabilidade e pertencimento — a despeito do esvaziamento demográfico —, a dissertação fornece embasamento para a defesa da equidade territorial e do direito ao lugar.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research proposes a significant theoretical advancement in Urban and Regional Geography by operationalizing the dialectical pair of urban hierarchy and heterarchy within non-metropolitan networks in interior Brazil. The investigation moves beyond rigid, univocal models of territorial command by proving how medium-sized and small cities fulfill multiple functional roles, articulating vertical management logics alongside horizontal connections of complementarity. Methodologically, the dissertation consolidates an innovative approach by integrating a comparative analysis of the institutional methodologies of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) — the Regions of Influence of Cities (REGIC 2018) and the Urban-Regional Division (DUR 2021) — with thematic cartographic modeling in a Geographic Information System (GIS) environment. The use of spatial classification algorithms, such as Jenks' natural breaks, sets up a rigorous geoprocessing protocol oriented toward a critical and explanatory interpretation of socio-spatial differentiation. The empirical findings provide direct input to overcome the limits of strict municipal urban planning. By highlighting the intense functional integration of the Maringa, Parana Population Arrangement (PA) — which encompasses the Urban Agglomeration of Maringa (UAM), formed through the spatial continuity/contiguity of the urban fabric of the municipalities of Sarandi, Paicandu, and Marialva — and mapping commuting mobility flows, the research equips public policy makers to structure formal mechanisms for supramunicipal governance and cooperation. Delineating thematic attraction networks (retail, medium- and high-complexity healthcare, higher education, and transport logistics) allows for the identification of infrastructural bottlenecks and supports the regional decentralization of public services. These guides state investment allocation and strengthens secondary hubs in the network — such as Cianorte, Campo Mourao, Umuarama, and Paranavai —, mitigating functional overconcentration on the central core. By shedding light on the contradictions of urban-regional space, the research exposes the impacts of real estate speculation at the regional core and the resulting process of socio-spatial segregation that pushes lower-income populations into peripheries formed by small cities lacking urban amenities. Furthermore, by reaffirming the social relevance of these small cities as vital spaces for living, sociability, and belonging — despite demographic decline —, the dissertation provides a solid foundation to defend territorial equity and the right to place.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: ENTRE A HIERARQUIA E A HETERARQUIA: INTERAÇÕES INTERESCALARES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANOREGIONAL DE MARINGÁ/PR

AUTOR: EDUARDO DA SILVA CORREIA
ORIENTADOR: MÁRCIO JOSÉ CATELAN

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCIO JOSE CATELAN
Data: 14/09/2026 10:25:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia e Planejamento / UNESP / Câmpus de Ourinhos - FCTE

Documento assinado digitalmente
gov.br
SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS
Data: 14/09/2026 11:26:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS (Participaçao Virtual)
Faculdade de Ciências e Tecnologia - Câmpus de Presidente Prudente

Documento assinado digitalmente
gov.br
VITOR KOITI MIYAZAKI
Data: 14/09/2026 12:16:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. VITOR KOITI MIYAZAKI (Participaçao Virtual)
Instituto de Ciências Humanas do Pontal / UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Presidente Prudente, 31 de agosto de 2026.

AGRADECIMENTOS

Ao encerramento desta etapa fundamental de minha trajetória acadêmica e pessoal, expresso minha mais profunda gratidão a todos que, direta ou indiretamente, tornaram viável a realização desta pesquisa:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio José Veríssimo Catelan, por sua condução brilhante, paciência e rigor intelectual. Agradeço não apenas pelo direcionamento teórico e metodológico impecável ao longo de todo o percurso, mas, sobretudo, por sua amizade genuína, generosidade e incentivo constante nos momentos de incerteza. Ter trabalhado sob sua orientação foi um verdadeiro privilégio científico e humano.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/09078-4. Seu indispensável financiamento e apoio institucional concedidos por meio da Bolsa de fluxo contínuo de nível Mestrado e da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) — processo nº 2024/03662-9 — viabilizaram a dedicação exclusiva à pesquisa e permitiu a ampliação de horizontes teóricos no exterior, consolidando este trabalho em bases sólidas. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Seu indispensável apoio através do financiamento concedido por meio da Bolsa de modalidade Mestrado através do Programa de Excelência Acadêmica/Regulamento do PROEX - IES Pública (processo nº 88887.841221/202300), com vigência de 01 de abril de 2023 a 30 de novembro de 2023, permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa no decorrer deste período.

Ao Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), pelo ambiente de debate crítico, acolhimento e constante estímulo intelectual. Em especial, agradeço aos professores Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo e a Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, cujas reflexões, ensinamentos e generosidade acadêmica foram norteadores cruciais na minha formação e na maturação das categorias geográficas trabalhadas nesta dissertação.

Aos companheiros de pesquisa do laboratório, pela convivência rica, pelas trocas de conhecimento e pelo apoio mútuo nas rotinas acadêmicas. Um agradecimento especial ao Gustavo Santana da Silva, pela parceria de estudos, pelas profícuas discussões teóricas e pela presença constante nesta caminhada.

Aos meus leais amigos Felipe Costa, Izabela Balizardo e Igor Sufi, por estarem ao meu lado em cada momento desta jornada, oferecendo apoio incondicional, escuta atenta, momentos de leveza e uma amizade que renovou minhas energias ao longo de todo o mestrado.

Ao Ministério Eterna Missão, por manter minha fé inabalável mesmo nos momentos mais sombrios. Se Jesus deu a Pedro as chaves dos Céus para conectar a Igreja Católica Apostólica Romana ao seu Reino. O Eterna Missão permitiu que eu pudesse manter-me conectado com minhas origens e me reorientar quando me desviei da rota.

À minha família, base constante de quem sou: aos meus pais, Marlene Ferreira da Silva e Venildo Ciqueira, pelo amor incondicional, pelos sacrifícios diários e por acreditarem nos meus sonhos mesmo quando os caminhos pareciam difíceis. Aos meus avós, Maria José da Silva e Jesus Ferreira da Silva, cujos valores, sabedoria e afeição são a bússola moral que guia todos os meus passos. A conquista deste título de mestre pertence também a vocês.

A todos que torceram e contribuíram para que este trabalho se concretizasse, meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá."

— Milton Santos, A Natureza do Espaço (1996)

RESUMO

Esta dissertação foi elaborada com a proposta de compreendermos as dinâmicas urbano-regionais que estruturam as redes de cidades no Brasil contemporâneo, elegendo as interações espaciais interescalares como eixo interpretativo central. O arcabouço teórico-epistemológico fundamenta-se na perspectiva dialética entre as lógicas de hierarquia e heterarquia urbana, no âmbito do qual cidades médias e pequenas assumem papéis funcionais complexos que ora complementam, ora tensionam a tradicional subordinação vertical. Investiga-se como os fluxos de população, logística e capital, quando articulados às classificações oficiais, revelam processos de diferenciação socioespacial e produção desigual do espaço. Metodologicamente, a pesquisa apoia-se na análise comparativa crítico-metodológica entre os estudos institucionais do IBGE — a Região de Influência das Cidades (REGIC 2018) e a Divisão Urbano-Regional do Brasil (DUR 2021) —, amparada por levantamento técnico de dados tabulares, cartografia temática e geoprocessamento em ambiente SIG. O recorte empírico incide sobre o Urbano-Regional do Norte/Noroeste do Estado do Paraná, com foco específico no Arranjo Populacional (AP) de Maringá e sua região de influência. Os resultados evidenciam a relação contraditória entre a centralidade multidimensional do polo e a dependência funcional das cidades pequenas conectadas. Identifica-se a consolidação de um aglomerado urbano em continuidade/contiguidade ao longo do eixo da rodovia BR-376 — Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva —, caracterizado por intensos fluxos de mobilidade pendular diária de trabalhadores e estudantes. Tais constatações validam a hipótese central da coexistência de padrões hierárquicos verticais de comando e arranjos heterárquicos horizontais de complementaridade reticular na polarização exercida pela cidade média. Em síntese, o trabalho valoriza os estudos oficiais como subsídios essenciais para desvendar a complexidade do sistema urbano brasileiro e orientar o planejamento territorial de caráter supramunicipal.

Palavras-chave: Cidades médias; Cidades pequenas; Urbano-Regional; Interações espaciais; Hierarquia-Heterarquia.

ABSTRACT

This dissertation was developed to examine the urban-regional dynamics structuring city networks in contemporary Brazil, selecting interscalar spatial interactions as its central interpretive axis. The theoretical and epistemological framework is grounded in a dialectical perspective between the logics of urban hierarchy and heterarchy, wherein medium-sized and small cities assume complex functional roles that both complement and challenge traditional vertical subordination. It investigates how population, logistical, and capital flows, when articulated with official classifications, reveal processes of socio-spatial differentiation and the uneven production of space. Methodologically, the research relies on a critical comparative analysis of official studies by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) — the Regions of Influence of Cities (REGIC 2018) and the Urban-Regional Division of Brazil (DUR 2021) —, supported by tabular data collection, thematic cartography, and GIS geoprocessing. The empirical scope focuses on the Urban-Regional space of Northern/Northwestern Parana, State, Brazil, with a specific focus on the Maringa Population Arrangement (PA) and its sphere of influence. The results highlight the contradictory relationship between the multidimensional centrality of the regional core and the functional dependency of the connected small cities. The study identifies the consolidation of an urban agglomeration marked by spatial continuity/contiguity along the BR-376 highway axis — Maringa, Sarandi, Paicandu, and Marialva —, characterized by intense daily commuting flows of workers and students. These findings confirm the central hypothesis about the coexistence of vertical hierarchical command patterns and horizontal heterarchical arrangements of reticular complementarity in the polarization exerted by the medium-sized city. In summary, the work emphasizes official studies as essential resources for unraveling the complexity of the Brazilian urban system and guiding supramunicipal territorial planning.

Keywords: Medium cities; Small cities; Urban-Regional; Spatial interactions; Hierarchy-Heterarchy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparativo entre os Estudos: Divisão Urbano-Regional do Brasil e Região de Influência das Cidades 21

Quadro 2. Estrutura da Divisão Urbano-Regional 59

Quadro 3. Comparativo entre Cartografia Temática e Sistemática 64

Quadro 4. Categorias de Análise Espacial 65

Quadro 5. Cartografia Temática e Dinâmicas Urbano-Regionais 67

Quadro 6. Modelo de Redes Interligadas 71

Quadro 7. Avanço dos Estudos Oficiais sobre o Sistema Urbano 73

Quadro 8. Enfoques Analíticos Complementares adotados nos Estudos Oficiais 75

Quadro 9. Limitações do Estudo: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 79

Quadro 10. Divisão Urbano-Regional e Regiões Geográficas 82

Quadro 11. Critérios Multidimensionais Incorporados pela Divisão Urbano-Regional do Brasil 88

Quadro 12. Aplicação da REGIC em conjunto a Divisão Urbano-Regional 89

Quadro 13. Redefinição da Rede Urbana do Estado do Paraná 106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Divisão Urbano-Regional e Classificação Hierárquica do Arranjo Populacional de Maringá/PR 19

Mapa 2. Ligações entre as Capitais Regionais do Brasil 72

Mapa 3. Fluxo de Pessoas da Região Intermediária de Articulação Urbana e da Aglomeração Urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR 96

Mapa 4. Principais Hipermercados e Shopping Centers de Maringá/PR 98

Mapa 5. Classificação Hierárquica da Região Intermediária e das Regiões Imediatas de Articulação Urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR 99

Mapa 6. Aglomeração Urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR 101

Mapa 7. Transporte de pessoas e cargas no Urbano-Regional de Maringá/PR 111

Mapa 8. Índice de Atração do Urbano-Regional do Arranjo Populacional de Maringá/PR 111

Mapa 9. Classificação dos estabelecimentos comerciais de Maringá/PR 112

Mapa 10. Índice de Atração Temática para Aeroporto 113

Mapa 11. Alocação de pessoas por transporte aéreo 114

Mapa 12. Índice de Atração Temática para Atividades Culturais 116

Mapa 13. Índice de Atração para Atividades Esportivas 117

Mapa 14. Índice de atração temática para compra de móveis e eletroeletrônicos 118

Mapa 15. Índice de atração temática para compra de vestuário e calçados 119

Mapa 16. Índice de atração temática para ensino superior 120

Mapa 17. Índice de atração temática para jornais 122

Mapa 18. Índice de atração temática para saúde de alta complexidade 123

Mapa 19. Índice de atração temática para saúde de baixa e média complexidades 124

Mapa 20. Índice de atração temática para transporte público 125

Mapa 21. Índice de atração de atividades de serviços 126

Mapa 22. Classe de Centralidade de Atividades Financeiras 127

Mapa 23. Índice de diversidade das atividades de Comércio 130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. "Um sistema de lugares centrais segundo o princípio de mercado" 32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

AP – Arranjo Populacional

AUM – Aglomeração Urbana de Maringá

BEPE – Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (FAPESP)

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMNP – Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná

CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DUR – Divisão Urbano-Regional

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FSE – Formação Socioespacial

GAsPERR – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais

GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPPLAM – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

MNT – Modelos Numéricos de Terreno

ONTL – Observatório Nacional de Transporte e Logística

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROEX – Programa de Excelência Acadêmica (CAPES)

QGIS – Quantum GIS (Sistema de Informação Geográfica)

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

RGI – Região Geográfica Intermediária / Região Geográfica Imediata

RMM – Região Metropolitana de Maringá

SGDES – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Paraná

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SIGP – Sistemas de Informação Geográfica Participativos

SIVAMAR – Sindicato dos Lojistas do Comércio e Comércio Varejista de Maringá e Região

SR – Sensoriamento Remoto

SRC – Sistema de Referência de Coordenadas

TIC / TIC´s – Tecnologias de Informação e Comunicação

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

SÚMARIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I. DIALÉTICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL: DAS ESTRUTURAS RÍGIDAS À FLUIDEZ DOS FLUXOS 30

1.1 Da Geometria das Localidades Centrais à Fluidez das Redes: Avanço Epistemológico das Teorias de Localização 32

1.2 Compressão Espaço-Tempo, Divisão Internacional do Trabalho e Mundialização do Capital 36

1.3 Interações Interescalares sob o Par Hierarquia-Heterarquia: Rupturas e Conectividades na Rede Urbana 41

1.4 Cidades Médias e Pequenas na Divisão Territorial do Trabalho: Especialização Funcional e Diferenciação Socioespacial 44

1.5 Reconfigurações Urbano-Regionais na Acumulação Flexível: O Espaço de Gestão e a Fluidez Territorial 51

CAPÍTULO II. INSTRUMENTAIS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE URBANO-REGIONAL: DA CARTOGRAFIA AOS ESTUDOS INSTITUCIONAIS... 58

2.1 A Dimensão Explicativa da Cartografia e das Geotecnologias 61

2.2 A Cartografia Temática e o Geoprocessamento como Bases da Análise Interescalar 64

2.3 REGIC: A Trajetória Metodológica e Teórica da Rede Urbana Brasileira 69

2.4 Divisões Regionais do IBGE: Do Território-Zona ao Protagonismo da Rede Urbana 75

2.4.1 Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias: Coesão Territorial e Desafios Analíticos 78

2.4.2 Trajetória Comparativa das Metodologias de Regionalização Institucional 80

2.5 A Integração REGIC-DUR: Por uma Leitura da Hierarquia e Heterarquia Urbana 84

CAPÍTULO III. O MOSAICO URBANO-REGIONAL DO NOROESTE PARANAENSE: CONECTIVIDADE, CENTRALIDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL 93

3.1 A Formação Socioespacial do Noroeste do Paraná: Da Ocupação Cafeeira Planejada ao Adensamento da Rede de Cidades 103

3.2 O Espaço de Gestão e Consumo no Urbano-Regional de Maringá/PR: Polarização, Integração Funcional e Segregação 107

3.3 Interações Interescalares e Redes de Proximidade: A Articulação Hierárquica e Heterárquica da Cidade Média 129

CONSIDERAÇÕES FINAIS 137

REFERÊNCIAS 146

INTRODUÇÃO

A reconfiguração das tramas espaciais, impulsionada pela inserção de redes técnicas e fluxos informacionais, processa-se por meio de lógicas contraditórias que alimentam tendências à homogeneização inerentes à globalização. Nesse movimento metamórfico, a rede urbana brasileira revela-se, concomitantemente, hegemônica e fragmentada, refletindo as novas dinâmicas da divisão territorial do trabalho. Tal realidade evidencia o papel das cidades médias — tal qual Maringá/PR —, que deixam de ser vistas como meros intervalos intermediários ou elos entre as metrópoles e as cidades pequenas. Elas consolidam-se como contextos urbano-regionais com funções administrativas, econômicas e sociais indispensáveis, atuando como centros de gestão de território cujos papéis são vitais para a compreensão das atuais articulações e centralidades do sistema urbano nacional.

Este é o lócus da divisão social e territorial do trabalho, no qual, as cidades médias e pequenas são lidas como espaços simultaneamente diferenciados e homogeneizados. Tal contradição entre diferenciação socioespacial e homogeneização territorial emana da própria lógica da acumulação flexível capitalista. Assim, a rede urbana não é apenas a condição para essa divisão do trabalho, mas também seu meio e reflexo, pois a hierarquização e a diferenciação do espaço decorrem diretamente da especialização funcional entre os diferentes centros urbanos.

As interações espaciais são constitutivas do urbano-regional em cidades médias, gerando uma profunda diferenciação socioespacial a partir de suas novas funções políticas, econômicas e sociais. Longe de serem processos apenas locais, essas interações são mediadas por agentes da rede globalizada, sobretudo empresas multilocalizadas que articulam o local ao global. A diferenciação socioespacial torna-se, portanto, causa e condição da desigualdade socioespacial, manifestando-se em múltiplas escalas.

Fundamentalmente, a interação espacial atua como o mecanismo primordial por meio do qual a diferenciação socioespacial transita entre as diversas escalas geográficas. O fluxo incessante de pessoas, mercadorias e informações perpassa as esferas local, regional e global, integrando-as em uma dinâmica complexa que redefine continuamente as funções e os papéis das cidades na rede urbana (Sposito e Catelan, 2014). Esse movimento, longe de se constituir como um fenômeno neutro ou puramente técnico, é orquestrado por decisões estratégicas tomadas no seio de redes de poder e instâncias de comando que transcendem a vivência do cotidiano local (Sposito, 2006).

Sob a égide da globalização, as determinações de ordens distantes incidem de forma imperiosa sobre a ordem próxima, subordinando o território às lógicas de acumulação de agentes hegemônicos. Essa articulação multiescalar, viabilizada pela expansão do meio técnico-científico-informacional, permite que atores exógenos capturem a escala local, transformando o espaço em um recurso otimizado para a realização de lucros e interesses corporativos (Sposito, 2010). Tais processos consolidam uma geografia do desenvolvimento desigual, na qual o espaço nacional e regional é fragmentado para servir aos imperativos da economia internacional, frequentemente em detrimento das necessidades das populações locais.

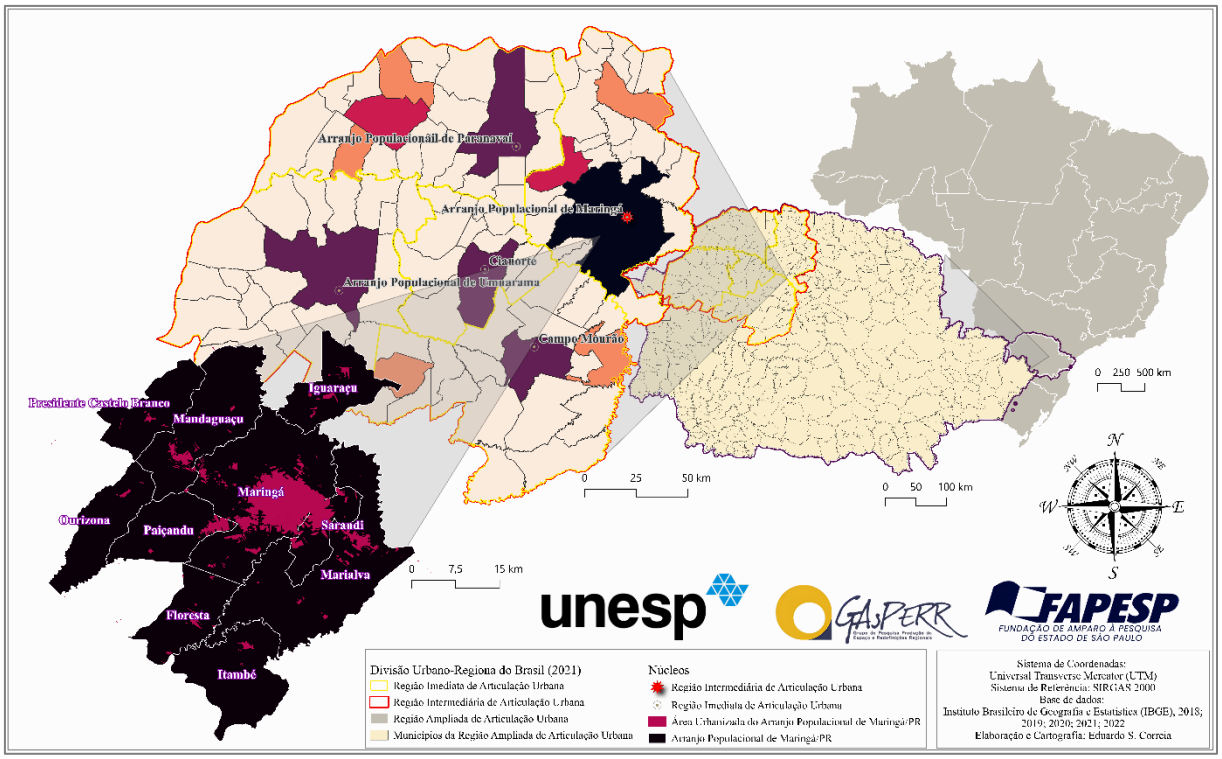
Nesse cenário, a participação ativa dos sujeitos nas práticas de consumo de bens e serviços não apenas sustenta a reprodução material do capital, mas retroalimenta o ciclo de acumulação desigual. O consumo converte-se, assim, em uma ferramenta de controle e diferenciação, transformando disparidades socioeconômicas em novas formas de separação e fragmentação socioespacial. Ao internalizar padrões globais de desejo e sociabilidade, a sociedade local acaba por reforçar a lógica mercantil que, dialeticamente, aprofunda as assimetrias e a precariedade no interior do sistema urbano.

A urbanização contemporânea e a consequente reconfiguração das redes de cidades demandam um esforço analítico que supere as leituras geométricas e puramente demográficas do território. Sob a égide da globalização e sob a vigência do meio técnico-científico-informacional, as funções e os papéis dos centros urbanos passam por uma redefinição sistemática. Os fluxos materiais — de pessoas, mercadorias e cargas — e os imateriais — de capital, informação e ordens — tornam os sistemas urbanos dinâmicos e complexos. Esse cenário evidencia que as dinâmicas interurbanas contemporâneas não obedecem a uma lógica de subordinação estritamente vertical; ao contrário, nelas coexistem lógicas de comando político-econômico tradicionais com relações reticulares de complementaridade e sinergia, representadas pelo par dialético hierarquia-heterarquia urbana.

Desta maneira, através da análise da rede urbana a partir da articulação entre teorias clássicas e contemporâneas e, fundamentada por três processos teórico-empírico - interações espaciais interescalares; aceleração das dinâmicas urbano-regionais e; transição da hierarquia ao par hierarquia/heterarquia -, nesta pesquisa, o objetivo central é compreender a rede urbana como uma estrutura complexa, moldada por processos históricos e pela ação de diversos agentes, que funciona simultaneamente como meio e reflexo da lógica de acumulação capitalista. O objetivo central da pesquisa está apoiado no conjunto de estudos urbano-regionais, por meio dos quais dados e informações oferecem possibilidades de análises das

características do recorte e dimensão empírica, adotando o Arranjo Populacional[1] — composto pelos municípios Presidente Castelo Branco, Mandaguaçu, Iguaraçu, Paiçandu, Ourizona, Sarandi, Marialva, Floresta e Itambé — da cidade média de Maringá, no estado do Paraná, e seu urbano-regional[2] — definido pela Região Intermediária de Articulação Urbana segundo o estudo Divisão Urbano-Regional do Brasil (2021) — como delimitação da dimensão empírica desta investigação.

Mapa 1. Divisão Urbano-Regional e Classificação Hierárquica do Arranjo Populacional de Maringá/PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2019; 2020; 2021; 2022.

A análise da divisão regional do noroeste paranaense revela uma configuração socioespacial que é produto direto de um percurso histórico vinculado à economia cafeeira e à atuação estratégica de empresas colonizadoras privadas, com destaque para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Esse processo de ocupação induziu uma urbanização acelerada, caracterizada pela formação de uma rede urbana densa e compacta, composta por inúmeros pequenos centros que

[1] Entende-se por definição de Arranjo Populacional: "[...] agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizada principais (IBGE, 2016, p. 22)".

[2] Elegeu-se a Região Intermediária de Articulação Urbana do Estudo Divisão Urbano-Regional do Brasil (2021), como delimitação do recorte empírico Urbano-Regional de Maringá/PR.

desempenhavam, primordialmente, o papel de localidades centrais para o suporte da produção cafeeira (Endlich, 2006).

Contudo, a superação desse modelo produtivo original, desencadeada pela crise da cafeicultura e pela subsequente modernização agrícola conservadora, forçou uma reestruturação funcional dessas localidades. Esse movimento implicou um intenso êxodo rural, no qual o campo deixou de ser o espaço principal de moradia para se tornar um território de negócios e produção mecanizada. Como consequência, as pequenas cidades da região passaram a enfrentar graves desafios estruturais, manifestados pela vulnerabilidade de suas economias locais e por um persistente declínio demográfico — ainda que haja exceções como Sarandi/PR e Marialva/PR —, que as situa diante de uma nova e incerta realidade socioespacial (Bobato, 2018; Chies, 2012).

Atualmente, essa conjuntura reflete uma indefinição político-administrativa, na qual esses centros urbanos, muitas vezes negligenciados pelas políticas territoriais de caráter metropolitano, buscam novos significados e papéis na rede urbana contemporânea. A instabilidade econômica resultante da especialização produtiva e a perda de centralidade comercial reforçam a necessidade de um olhar mais atento para essas espacialidades, reconhecendo que seu esvaziamento populacional é o indicador visível de um processo social mais amplo de reestruturação do capital no território (Endlich, 2006).

A análise crítica das dinâmicas urbano-regionais em cidades médias e pequenas pressupõe uma compreensão aprofundada de suas interações espaciais em múltiplas escalas e da redefinição de seus papéis funcionais sob a égide da globalização (Sposito e Catelan, 2014). Embora se valorizem as particularidades locais como ponto de partida, é imperativo reconhecer que esses núcleos integram redes urbanas regionais inseridas na multiescalaridade do complexo sistema urbano brasileiro (Sposito, 2010). O objetivo central desta investigação consiste em elucidar as interações e as funções desempenhadas por cidades de diferentes portes, considerando sua participação na divisão territorial do trabalho e na estruturação de sistemas territoriais interdependentes.

Para fundamentar essa análise, recorre-se aos estudos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para as pesquisas sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) e a Divisão Urbano-Regional do Brasil (DUR), que fornecem os parâmetros técnicos e metodológicos necessários para a classificação da polarização urbana e da gestão territorial. A articulação desses dados oficiais com a cartografia temática e o emprego de geotecnologias, notadamente os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), potencializa a

investigação ao conferir maior precisão à representação de fluxos e à análise de disputas socioespaciais em diversas escalas.

Essa abordagem integrada permite uma compreensão interescalar da rede urbana, evidenciando a coexistência de padrões de hierarquia e heterarquia nas articulações entre os centros urbanos. Ao reconhecer que os fluxos contemporâneos de pessoas, capitais e informações frequentemente atravessam escalas e rompem com modelos puramente verticais, a pesquisa promove uma análise comparativa das metodologias do IBGE, examinando os critérios de conectividade, diversidade funcional e centralidade que estruturam o urbano-regional no Brasil contemporâneo.

Os estudos da Divisão Urbano-Regional (DUR), publicada em 2021[3], e das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), de 2007 e 2018[4], constituem os principais instrumentos oficiais do IBGE para a compreensão da rede urbana brasileira, fundamentando-se em enquetes que mapeiam os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços. Ambas as investigações permitem delimitar as áreas de influência e a posição dos centros na hierarquia urbana nacional e regional.

A análise comparativa entre as metodologias revela convergências significativas, como o uso de uma abordagem que combina dados primários (informações diretas de agentes locais) e secundários (Censo Demográfico e Pesquisa de Orçamentos Familiares)[5]. Além disso, ambos os estudos utilizam um conjunto robusto de variáveis para medir a intensidade das interações — incluindo serviços de saúde, educação, comércio e lazer — agrupadas em dimensões político-institucionais, econômicas, sociais e culturais.

Por outro lado, as divergências operacionais são marcantes. Enquanto a DUR 2021 abrangeu a totalidade dos 5.570 municípios brasileiros utilizando enquetes online e presenciais, a REGIC 2018 baseou-se em uma amostra de 4.036 municípios com aplicação exclusivamente presencial. Os critérios de classificação também diferem: a DUR foca nos Graus de Articulação (GA) e Integração (GI), resultando em Regiões de Articulação Urbana, ao passo que a REGIC prioriza o Nível de Hierarquia (NH) e Faixa Populacional (FP) para definir as Áreas de Influência das Cidades. (Quadro 1).

Quadro 1. Comparativo entre os Estudos: Divisão Urbano-Regional do Brasil e Região de Influência das Cidades

[3] Publicação: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15777-divisao-urbano-regional.html>. Acesso em: 2 de jun. de 2026.

[4] Publicação: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 2 de jun. de 2026.

[5] Publicação: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102151>. Acesso em: 2 jun. de 2026.

Estudos	Período de Referência	Amostra	Formas de Aplicação de Enquetes	Critérios de Classificação das Cidades	Unidades Espaciais Resultantes
DUR	2015-2019	5.570 Municípios	Online e Presencial	Grau de Articulação (GA) e Grau de Integração (GI)	Arranjos Populacionais (AP's) e Regiões Geográficas Intermediárias (RGI's)
REGIC	2001 - 2017	4.036 Municípios	Apenas Presencial	Nível de Hierarquia (NH) e Faixa Populacional (FP)	Áreas de Influência das Cidades (AIC's) e Regiões Geográficas Imediatas (RGI's)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020; 2021.
Elaborado pelo Autor (2026).

A análise comparativa das metodologias dos estudos oficiais do IBGE permitiu compreender as semelhanças e as diferenças entre as abordagens utilizadas para medir e classificar as interações espaciais entre as cidades brasileiras. Essa compreensão é importante para avaliar os resultados obtidos pelos estudos, bem como identificar as potencialidades e as limitações de cada um deles. Além disso, a análise também possibilitou identificar lacunas e desafios que ainda precisam ser superados para se obter uma visão mais abrangente e atualizada das dinâmicas urbanas e regionais no Brasil, especialmente no que se refere à Maringá/PR, foco desta presente pesquisa.

Nos últimos anos, o IBGE tem empreendido esforços na tentativa de estabelecer um banco de dados unificado por meio de sua plataforma "gov.br"[6]. Avanços notáveis ocorreram ao longo de 2023, beneficiando a pesquisa, especialmente com a subdivisão de bases vetoriais e tabulares, acompanhada pela descrição detalhada das variáveis utilizadas. Ao baixar os arquivos *shapefile*, torna-se viável realizar alguns mapeamentos utilizando as variáveis disponibilizadas pelo próprio instituto. Além disso, são disponibilizadas variáveis que ainda não foram mapeadas, mas podem ser utilizadas mediante o emprego da ferramenta de união do QGIS para a geolocalização e mapeamento dos dados.

O *Quantum GIS* (QGIS) é um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de código aberto que permite visualizar, analisar e editar dados geoespaciais. Ele é utilizado para trabalhar com mapas interativos, realizar análises espaciais e criar mapas temáticos. No total são 102 variáveis que constam nos dados disponibilizados pelo estudo da REGIC. A maior parte destes são os dados obtidos através da aplicação de enquetes no ano de 2018. Todavia, o IBGE realizou uma ampliação dos dados obtidos através de outras instituições governamentais como: Tribunal Regional Federal para a presença da Justiça Federal e a Secretaria Especial de Previdência do

[6] Disponível em: https://gov.br. Acesso em 9 de set. de 2026

Trabalho para a presença da Secretária do Trabalho. E instituições não governamentais como: Comercial Record TV, 2019; Fundação Padre Anchieta, 2019; Negócios Globo, 2019; SBT, 2019; para determinar a Classe de centralidade para redes de televisão.

Por fim, visando à consolidação dos resultados da pesquisa, estruturou-se um banco de dados sistematizado a partir de bases tabulares georreferenciadas, integradas às malhas digitais (*shapefile)* provenientes deste e demais estudos — como Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas[7]. Esta etapa técnica fundamentou a elaboração de cartogramas, gráficos e tabelas analíticas, voltados à interpretação das interações espaciais interescalares e da dinâmica urbano-regional de Maringá. A articulação dessas informações permitiu uma leitura aprofundada da centralidade maringaense em sua área de influência, evidenciando como os fixos e fluxos redefinem os papéis das cidades médias e pequenas no contexto da reestruturação urbana regional.

No Capítulo I, estabelecemos os fundamentos teóricos e analíticos necessários para compreender as dinâmicas urbano-regionais contemporâneas, partindo da transição epistemológica da perspectiva do espaço organizado ao espaço produzido. Sob a ótica da Geografia Crítica, o espaço deixa de ser visto como um receptáculo passivo para ser compreendido como condição, meio e/ou produto da reprodução social e da lógica do capital, estruturado pela atuação muitas vezes contraditória de diversos agentes econômicos (Santos, 2019).

As cidades, historicamente concebidas como centros de produção e comércio (CORRÊA, 1989), passaram por transformações profundas impulsionadas pelo avanço do período técnico-científico-informacional, adquirindo funções complexas e multifacetadas de gestão, informação e comando. Essa reconfiguração é particularmente visível em áreas urbanas que se consolidaram como polos de inovação e criatividade, onde a densidade de fluxos e a interação entre empresas, universidades e centros de pesquisa potencializam o desenvolvimento de novos produtos e serviços baseados no conhecimento.

Nesse sentido, no capítulo I buscamos desvendar as complexidades da reestruturação urbana no século XXI, analisando como o espaço geográfico é constantemente reconfigurado pela lógica da acumulação capitalista. A aceleração dos fluxos, a circulação instantânea da informação e a emergência de redes urbanas multicêntricas e heterárquicas (não estritamente subordinadas a uma hierarquia rígida) são elementos centrais desta análise. Tais processos

[7] Publicação: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html>. Acesso em: 2 de jun. de 2026.

levam a questionar se a rede urbana contemporânea não estaria se tornando um reflexo direto da aceleração dos tempos atuais — um fenômeno de alargamento dos contextos, onde o tempo cotidiano e as ações locais são crescentemente condicionados por determinações de escalas globais (Santos, 2006).

Para isso, o embasamento teórico é estruturado em dois grandes períodos: Teorias Clássicas de Localização, fundamentadas em concepções de espaço homogêneo e comportamento otimizador dos agentes, essas teorias atribuem papel central ao custo de transporte na definição da localização das atividades econômicas. Autores, trabalhados por Corrêa (2006), como Von Thünen (1826), Weber (1909) e Christaller (1933) desenvolveram modelos hierárquicos, como a Teoria dos Lugares Centrais desenvolvida por Christaller (1966[1933])[8], estudo por meio do qual o autor buscou compreender a organização espacial sob a lógica capitalista de otimização de lucros. Embora ainda relevantes para compreender estruturas urbanas tradicionais, essas teorias enfrentam limitações diante da complexidade contemporânea (Corrêa, 2006).

Já o segundo embasamento parte das Teorias Contemporâneas e o Paradigma das Redes. A partir da década de 1980, com o avanço tecnológico e a flexibilização produtiva, emerge uma nova concepção de espaço como produto da lógica do capital. A Geografia Crítica passa a interpretar o espaço como condição e resultado da atuação dos agentes econômicos. A técnica e a circulação da informação relativizam tempo e distância, favorecendo a emergência de redes urbanas compostas por nós conectados por fluxos socioeconômicos. Essas redes não dependem da contiguidade espacial e propõem interações horizontais, de complementaridade ou sinergia, entre cidades de diferentes especializações.

No decorrer do capítulo, essas abordagens são articuladas para compreender como as cidades médias e pequenas se inserem nas redes urbanas contemporâneas, assumindo papéis ativos e estratégicos na reestruturação territorial. A análise considera a multiescalaridade das interações espaciais, a emergência de novas centralidades e a complexificação das formações socioespaciais, revelando um sistema urbano em constante transformação.

No segundo capítulo o objetivo foi apresentar e discutir as metodologias de classificação e análise urbana mais relevantes para a compreensão das dinâmicas urbano-regionais no Brasil. A partir da comparação entre abordagens cartográficas — temática, teórica, crítica e geoprocessamento — e os estudos de regionalização desenvolvidos pelo Instituto

[8] A versão consulta ao longo da pesquisa foi a publicação em inglês: CHRISTALLER, Walter. Central places in Southern Germany. Translated by Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a REGIC, a Divisão Urbano-Regional e as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, busca-se compreender como essas ferramentas e teorias se articulam para identificar a hierarquia urbana, as interações espaciais interescalares e as áreas de influência das cidades brasileiras.

O geoprocessamento, por meio dos SIG, desempenha papel fundamental na análise integrada de dados espaciais, revelando padrões, tendências e correlações. A cartografia temática e sistemática se complementa: enquanto a primeira foca em fenômenos específicos, a segunda descreve o terreno de forma abrangente. Técnicas como a quebra natural de JENKS[9] são utilizadas para identificar padrões regionais e segmentar dados geográficos, contribuindo para uma análise mais precisa das desigualdades e complexidades territoriais.

Desde a década de 1960, o IBGE tem desenvolvido metodologias para compreender a rede urbana brasileira. A pesquisa REGIC (Regiões de Influência das Cidades) é central nesse processo, utilizando critérios como intensidade de relacionamento entre municípios e funções centrais para definir hierarquias urbanas. A REGIC (2018) incorpora a Teoria dos Fluxos Centrais e o estudo "Tipologia Intraurbana. Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil (2017)" (Fernandes & Catelan, 2023) implementa o conceito de heterarquia urbana, reconhecendo que as interações espaciais não se limitam à hierarquia tradicional, mas incluem articulações horizontais e multiescalares. Essa abordagem permite compreender como o "capital" organiza o espaço por meio de redes complexas e desiguais, revelando a diversidade funcional das cidades brasileiras.

A Divisão Urbano-Regional do Brasil, publicada em 2021, atualiza os recortes territoriais com base na REGIC 2018, identificando Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas. Essa estrutura considera a hierarquia dos centros urbanos, suas áreas de influência e a gestão territorial, permitindo uma análise mais refinada das interações espaciais. A metodologia envolve critérios como gestão empresarial, conexões rodoviárias e demanda por bens e serviços, aplicados para resolver múltiplas vinculações e definir subnúcleos urbanos. A integração entre REGIC e Divisão Urbano-Regional fornece subsídios para políticas públicas, planejamento territorial e investimentos em infraestrutura.

[9] O método de quebra natural de Jenks (ou algoritmo de otimização de Jenks) é uma técnica estatística de classificação e discretização numérica amplamente utilizada na análise de dados espaciais e na cartografia temática para agrupar valores em classes distintas com base em sua similaridade. O objetivo do algoritmo é identificar os pontos de ruptura naturais existentes na distribuição dos dados. Para isso, ele opera sob uma fórmula estatística estruturada na minimização da variância dentro de cada grupo (intra-classe) e na maximização da variância entre os grupos (inter-classe).

Dessa forma, as metodologias cartográficas e os estudos de regionalização do IBGE se articulam para oferecer uma compreensão abrangente da rede urbana brasileira. A cartografia crítica e o geoprocessamento revelam as complexidades das interações espaciais, enquanto a REGIC e a Divisão Urbano-Regional identificam hierarquias e áreas de influência. Juntas, essas abordagens permitem analisar o sistema urbano como uma rede dinâmica, multiescalar e em constante transformação, essencial para compreender as dinâmicas urbano-regionais no Brasil contemporâneo.

No terceiro capítulo da dissertação o objetivo central foi aprofundar a compreensão das dinâmicas que moldam o urbano-regional do Noroeste do Paraná, analisando suas conexões e reconfigurações em diferentes escalas, sob a influência de forças econômicas, políticas e logísticas. A pergunta que orienta este capítulo é: como essas dinâmicas redefinem a hierarquia urbana para além do simples tamanho demográfico? A análise parte da premissa de que compreender a rede urbana em sua totalidade, observando as localidades em interação e movimento, é fundamental para apreender a realidade espacial contemporânea, que se reconfigura para além das teorias urbanas tradicionais.

As dinâmicas do desenvolvimento regional dependem do funcionamento do sistema econômico-social no espaço. Este funcionamento, por sua vez, é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais. O estudo da dinâmica regional pressupõe a definição do conceito de região, como a região econômica, sob a hipótese de que ela cresce ou declina como um todo. Compreender a rede urbana em sua totalidade, olhando para as dinâmicas das localidades em interação e movimento, é fundamental para apreender a realidade. O estudo das redes de cidades expande as teorias urbanas tradicionais e reflete mudanças nas economias urbanas modernas.

A redefinição da rede urbana e dos papéis das pequenas cidades, neste sentido, não significa que elas perdem significado, mas sim que adquirem novos papéis. Neste capítulo propomos aprofundar a compreensão das dinâmicas que moldam o urbano-regional do Noroeste do Paraná, analisando suas conexões e reconfigurações em diferentes escalas, sob a influência de forças econômicas, políticas e logísticas. Às inovações técnicas e à nova natureza das relações econômicas, que possibilitam e intensificam fluxos entre espaços não contíguos. Isso amplia os alcances espaciais e introduz novos elementos para a compreensão da hierarquia urbana, que já não pode ser definida exclusivamente pelo tamanho demográfico.

Neste contexto, parte do interesse desta pesquisa está voltado aos sujeitos sociais que, de diferentes maneiras, movimentam-se pelo território e articulam as cidades entre si. A análise socioespacial dessas dinâmicas permite compreender os motivos pelos quais muitas das

demandas originadas nas pequenas cidades são direcionadas às capitais regionais. No entanto, para que essa compreensão seja efetiva, é fundamental considerar o espaço como categoria central, especialmente no que diz respeito aos fluxos estabelecidos entre os centros urbanos e à extensão espacial que esses fluxos alcançam.

A cidade média de Maringá, inserida nesse arranjo regional, destaca-se como centro polarizador. A edição de 2018 da REGIC (Região de Influência das Cidades) formalizou a inclusão dos Arranjos Populacionais como nós da rede urbana, reconhecendo a proximidade e integração funcional entre Maringá e seus municípios vizinhos, como Sarandi, Paiçandu e Marialva — bem como Floresta, Mandaguaçu, Itambé, Presidente Castelo Branco, Ourizona e Iguaraçu do Estado do Paraná —.[10] Essa abordagem corrobora a polarização exercida por Maringá e confirma seu papel de amplitude regional. Contudo, os estudos regionais complementam a visão da REGIC ao evidenciar as complexas dinâmicas funcionais e socioespaciais das pequenas cidades, como o esvaziamento populacional e os desafios econômicos, que não são plenamente visíveis na estrutura hierárquica da REGIC.

A análise mostra que, embora os serviços mais complexos estejam centralizados nos núcleos maiores, as funções de gestão podem estar distribuídas na rede, refletindo uma diferenciação funcional que exige uma abordagem interescalar. As pequenas cidades não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte de um sistema urbano mais amplo, onde processos e relações em diferentes escalas se influenciam mutuamente. Conceitos como hierarquia e heterarquia, aliados à análise de práticas espaciais, tornam-se essenciais para apreender a complexidade e as diferenciações socioespaciais presentes tanto na rede urbana brasileira quanto nas realidades locais.

A produção do espaço no Noroeste do Paraná revela características particulares, como a presença de empreendimentos privados de colonização, estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, elevada demanda por força de trabalho e formação de uma rede urbana densa. O esvaziamento populacional do campo impactou funcionalmente os pequenos núcleos urbanos, promovendo uma nova dinâmica de mobilidade direcionada para centros urbanos de

[10] Os municípios que compõem o Arranjo Populacional de Maringá integram a Região Metropolitana de Maringá (RMM), instituída em 1998 pelo Governo do Estado do Paraná por meio da Lei Complementar nº 83/1998. Originalmente, a RMM era formada pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguaçu. Posteriormente, em 2002, o município de Floresta foi incorporado à RMM por meio da Lei nº 13.565. Em 2005, a Lei Complementar nº 110 incluiu os municípios de Dr. Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba. Já em 2010, a Lei Complementar nº 127 ampliou a composição da RMM com a inclusão dos municípios de Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí e Ourizona. Por fim, em 2012, a Lei Complementar nº 145 incluiu o município de Nova Esperança.

maior porte. Maringá, situada em uma região com forte presença do agronegócio, destaca-se como centro logístico e comercial, enquanto os municípios rurais enfrentam despovoação.

Diante desse cenário, a cooperação intermunicipal, a busca por novos modelos de desenvolvimento e a participação social no planejamento territorial são apontadas como caminhos para superar os desafios e construir um futuro mais sustentável. A análise das interações espaciais interescalares permite compreender como as cidades médias e pequenas se articulam na rede urbana, revelando novas formas de centralidade e redefinindo os significados e papéis desses centros no contexto urbano-regional contemporâneo.

CAPÍTULO I

DIALÉTICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URANO-REGIONAL:

DAS ESTRUTURAS RÍGIDAS À FLUIDEZ DOS FLUXOS



ENTRE A HIERARQUIA E A HIERARQUIA:
INTERAÇÕES INTERESCALARES E A PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DE MARINGÁ/PR

CAPÍTULO I. DIALÉTICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL: DAS ESTRUTURAS RÍGIDAS À FLUIDEZ DOS FLUXOS

As transformações impulsionadas pelo advento do meio técnico-científico-informacional impuseram uma redefinição sistemática das funções exercidas pelos centros urbanos na economia global. Embora, historicamente, as cidades tenham sido estruturadas prioritariamente como entrepostos de produção e comercialização (Corrêa, 1989), o avanço técnico e a complexificação das relações sociais dotaram esses espaços de novas atribuições de comando e gestão (Corrêa, 2006).

Essa transição é particularmente evidente em áreas urbanas que se consolidaram como polos de inovação tecnológica e criatividade, ambientes onde a sinergia entre o setor corporativo, universidades e centros de pesquisa catalisa a produção de novos conhecimentos e serviços (Corrêa, 2006). Consequentemente, a localização das atividades econômicas contemporâneas não atende apenas a fatores locacionais clássicos, mas é determinada por redes de interações interescalares que ampliam a diversificação funcional e o alcance espacial das cidades.

A partir da ascensão do pensamento geográfico sobre a organização espacial das cidades partiu de modelos normativos que, como representações idealizadas do mundo real, buscavam explicar a localização das atividades econômicas através de postulados simplificados. Nesse primeiro período teórico, novamente destacamos a partir de Corrêa (2006), Von Thünen (1826), Weber (1909) e Christaller (1966 [1933]) atribuíram ao custo de transporte o papel fundamental na definição do arranjo territorial, operando sob a premissa de um espaço isotrópico e homogêneo. Na Teoria das Localidades Centrais, Christaller estruturou a rede urbana em uma hierarquia funcional onde centros de ordem superior absorviam compradores de centros inferiores por oferecerem bens mais baratos e com maior alcance espacial. Contudo, essa visão de "localização absoluta" conservava um valor limitado à análise tradicional do varejo, mostrando-se insuficiente para abarcar a complexidade das dinâmicas urbanas contemporâneas (Santos, 2019).

A ruptura com esse paradigma ocorreu a partir da década de 1980, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela transição para a flexibilização produtiva do Toyotismo. Esse novo período reconfigurou a questão locacional ao priorizar a fragmentação do processo produtivo e a busca por localidades que oferecessem recursos humanos qualificados, custos reduzidos e ambientes sindicais favoráveis. No atual período técnico-científico-informacional, a técnica e a

circulação instantânea da informação relativizaram as distâncias físicas, permitindo que o espaço fosse comandado de acordo com interesses longínquos (Santos, 2006).

A rede contemporânea caracteriza-se pela sobreposição de fluxos materiais (pessoas e mercadorias) e fluxos imateriais ou virtuais (informação e capital), os quais independem da contiguidade espacial e ampliam o alcance das relações econômicas para além dos limites territoriais imediatos. Esse novo paradigma das redes permite a integração de cidades de diferentes tamanhos em sistemas de complementaridade ou sinergia, onde o tempo surge como uma dimensão essencial da análise. Assim, a rede urbana do século XXI revela um sistema em constante transformação, marcado pela emergência de novas centralidades multicêntricas e por uma interdependência crescente que desafia as acepções geográficas tradicionais.

O desenvolvimento técnico e a intensificação dos fluxos informacionais têm contribuído para relativizar as barreiras temporais e espaciais, conectando cidades próximas e distantes em redes cada vez mais densas e complexas. Essa aceleração dos fluxos favorece o surgimento de “verticalidades”, isto é, conexões intensas e seletivas que potencializam a produção, diversificam os padrões de consumo, ampliam o alcance dos mercados e intensificam os processos de acumulação de capital, especialmente por grandes corporações (SANTOS, 1997).

Nesse novo arranjo reticular, as cidades médias e pequenas assumem um protagonismo renovado, deixando de figurar como meros satélites dependentes das metrópoles para atuarem como agentes ativos na reestruturação urbano-regional. Por meio do processo de urbanização extensiva, as condições urbano-industriais expandem-se para além dos limites das grandes aglomerações, conferindo a esses centros menores funções estratégicas na divisão territorial do trabalho. Essa especialização produtiva e a articulação multiescalar ampliam a capacidade dessas cidades de atrair investimentos, catalisar inovações e induzir o desenvolvimento regional em um contexto de globalização (Monte-Mór, 1994; 2003; 2004).

Entretanto, tais transformações ocorrem de forma contraditória, revelando novas formas de desigualdade socioespacial. Essas disparidades manifestam-se tanto na escala intraurbana — através da fragmentação e segregação — quanto na interurbana, onde núcleos menores podem sofrer processos de estagnação ou tornarem-se "exércitos de reserva" para centros mais dinâmicos. Esse cenário evidencia a coexistência dialética de ordem e desordem no espaço urbano, refletindo as exigências de uma acumulação de capital cada vez mais flexível e acelerada.

A análise das interações espaciais interescalares, a compressão do tempo-espaço e a transição da rigidez hierárquica para uma heterarquia urbana — caracterizada por relações

horizontais, de sinergia e complementaridade — constituem o cerne deste capítulo. Ao articular as teorias clássicas de localização com os paradigmas contemporâneos, busca-se compreender como as cidades se inserem em redes complexas, moldadas pela atuação de diversos agentes sociais e corporações multilocalizadas. A rede urbana, nesse sentido, é apreendida simultaneamente como meio e reflexo da lógica capitalista, sendo um conceito fundamental para desvendar os mecanismos de produção do espaço e os desafios impostos atualmente (Catelan, 2013).

1.1 Da Geometria das Localidades Centrais à Fluidez das Redes: Avanço Epistemológico das Teorias de Localização

As teorias clássicas de localização consolidaram-se no bojo da chamada Geografia Tradicional, que se institucionalizou como disciplina acadêmica nas universidades europeias a partir de 1870, exercendo profunda influência no pensamento espacial até meados da década de 1950. Esse arcabouço teórico-metodológico foi fundamentado por autores pioneiros que buscaram racionalizar a organização do espaço econômico, destacando-se Johann Heinrich Von Thünen com sua proposição sobre a localização agrícola em 1826, Alfred Weber em 1909 com a teoria da localização industrial, e Walter Christaller (1966 [1933]), sendo todos amplamente reconhecidos como os precursores da análise locacional moderna (Corrêa, 2006).

Um pilar central dessas formulações clássicas, prevalecente até a metade do século XX, era a atribuição de um papel determinante ao custo de transporte e à distância métrica como os principais vetores na definição da localização das atividades econômicas. Tais modelos analíticos operavam sob um elevado nível de idealização, partindo da premissa de um espaço homogêneo ou neutro — concebido apenas como suporte métrico para os fluxos — e fundamentando-se no comportamento otimizador dos agentes econômicos, que buscavam a eficiência espacial por meio da minimização dos deslocamentos materiais para garantir a reprodução do capital.

Christaller, (1966 [1933]) propôs uma estrutura organizada por princípios de mercado, tráfego e administração, visando explicar a distribuição espacial dos núcleos urbanos como "lugares centrais" responsáveis pela oferta de funções terciárias a uma população dispersa em sua região de influência ou hinterlândia:

Figura 1. “Um sistema de lugares centrais segundo o princípio de mercado”

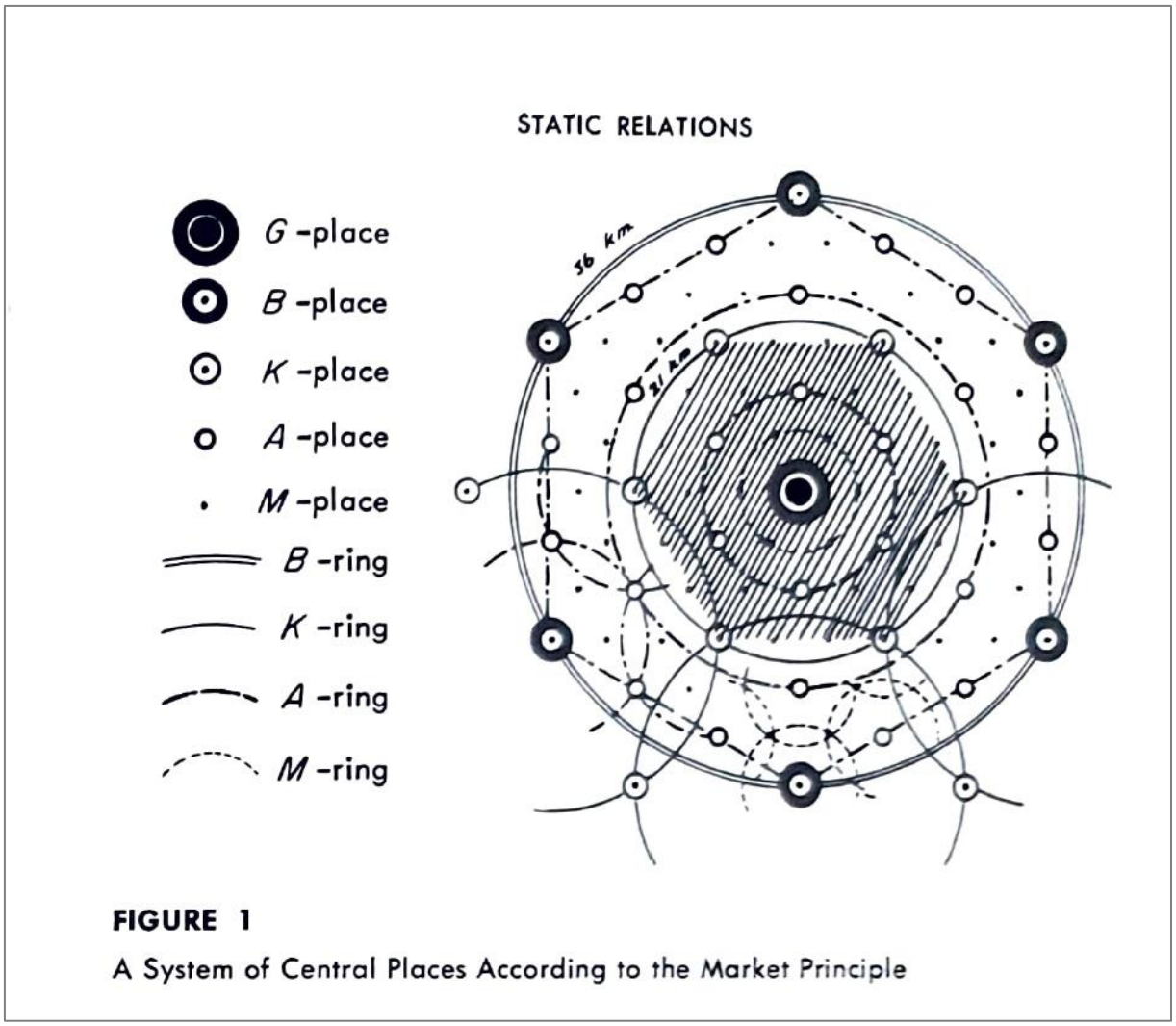


FIGURE 1

A System of Central Places According to the Market Principle

Fonte: Extraído de Christaller (1966. p. 61)[11]

[11] Christaller (1966) explica a composição da proposta: "Suponhamos que o limite superior do alcance do bem central nº 21 seja, sob determinadas condições concretas, de 21 km a partir do lugar central B, que pode ter cerca de 10.000 habitantes (ver Figura 1). Isso significa que uma região com raio de 21 km, ou aproximadamente 1.400 km² (a área hachurada na Figura 1), é abastecida por esse bem exclusivamente a partir de B. O limite inferior desse alcance, entretanto, também sob determinadas condições concretas, é tal que o bem central só pode ser oferecido em um único lugar central dentro da região, a saber, B. Se houver agora outro bem central, de número 20, cujo alcance, nas mesmas condições, seja de apenas 20 km, então, evidentemente, existirá um anel de 1 km de largura na borda da região que não poderá ser abastecido por esse bem a partir de B apenas. Para abastecer os lugares situados nesse anel, serão necessários pelo menos três outros lugares centrais, que deverão estar igualmente espaçados entre si. Além disso, eles podem ser localizados em qualquer ponto da região que se escolha, exceto dentro de um círculo de 1 km de raio em torno de B; essa é a condição que permite a existência de mais três lugares centrais. Se, em vez de uma região isolada, supusermos que existam outros lugares centrais de tamanho semelhante a B, denominados B_1, B_2, isto é, um total de seis lugares centrais distribuídos uniformemente em um anel de 36 km ao redor de B (o número e a distância adotados aqui ficarão mais claros adiante), então será mais razoável supor que os lugares que mais distantes dos lugares centrais vizinhos do tipo B. Ou seja, eles devem situar-se nos pontos centrais dos triângulos formados por cada conjunto de três lugares B vizinhos. Esses lugares K abastecem as partes da região em torno de B_1, B_2, B_3, que permaneciam sem atendimento, com o bem central nº 20. Se agora houver outro bem central, o nº 19, com um alcance de 19 km, então será possível abastecer toda a região a partir dos lugares K e B com esse bem central. O mesmo pode ocorrer com os bens centrais de números 18, 17, 16, 15, 14, 13, 12, cujos alcances são, respectivamente, 18, 17, 16, 15, 14, 13 e 12 km. Entretanto, com o bem central nº 11, cujo alcance é de 11 km, já não será mais possível abastecer toda a região apenas a partir dos lugares centrais B e K. Surgem novamente anéis de 1 km de largura na extremidade do alcance em torno dos lugares K e B, que não podem ser completamente atendidos. Agora, se forem acrescentados outros lugares centrais (que chamaremos

Nessa lógica, a dimensão mínima de mercado, bem como a densidade populacional necessária para viabilizar a oferta de um serviço, além da distância máxima que o consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem, tornaram-se chaves para determinar a centralidade e o patamar hierárquico das cidades, consolidando um padrão de organização em que os centros urbanos dominantes coordenam e abastecem as localidades em seu entorno.

Embora formuladas em contextos históricos distintos, as teorias clássicas de localização — exemplificadas pela Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller e pelos modelos de August Lösch — preservam seu valor analítico para a compreensão da organização das redes urbanas tradicionais sob a égide da otimização de lucros. Tais modelos fundamentam-se em um elevado nível de idealização, no qual o espaço geográfico é tratado como um suporte homogêneo ou neutro para os fluxos materiais, operando sob uma lógica de centralidade pautada na distância métrica entre os núcleos e suas hinterlândias. No entanto, a validade plena dessas premissas é contestada na contemporaneidade, visto que as abordagens puramente métricas negligenciam as diferenciações qualitativas do espaço, seus conteúdos históricos e a complexidade das novas estratégias dos agentes econômicos hegemônicos.

Diante das limitações das perspectivas tradicionais em explicar os novos padrões de distribuição espacial, emerge o paradigma da organização em rede, que redefine a interpretação da economia no espaço por meio da articulação dialética entre fixos e fluxos. Nesta configuração, as cidades funcionam como nós (fixos) interconectados por vínculos (fluxos) de natureza socioeconômica, política e cultural, suportados por densas infraestruturas de transporte e telecomunicação. Essa transição reflete a passagem de uma organização puramente piramidal e hierárquica, típica do sistema fordista, para um sistema mais complexo, no qual os fluxos materiais de pessoas e bens são sobrepostos por fluxos imateriais de informação, conhecimento e capital financeiro, permitindo a constituição de territórios descontínuos, ainda que altamente integrados (Sposito e Catelan, 2014).

Dessa maneira, a rede urbana pode ser compreendida como "[...] um conjunto de centros funcionalmente articulados", que se constituem através de "[...] um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais". A partir dessa complexidade, emergem diferentes formas de redes urbanas variadas, conforme as combinações dos arranjos vão se alinhando, "[...] com o tamanho dos centros, a densidade deles

---

de lugares A), equidistantes dos três lugares vizinhos K ou B, será novamente possível abastecer toda a região com o bem central nº 11. Da mesma forma, isso também vale para os bens centrais de números 10, 9, 8 e 7, cujos alcances são, respectivamente, 10, 9, 8 e 7 km" (Christaller, 1966, p. 61-62, tradução nossa).

no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede" (Corrêa, 2006).

Deste modo, pode-se afirmar que a rede urbana em seu entendimento, não se reduz a um mero arranjo geométrico de pontos sobre uma superfície neutra, mas constitui um produto social e uma forma socioespacial historicamente contextualizada. Fundamentalmente constitui-se em conexidade — a qualidade relacional de ligação —, na qual os nós representam localizações urbanas fixas que funcionam como lugares de conexão, poder e referência no território.

> Diante da diversidade territorial, as redes urbanas permitem que haja a articulação entre extremidades escalares, o que revela não somente seus padrões espaciais como suas naturezas funcionais ligadas a um dinamismo sustentado por pilares hierárquicos, os quais definem a importância de seus segmentos bem como a relação entre os mesmos e a própria rede. Cumpre destacar a necessidade de investigação das relações entre centros distintos de uma mesma rede urbana, tais quais podem ser de natureza complementar e/ou de natureza competitiva (que também tangenciam as de comando e de subordinação), as quais atribuem sentido ao dinamismo e ao significado da rede urbana (Santos e Castilho, 2024).

A nova concepção reticular distancia-se do modelo hierárquico tradicional de lugar central, propondo um conjunto de interações horizontais e não-hierárquicas que complementam ou se sobrepõem às estruturas verticais preexistentes. Nessas configurações, as cidades podem se articular por meio de redes de complementaridade, unindo centros com especializações distintas que se integram funcionalmente, ou através de redes de sinergia, conectando núcleos com funções similares para fins de cooperação e inovação. Diferente da visão "areal" baseada na contiguidade e em espaços homogêneos, o conceito de rede prioriza as conexões lineares e os fluxos entre os nós, estabelecendo que uma rede passa a existir a partir do vínculo socioeconômico e da interdependência funcional entre dois pontos.

A dinâmica da rede urbana contemporânea reflete essa complexidade ao redefinir as cidades através de fluxos e relações transterritoriais que superam as barreiras geográficas tradicionais e a fricção do espaço-distância. Paradigmas teóricos recentes buscam integrar a cidade como unidade fundamental de análise, evidenciando que as vantagens competitivas e os rendimentos crescentes não derivam apenas da aglomeração interna (economias de concentração), mas também da interação externa entre unidades urbanas distintas. Essas externalidades de rede resultam da prática acumulada de diversos agentes sociais e são fundamentais para explicar os novos processos de crescimento e desenvolvimento econômico nos sistemas urbanos modernos.

As propriedades de simultaneidade e instantaneidade das redes de informação contemporâneas resultam da produção de complexidades inovadoras, intrínsecas aos processos históricos que moldaram a urbanização em escala global. Nesse cenário, a densificação reticular — abrangendo escalas locais, nacionais e internacionais — constitui a condição fundamental para a intensificação dos fluxos de tecnologia, capitais e insumos. A conectividade estabelece-se como a primeira propriedade essencial desse arranjo, transformando os nós urbanos em centros estratégicos de conexão, poder e referência (Dias, 2000).

A segunda propriedade refere-se ao alcance espacial das redes, cujas dimensões máxima e mínima vinculam-se diretamente à natureza dos bens e serviços ofertados: itens de uso frequente possuem alcance reduzido e atendimento local, enquanto serviços especializados ou raros atingem escalas regionais ou nacionais (Leão, 2011). Essa diferenciação de alcances permite compreender a funcionalização das interações espaciais em cidades médias, que se articulam de forma interescalar em dimensões tanto hierárquicas quanto heterárquicas (Catelan, 2013).

Dessa forma, se as teorias clássicas, como a Teoria das Localidades Centrais de Christaller, oferecem o suporte necessário para compreender hierarquias tradicionais pautadas no custo de transporte e em áreas de mercado, o paradigma das redes urbanas torna-se indispensável para analisar a complexidade espacial contemporânea. Esta nova dinâmica é moldada pelo progresso técnico-científico-informacional, pela flexibilidade produtiva e pela globalização, que priorizam as relações horizontais e a emergência de estruturas multicêntricas e policêntricas. Compreender esse avanço teórico é, portanto, vital para desvendar os mecanismos da reestruturação urbana e as contradições do espaço produzido no século XXI.

1.2 Compressão Espaço-Tempo, Divisão Internacional do Trabalho e Mundialização do Capital

Historicamente, a relação entre a cidade e o campo foi redefinida pela divisão social do trabalho, na qual a produção de um excedente alimentar no meio rural permitiu a liberação de parte da força de trabalho para atividades não agrícolas. Esse processo consolidou uma divisão territorial do trabalho, manifestando-se em uma relação dialética entre dois espaços complementares que, juntos, buscam esgotar a totalidade do espaço geográfico: a cidade e o campo.

Nesse contexto, as cidades emergiram inicialmente como nós estratégicos para a instalação de instituições sociais e o exercício do poder, evoluindo para centros de gestão e dominação ligados a aparatos político-administrativos. Com o tempo, tornaram-se também

espaços fundamentais de produção, onde o adensamento populacional e funcional viabilizou a estruturação de uma divisão intraurbana do trabalho. O desenvolvimento da rede urbana está, portanto, intrinsecamente ligado a essa dinâmica territorial, na qual diferentes centros assumem papéis funcionais específicos, gerando diferenciações que resultam em uma organização hierárquica do sistema (Santos, 2013).

É imperativo destacar a atuação de forças homogeneizadoras nesses espaços, impulsionadas pela lógica do capital e da globalização, que impõem finalidades específicas às suas dimensões funcionais e espaciais. Contudo, como o espaço é um produto social e a face material da existência humana, cabe à sociedade o papel ativo de apropriar-se dessas formas e direcioná-las para o benefício coletivo. No atual período técnico-científico-informacional, a disseminação da informação torna-se uma ferramenta crucial para o esclarecimento e a emancipação humana. Tal necessidade acentua-se ao compreendermos que a globalização não se manifesta de forma democrática, frequentemente assumindo um caráter perverso que aprofunda as desigualdades socioespaciais e subordina os lugares a interesses corporativos distantes (Santos, 1994).

Milton Santos ressalta que a globalização não se manifesta de forma uniforme no território planetário. Segundo o autor, "(...) todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial; quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares" (SANTOS, 1994, p. 31), uma vez que o processo de globalização se concretiza, efetivamente, através das pessoas e das localidades. Nesse cenário, os lugares e seus habitantes são forçados a se adaptar a novas dinâmicas, sendo transformados por fluxos hegemônicos que estabelecem forças reguladoras capazes de condicionar ações locais a partir de determinações externas.

A partir dessa premissa, incorpora-se o tempo como um elemento analítico central para a compreensão da aceleração contemporânea. Esta concepção de tempo, definida por Santos (1994) como a "quinta dimensão" do espaço, transcende a mera contemporaneidade e projeta-se sobre o futuro, um tempo que, embora ainda em construção, já informa e molda o presente. Assim, o foco desta análise estabelece-se sobre os eixos da rede urbana e da aceleração técnico-científica.

Nesse contexto, a aceleração manifesta-se precisamente nos espaços reconfigurados pelos fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informação. Assim como a rede urbana é interpretada como um reflexo das dinâmicas econômicas, sociais e culturais (Corrêa, 2004), ela pode ser compreendida como um espelho da celeridade dos tempos atuais, uma síntese dialética entre o passado e o presente, intrinsecamente articulada à ideia de progresso técnico.

Ao considerar o tempo como a “quinta dimensão” do espaço, conceito fundamental proposto por Milton Santos (1994), compreendemos o tempo cotidiano compartilhado que permeia e articula tanto a cidade quanto o campo. É nesse horizonte temporal que ocorrem as trocas nos nós da rede urbana, conectando pontos e formando teias sociais cada vez mais densas, nas quais a sociedade se insere como agente ativo através de consumidores, trabalhadores e estudantes. Assim, é nesse espaço-tempo que a rede urbana efetivamente se materializa e ganha vida.

A aceleração impulsionada pelo advento do meio técnico-científico-informacional, ao promover a reestruturação e a complexificação das redes, redefine constantemente as funções urbanas e amplia os fluxos estabelecidos entre cidades, independentemente de sua proximidade geográfica. A técnica contemporânea possui a capacidade de relativizar o tempo e as distâncias, reduzindo os efeitos da distância econômica — medida em função do custo e do tempo de deslocamento — e facilitando a emergência de “verticalidades”. Essas verticalidades, caracterizadas por fluxos instantâneos de informação, aceleram o desenvolvimento da produção e as novas formas de consumo, permitindo uma conquista de mercados mais agressiva e a consequente acumulação de capital pelas grandes empresas.

Os modernos sistemas de comunicação e transporte não apenas otimizam a conectividade entre os lugares e a circulação de informações, mercadorias e pessoas, mas também atuam como motores do avanço das formas urbanas. A gestão informatizada dos fluxos exemplifica como a tecnologia viabiliza novas dinâmicas espaciais; nesse contexto, a Internet e o comércio eletrônico tornam-se ferramentas que reforçam as interações horizontais e heterárquicas entre cidades de diferentes tamanhos. Esse novo padrão reticular favorece a geração de externalidades de rede e a cooperação interescalar, revelando um sistema urbano marcado pela complementaridade e pela superação das barreiras físicas tradicionais (Castells, 1999; Harvey, 1992).

Essa aceleração contemporânea reflete-se incisivamente na dinâmica da inovação, exigindo que, no paradigma atual, as empresas inovem de forma contínua para preservarem sua competitividade. A velocidade dos processos tende ao infinito, enquanto o tempo destinado à reflexão e a capacidade de intervenção humana direta diminuem, o que alimenta uma "cultura de emergência" e eleva a volatilidade dos sistemas. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) permitem novas arquiteturas na organização da produção, no acesso ao conhecimento e na gestão do tempo e do espaço dentro das redes de relacionamento. Contudo, a introdução da tecnologia, isoladamente, não é garantia de produtividade, exigindo a

combinação de investimentos em educação e aprendizagem contínua, infraestrutura técnica e uma profunda mudança na cultura de gestão e de trabalho (Santos, 2008).

A globalização dos mercados financeiros, potencializada pelo avanço digital e pela circulação instantânea de dados, interfere diretamente na segurança do emprego, nos fluxos de mobilidade das populações e na geografia das desigualdades socioespaciais. A nova ordem econômica internacional subverte os critérios locacionais tradicionais, promovendo a terceirização e estratégias transnacionais que impõem uma reconfiguração profunda das cidades, dos processos de urbanização e de sua articulação com o espaço nacional (Bauman, 1999).

Neste cenário globalizado, a competitividade territorial baseia-se crescentemente na qualidade dos fatores produtivos locais, nas sinergias intersetoriais, nas economias de aglomeração e na capacidade técnica de inovar. O desenvolvimento territorial duradouro não se explica apenas pela demanda momentânea de um produto, mas pela habilidade de substituir produções em declínio por novos ciclos modernos através da inovação contínua. O verdadeiro motor de desenvolvimento de uma cidade reside, portanto, na criatividade de suas instituições, na sofisticação de seu tecido empresarial e na flexibilidade de suas redes de transporte e serviços, formando uma densa infraestrutura capaz de permitir a rápida reconversão de fatores produtivos para novas frentes de produção (Santos, 2000).

A aceleração, impulsionada pela convergência tecnológica e pela mundialização econômica, intensifica fluxos e interações, tornando as redes urbanas mais densas e dinâmicas. Esse processo ocorre de maneira irregular e assimétrica, fortalecendo regiões que concentram o conhecimento, a inovação e o "capital relacional". A rede urbana contemporânea reflete essa complexificação, onde o sucesso territorial depende da capacidade de articular ativos imateriais e sinergias locais em escalas globais (Rosa, 2019).

No atual meio técnico-científico-informacional, a aceleração das dinâmicas urbanas reprime distâncias e redefine os papéis das cidades na divisão territorial do trabalho. Esse fenômeno não é meramente um aumento na velocidade dos fluxos, mas uma transformação qualitativa nas formas de organização produtiva e nas estratégias dos agentes econômicos. A cidade torna-se, assim, um espaço de convergência de temporalidades, no qual o tempo — a "quinta dimensão" do espaço — articula o cotidiano local às determinações do progresso técnico mundial (Santos, 1994).

A mundialização da economia e a crescente interdependência territorial evidenciam a vulnerabilidade das cidades perante decisões tomadas em centros de comando distantes. Sob a lógica da acumulação flexível, típica do capitalismo contemporâneo, exige-se das cidades uma

reinvenção permanente para atrair investimentos e gerar vantagens competitivas absolutas. Nesse contexto, a aceleração atua como uma exigência estrutural que subverte critérios tradicionais de localização, priorizando a fluidez e a flexibilidade organizacional (Harvey, 2001).

Além disso, a aceleração está intrinsecamente ligada à urbanização extensiva, que dissolve a antiga dicotomia entre cidade e campo. O tecido urbano expande-se sobre o conjunto do território, transformando áreas rurais em "paisagens operacionais" integradas a cadeias produtivas globais. Nesse arranjo, as cidades médias e pequenas ganham protagonismo ao assumirem funções estratégicas de logística e serviços especializados, superando a condição de meros receptores de fluxos metropolitanos.

Entretanto, é imperativo reconhecer que essa aceleração também aprofunda as desigualdades socioespaciais e fragilidades territoriais. A velocidade dos fluxos hegemônicos pode excluir territórios e populações que não acompanham o ritmo do capital global, resultando em processos de marginalização e esvaziamento funcional. Assim, a aceleração manifesta o caráter perverso da globalização, em que a técnica e a informação são apropriadas de forma seletiva, acentuando a clivagem entre os circuitos da economia urbana.

Enquanto categoria analítica, a aceleração representa uma transformação estrutural na produção do espaço, superando a visão de receptáculo passivo para compreendê-lo como condição e resultado da lógica do capital. O espaço urbano deixa de ser apenas local de fixação para tornar-se um elemento dinâmico, moldado por fluxos que conectam o lugar ao mundo. Em última instância, a aceleração expressa a intensificação das relações dialéticas entre tempo, técnica e território no século XXI.A Divisão Internacional do Trabalho (DIT), tradicionalmente baseada em especializações produtivas regionais, é reconfigurada por essa aceleração. As cidades médias e pequenas, antes vistas como periféricas ou subordinadas, passam a desempenhar papéis estratégicos na articulação de redes produtivas, logísticas e informacionais. Essa nova condição não elimina as desigualdades, mas as reorganiza, criando formas de dependência e centralidade. A lógica da aceleração impõe às cidades a necessidade de se tornarem competitivas, conectadas e adaptáveis, sob pena de marginalização territorial.

Nesse cenário, a aceleração técnico-científica redefine o papel do tempo na produção do espaço, transformando-o em uma variável estratégica que condiciona a organização territorial. Conforme proposto por Milton Santos (1994), o tempo emerge como uma “quinta dimensão” do espaço, transcendendo a cronologia linear para articular o cotidiano compartilhado às determinações do progresso técnico mundial. A compressão espaço-tempo, viabilizada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permite que decisões

tomadas em centros de comando globais alterem funções e fluxos em localidades remotas de forma instantânea. Essa aceleração, contudo, é intrinsecamente irregular e assimétrica: ela se manifesta de forma desigual, consolidando áreas com alta concentração de densidade técnica e informacional enquanto condena outras à lentidão e à exclusão estrutural.

Por fim, é imperativo destacar que a aceleração não constitui um processo neutro, pois carrega as contradições da acumulação flexível que se expressam na fragmentação socioespacial e na volatilidade econômica. A cidade acelerada manifesta o caráter predatório da globalização, onde o acesso aos fluxos de informação e às oportunidades de consumo é seletivo e condicionado por fatores como renda, escolaridade e conectividade. Compreender a aceleração como um fenômeno espacial exige reconhecer seus impactos sobre a vida cotidiana e os desafios impostos ao planejamento urbano, revelando um sistema que produz simultaneamente ordem e desordem em um mundo cada vez mais veloz e desigual.

1.3 Interações Interescalares sob o Par Hierarquia-Heterarquia: Rupturas e Conectividades na Rede Urbana

Historicamente, a organização do espaço urbano foi interpretada sob uma ótica predominantemente hierárquica, fundamentada em modelos clássicos como a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller e August Lösch. Esses sistemas descreviam uma estrutura onde centros de ordem superior dominavam regiões maiores, oferecendo bens e serviços especializados a núcleos de níveis inferiores em uma rede de centros contidos. Tal organização baseava-se rigorosamente na distância econômica, no limiar de mercado e no alcance dos serviços, nos quais os custos de transporte eram o principal fator determinante da localização das atividades.

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o advento do meio técnico-científico-informacional e a intensificação da globalização iniciaram uma profunda reconfiguração dessa estrutura. A expansão de novos sistemas de comunicação e transportes promoveu a compressão do tempo-espaço, relativizando as distâncias físicas e diminuindo a importância da contiguidade geográfica como fator exclusivo de organização territorial. Nesse contexto, o espaço deixa de ser um receptáculo passivo para ser compreendido como um espaço de fluxos e relações transterritoriais.

Deste modo, a heterarquia urbana (Catelan, 2013) surge como uma perspectiva analítica essencial para compreender a urbanização contemporânea. Esta abordagem reconhece a permanência da hierarquia, mas enfatiza a complementaridade e a interdependência entre os centros. Ao considerar as interações espaciais interescalares — que ocorrem em múltiplas

escalas geográficas, do local ao global — a heterarquia oferece uma visão dinâmica onde cidades médias e pequenas assumem papéis especializados, atuando como elos vitais ou centros de gestão territorial.

A rede urbana contemporânea manifesta-se através de articulações em múltiplos níveis, superando a rigidez das metrópoles e centros locais isolados. A perspectiva heterárquica reconhece que as cidades se relacionam de forma horizontal e não-hierárquica, permitindo que centros menores assumam papéis estratégicos na divisão territorial do trabalho através de redes de especialização. Essas redes podem unir cidades com funções similares para fins de inovação ou cidades com especializações distintas para integração funcional, transcendendo as barreiras espaciais clássicas.

Por fim, essa transformação não implica a substituição total da hierarquia, mas sim a coexistência dialética de dois padrões de rede: o tradicional tipo hierárquico e os novos arranjos de tipo heterárquico. O que se observa é a emergência de uma estrutura mista, onde o padrão reticular se sobrepõe e se articula ao anterior, provocando uma reestruturação das relações urbanas que exige o reconhecimento da totalidade e da fragmentação do espaço produzido. Essa integração entre o sistema urbano e a rede de cidades é fundamental para desvendar os mecanismos de poder e as novas formas de diferenciação socioespacial no século XXI.

A adoção do paradigma reticular torna-se essencial para apreender as dinâmicas espaciais contemporâneas, configurando-se como um conjunto de fluxos e vínculos socioeconômicos — informações, bens, serviços e conhecimento — predominantemente horizontais e não-hierárquicos. Essas redes conectam centros urbanos que, sob o modelo clássico, estariam isolados, manifestando-se como redes de complementaridade (entre cidades com especializações distintas que se integram) ou redes de sinergia (entre centros com funções similares em busca de cooperação e inovação).

Para desvendar o binômio hierarquia/heterarquia, é imperativo distinguir o sistema urbano, compreendido como uma construção epistemológica da totalidade das interações espaciais, da rede urbana, vista como uma construção metodológica que revela a morfologia e a manifestação do urbano, para além da sua mera forma. Essa análise conjunta permite identificar as relações de poder, as dinâmicas de dominação e as desigualdades socioespaciais que caracterizam o espaço produzido (Catelan, 2013).

Nesse cenário, a compreensão das interações espaciais interescalares assume papel crucial. A densificação técnica dos sistemas de transporte e comunicação, característica do meio técnico-científico-informacional, relativiza distâncias e permite que a escala global exerça uma determinação crescente sobre as instâncias nacional, regional e local. Como resultado, decisões

e fluxos originados em escalas macrogeográficas interferem diretamente na especialização funcional e nos papéis que as cidades desempenham na divisão territorial e social do trabalho.

A rede urbana contemporânea reflete essa complexificação, operando com cidades que funcionam como nós em um entramado de relações que transcende delimitações administrativas e rigidezes hierárquicas. Esse avanço tecnológico facilita a existência de verticalidades — fluxos de informação e capital em alta velocidade que atravessam o território — acelerando os ciclos de produção e instaurando novas dinâmicas de consumo que redefinem a vida cotidiana e a centralidade urbana

A gestão informatizada dos fluxos urbanos exemplifica como a técnica permite novas dinâmicas espaciais, nas quais o comércio eletrônico atua reforçando as interações horizontais e heterárquicas entre cidades de diferentes tamanhos. Nesse contexto, as TICs sustentam a interação entre unidades urbanas distintas por meio de externalidades de rede, que são fundamentais para gerar vantagens em um espaço econômico dinâmico baseado em fluxos integrados de produção e consumo.

Em redes mundiais, onde as distâncias são vastas, a interação baseia-se em relações que prescindem da contiguidade física, fazendo com que o espaço geográfico tradicional pareça se "dobrar" para aproximar os centros urbanos. A circulação de capital e de informação caracteriza-se pela sua deslocalização, enquanto o conhecimento e a inovação movem-se velozmente dentro de redes selecionadas, tornando o “capital relacional” e a conectividade estratégica elementos vitais para empresas e territórios.

A divisão internacional do trabalho torna-se, assim, um processo dinâmico e reconfigurado constantemente, no qual a competitividade das cidades baseia-se em vantagens absolutas construídas sobre a qualidade dos fatores produtivos, sinergias intersetoriais e, fundamentalmente, a capacidade técnica de inovar. Isso resulta em uma reestruturação urbana contínua, que reflete as metamorfoses das lógicas capitalistas contemporâneas.

Em última instância, a passagem “da hierarquia à heterarquia” não descreve uma transição completa ou a extinção de níveis de importância, mas sim a emergência de uma estrutura mista. Nela, os padrões tradicionais coexistem com novos arranjos em rede, impulsionados pela aceleração do sistema técnico-científico-informacional e pelas demandas de um mundo globalizado, resultando em um sistema urbano complexo e em constante avanço interescalar.

A intensificação dos fluxos informacionais, logísticos e financeiros, viabilizada pelo avanço técnico-científico-informacional, tem sido fundamental para a consolidação desses arranjos heterárquicos. Cidades que anteriormente ocupavam posições periféricas na hierarquia

tradicional passaram a desempenhar papéis estratégicos em redes de produção e conhecimento, conectando-se diretamente a centros de comando ou a outras cidades com especializações complementares. Essa nova lógica espacial desafia a premissa de que a contiguidade física é condição necessária para a interação, uma vez que a conectividade técnica permite a articulação entre territórios distantes, criando "verticalidades" que atravessam escalas e fronteiras nacionais.

Nesse cenário, o conceito de rede urbana ganha centralidade metodológica ao revelar a morfologia de um sistema que não é apenas uma representação de conexões, mas a expressão material de dinâmicas sociais e econômicas. A análise da rede permite identificar padrões de sinergia e complementaridade entre centros urbanos de diferentes portes, evidenciando como a centralidade contemporânea é fluida e relacional. Assim, a heterarquia propõe uma leitura flexível capaz de captar as múltiplas formas de organização que emergem da reestruturação produtiva, onde relações de competição e cooperação se sobrepõem à estrutura piramidal clássica.

Por fim, a perspectiva heterárquica é essencial para compreender o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na rede urbana brasileira. Ao reconhecer que as cidades exercem funções distintas em diferentes escalas, torna-se possível analisar como certas localidades se tornam polos dinâmicos em fluxos específicos enquanto outras permanecem à margem dos investimentos hegemônicos. Esse entendimento fornece subsídios fundamentais para o planejamento urbano e regional, orientando políticas públicas que considerem a diversidade de papéis urbanos e busquem promover maior equidade territorial diante dos processos de socioespaciais.

1.4 Cidades Médias e Pequenas na Divisão Territorial do Trabalho: Especialização Funcional e Diferenciação Socioespacial

As cidades médias e as metrópoles desempenham papéis e funções distintas na rede urbana. Historicamente, as metrópoles foram o foco das análises urbanas, mas as cidades médias ganham cada vez mais importância devido à desconcentração do capital e ao surgimento de novas centralidades. A análise dos papéis e funções das cidades médias permite identificar mudanças na condição urbano-regional e nas novas dinâmicas na rede urbana, principalmente ao ganharem importância como polos de desenvolvimento regional, atraindo investimentos e população (Sposito, 2004).

Deste modo, torna-se cada vez mais necessário destacar a força desses centros regionais, promovida pelo arranjo particular de seus agentes, que ganham força pela

possibilidade de maior fluidez e articulação do capital, das trocas e dos negócios em múltiplas escalas. Os centros urbanos considerados capitais regionais fazem parte de distintas formações socioespaciais, ao mesmo tempo em que passam a comandá-las e reestruturá-las. Antes, a escala regional alterava as cidades; hoje, são as próprias cidades, pela lógica regional reforçada pela multiescalaridade, que comandam e reestruturam as formações socioespaciais.

O processo de urbanização contemporânea brasileira é influenciado, sobretudo a partir do século XIX, pelas transformações políticas, sociais, econômicas e espaciais decorrentes da expansão da economia cafeeira, gerando uma industrialização e a estruturação de uma rede urbana hierárquica. No século XX, houve uma descentralização territorial dessas unidades produtivas industriais da metrópole para diferentes áreas do território, tornando as cidades médias polos de atividades comerciais e industriais, redefinindo a divisão territorial do trabalho com o crescimento desses centros urbanos e reforçando cada vez mais o papel desempenhado em contraposição às cidades pequenas (Sposito, 2004).

Com a redefinição da estrutura urbana das cidades contemporâneas, causada através do aumento de lotes não edificados; de vazios urbanos; sobreposições fundiárias e imobiliárias; novas formas de habitat urbano; concentração de atividades industriais em centros urbanos longínquos das metrópoles etc.; as cidades médias passam a desempenhar o papel de intermediação entre as metrópoles e as cidades pequenas que compõem uma rede urbana (Sposito, 2004).

O aparecimento de novas cidades com força regional gera níveis mais distintos e uma hierarquia mais vertical, porém com maior complexidade na diferenciação socioespacial do sistema urbano. A complexidade do sistema urbano, composta por tantos centros que passam a participar ativamente da concentração espacial do capital, leva à consolidação da ideia de formação socioespacial. Portanto, a análise da relevância dos centros regionais é fundamental para compreender a dinâmica do sistema urbano brasileiro, considerando a cobertura territorial das capitais regionais, o aumento na densidade de fluxos em cidades médias e a força desses centros impulsionada pela articulação de agentes e pela fluidez do capital.

Dessa forma, ao reconhecer que a diferenciação socioespacial é mais adequada do que a simples diferenciação espacial, evidencia-se que os centros regionais não apenas se distinguem por suas funções e formas urbanas, mas sobretudo pelas relações sociais que estruturam e condicionam sua dinâmica. Como destaca Silva (2007), a diferenciação socioespacial resulta da ação dos agentes econômicos, políticos e sociais que produzem desigualdades no espaço urbano, tornando-o um reflexo direto das contradições da sociedade. Assim, ao adotar o termo “socioespacial”, enfatiza-se que a complexidade do sistema urbano

brasileiro não pode ser compreendida apenas pela heterogeneidade territorial descrita por Corrêa (2007), mas pela articulação entre território e sociedade, onde a fluidez do capital e a atuação dos agentes locais e regionais consolidam novas hierarquias e intensificam a fragmentação das cidades.

A lógica regional é reforçada pela multiescalaridade, o que significa que as cidades exercem influência em diversas escalas geográficas, desde a local até a global. Essa multiescalaridade permite que os centros regionais se articulem com diferentes agentes e fluxos de capital, expandindo sua atuação e reestruturando as formações socioespaciais. A complexidade do sistema urbano exige uma análise que considere a totalidade, a fragmentação e as múltiplas escalas geográficas, valorizando as funções e papéis de cada cidade e as interações espaciais que se processam. A compreensão das formações socioespaciais requer a superação do paradigma hierárquico e a adoção de uma perspectiva heterárquica, que reconheça a importância de cada centro urbano e suas interações em diferentes escalas.

Dessa forma, definimos as cidades médias não somente através de seu tamanho demográfico e territorial, mas a partir de seus papéis de intermediação desempenhados em uma rede de cidades pequenas. As cidades médias são, então, aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, tornam-se centros regionais expressivos em função de desempenharem o papel de ligação entre pequenos e grandes núcleos urbanos. Ademais, em razão de processos que resultaram em um contínuo crescimento territorial e de junção com outros núcleos urbanos, essas cidades médias tornam-se parte de aglomerações urbanas de pequeno e médio porte, reforçando paulatinamente seus papéis intermediários na rede urbana (Sposito, 2004).

A homogeneização das condições de infraestrutura do território não metropolitano, assim como dos níveis de educação e formação profissional correspondentes, diminui as desvantagens comparativas tradicionais dessas áreas. A organização em rede oferece uma alternativa em termos de dimensão quando uma cidade individual não pode crescer, ou não pode fazê-lo rapidamente. Cidades médias em uma região urbana policêntrica, por exemplo, podem alcançar em rede a massa de uma cidade de milhões de habitantes. A interação entre diferentes unidades urbanas — incluindo cidades médias e pequenas — na rede gera novas fontes de economias externas espaciais não aglomeradas.

> Na rede urbana conectam-se pontos, fortalecem-se nós, interações espaciais ocorrem e trocas econômicas-financeiras se multiplicam, reproduzem-se. Tessituras e tramas espaciais são tecidas, favorecendo a subordinação dos centros menos providos, à medida que se fortalece o domínio e o poder dos núcleos com maior grau de centralidade econômica e expressão política; emaranhando-se ordens e desordens, arranjos e desarranjos territoriais,

> continuidades e descontinuidades espaciais, por fim, acumulação expansão reprodução do capital, crise econômica em prol da manutenção do poder da elite (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 47).

A interação e articulação entre cidades médias e pequenas podem gerar especialização complementar. Em contraste com os modelos de lugar central, onde o conhecimento se difunde hierarquicamente das cidades maiores para as menores, nos modelos de rede a difusão do conhecimento pode ocorrer não apenas verticalmente, mas também entre cidades de menor nível, e até mesmo de cidades de nível inferior para cidades de nível superior. Isso confere às cidades pequenas um papel mais ativo na geração e circulação do conhecimento.

O processo de urbanização extensiva descreve como o 'urbano', visto como substantivo e não apenas atributo da cidade, ganhou virtualmente dimensões globais, equipando todo o espaço social — incluindo áreas antes consideradas rurais ou de pequenas cidades — com condições urbano-industriais. O planejamento urbano e regional, ao incorporar o contexto regional, passou a reconhecer a importância das interações e problemáticas que transcendem os limites administrativos da cidade individual. A densidade e orientação das redes — como as de transporte — dependem do sistema de interdependências, que inclui as articulações entre os diferentes elementos do espaço urbano-regional. Essas articulações múltiplas entre cidades médias e pequenas são visíveis nos resultados da urbanização extensiva, com interdependência, articulação e especialização complementar.

A intensa mobilidade espacial da população procedente de municípios com pequenos centros urbanos na década de 1960, foi o fenômeno visível que despertou a atenção para uma série de questionamentos (Endlich, 2006). É neste período em que há grande evasão do campo para a cidade e as pequenas cidades tornaram-se uma ponte entre o rural e o urbano. Outra mudança significativa foi a perda do papel já antes limitado das pequenas cidades, que até a década de 1970 atendiam às demandas do campo e que a partir de então, passam a constituir-se também como exército de reserva rural-urbana das metrópoles (Corrêa, 1989).

A pequena cidade tornou-se, então, marca de uma escala de dimensão de cidade na divisão territorial e social do trabalho e da transformação do espaço, podendo ser compreendida como o nível mais básico do urbano, mas sendo estendida a maiores níveis de complexidade, dependendo, assim, do contexto geográfico estudado (Sposito e Silva, 2013).

Entendemos que, através da globalização e do avanço dos meios técnico-científicos-informacionais, os emaranhamentos da rede urbana estão em constante modificação e complexificação. Mas é necessário que voltemos nosso olhar para o local, onde as relações sociais estão presentes e os fluxos acontecem. As cidades pequenas já não se traduzem mais em

simples cidades locais ou mesmo no fixo mais simples do urbano-regional. Elas têm ganhado dimensões cada vez mais interescalares em suas lógicas e pretextos de suas respectivas redes urbanas.

Em cada região, as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana. Uma cidade definida como pequena devido ao seu baixo nível demográfico pode ser funcionalmente importante em uma dada rede urbana, e o inverso também pode ocorrer. Levando em consideração a área de influência, a densidade demográfica dos núcleos próximos e o desenvolvimento terciário com a composição econômica, pode-se entender a importância dessa localidade em uma dada região. Dessa forma, a centralidade não pode ser definida apenas pela extensão da área de influência; é necessário também considerar a densidade demográfica existente no entorno das localidades e suas relações com os demais centros urbanos (Endlich, 2017).

Há diversas combinações e arranjos na trama espacial da vida, presentes nesses pequenos núcleos. Em muitos casos, oferece uma gama restrita de bens e serviços à sua população, contrastando com o consumismo capitalista e o acesso aos bens necessários à realização da vida, diferenciando-se dos centros de porte superior. Consequentemente, há uma divergência constante, pois as pessoas financeiramente mais providas utilizam essas cidades como plataformas de absorção de capital e vantagens políticas, realizando suas vontades mais urgentes em outros núcleos urbanos (Sposito e Silva, 2013).

A partir da redefinição da forma pela qual se constitui a centralidade urbana, alcançando escalas espaciais de aglomerações urbanas mais dispersas e descontínuas, tornam-se crescentes os esforços científicos para compreender a reestruturação urbana no país, que atinge cada vez mais um nível maior de complexidade dentro de uma nova divisão interurbana do trabalho no Brasil (Sposito, 2017).

Na contemporaneidade, as interações espaciais decorrentes desses núcleos urbanos tornam-se, enquanto perspectiva metodológica, um caminho para compreender a reestruturação hierárquica em conjunto às articulações interescalares, repensando a rede urbana e os diferentes papéis que as cidades exercem através de seus tecidos, laços e nós que as compõem. Nesta concepção, as interações espaciais correspondem às funções e aos papéis dos centros urbanos, além dos padrões espaciais que estes articulam a partir de uma determinada rede de cidades. Ou seja, analisar os papéis e as funções que definem uma cidade é compreender as articulações e interações no âmbito da rede urbana através de uma combinação espaço-temporal em uma determinada estruturação espacial (Catelan, 2013).

A redefinição da rede urbana, que ocorre através das novas dinâmicas econômicas, demográficas, concentradoras e de políticas centralizadoras, redefine, junto a ela, a expressividade de suas localidades. Assim, os núcleos pequenos tornam-se cada vez mais inexpressivos, em uma perspectiva racionalmente econômica e demográfica, frente aos processos que reforçam os papéis das cidades médias. No entanto, outras dinâmicas surgem nesses pequenos núcleos urbanos, como: o processo de especialização produtiva que torna municípios referências de produção em determinadas áreas; o papel das pequenas localidades nesses municípios, através de um funcionamento logístico do território para atividades cuja acumulação apresenta uma feição maior de desconcentração do que de concentração territorial; os pequenos núcleos urbanos tornam-se cada vez mais sedes de cooperativas ou empresas que organizam regionalmente a produção; há um crescimento em pontos de comercialização e de prestação de serviços do consumo produtivo voltado ao agroindustrial. Além disso, essas cidades pequenas garantem uma infraestrutura básica de circulação e de moradia para uma parte da sociedade que representa a oferta de mão-de-obra necessária (Endlich, 2017).

Nesse sentido, o alcance espacial das cidades médias pode ser analisado a partir da oferta de bens e serviços direcionados aos sujeitos sociais das cidades pequenas. Como destaca a autora Fresca (2013), a demanda por bens e serviços revela localizações diferenciadas, pois produtos de consumo frequente e esporádico permitem estabelecer os limites espaciais de sua distribuição. Essa diferenciação na oferta gera, por consequência, uma diferenciação entre as localidades centrais, de caráter hierárquico (Fresca, 2013, p. 19).

Dentre as escalas de interação, a dimensão regional permanece, do ponto de vista epistemológico, como um caminho relevante para a compreensão da rede urbana. O aumento de arranjos populacionais formados por cidades médias evidencia o papel destas na articulação de redes compostas por núcleos menores, demonstrando seu alcance espacial e a influência exercida sobre os sujeitos sociais que se deslocam em direção ao núcleo polarizador.

No contexto reconfigurado pela aceleração técnica e pela globalização, as cidades médias e pequenas transcendem a posição passiva e dependente que lhes era frequentemente atribuída nos modelos hierárquicos tradicionais. Elas se tornam nós ativos em um complexo sistema de redes, participando de interações horizontais e interescalares, especializando-se, e alcançando vantagens através da cooperação e complementaridade com outras cidades, independentemente de seu tamanho relativo na hierarquia tradicional. A compreensão de seu papel exige, portanto, a análise dessas dinâmicas em rede e do contexto urbano-regional ampliado pela urbanização extensiva.

A análise dessas mudanças requer a consideração de fatores como a globalização, as políticas públicas e as estratégias dos agentes econômicos. A intensificação das interações espaciais tem levado a uma aproximação entre áreas urbanas e rurais, resultando na formação de regiões urbanas. Esse processo pode provocar a implosão de formações socioespaciais tradicionais e a emergência de novas configurações territoriais. Ao mesmo tempo, a diferenciação socioespacial se acentua, com o surgimento de novas desigualdades e disparidades entre cidades e regiões. Essa dinâmica complexa exige uma análise que considere tanto os aspectos de integração quanto os de fragmentação do território.

As cidades médias e pequenas têm ganhado crescente relevância no contexto urbano-regional brasileiro, especialmente diante das transformações provocadas pela desconcentração produtiva, pela reconfiguração das redes urbanas e pela intensificação dos fluxos em múltiplas escalas. Tradicionalmente ofuscadas pelas metrópoles, essas cidades passaram a desempenhar funções estratégicas na articulação territorial, tornando-se polos regionais de desenvolvimento, inovação e prestação de serviços. Essa mudança não é apenas quantitativa, mas qualitativa, pois envolve uma revalorização dos papéis urbanos em função das novas exigências do sistema técnico-científico-informacional.

A lógica regional, antes centrada na influência das metrópoles sobre os territórios adjacentes, tem sido progressivamente substituída por uma dinâmica em que as próprias cidades médias comandam e reestruturam suas regiões. Essa inversão revela a força dos agentes locais e a capacidade de articulação multiescalar desses centros, que se tornam protagonistas na organização das formações socioespaciais. A multiescalaridade, nesse sentido, é uma chave interpretativa fundamental para compreender como as cidades médias se conectam simultaneamente a escalas locais, regionais, nacionais e globais, desempenhando funções que extrapolam seus limites administrativos.

As cidades pequenas, por sua vez, embora frequentemente associadas à marginalidade territorial, também participam ativamente das redes urbanas. Elas funcionam como pontos de apoio logístico, espaços de moradia, núcleos de produção especializada e locais de circulação de bens e serviços voltados ao consumo produtivo. Em muitos casos, essas cidades constituem a base de sustentação das cidades médias, fornecendo mão de obra, recursos naturais e mercados locais. A interação entre cidades médias e pequenas, portanto, não é apenas funcional, mas estrutural, revelando uma rede urbana complexa e interdependente.

A especialização complementar entre cidades de diferentes portes é um dos elementos centrais dessa nova configuração. Ao contrário dos modelos hierárquicos clássicos, que pressupunham uma difusão vertical do conhecimento e dos serviços, os arranjos em rede

permitem trocas horizontais, inclusive entre cidades pequenas, e até mesmo a retroalimentação de centros maiores por núcleos menores. Essa dinâmica amplia as possibilidades de desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que desafia os planejamentos urbanos baseados em escalas rígidas e centralidades fixas.

Por fim, compreender o papel das cidades médias e pequenas no contexto urbano-regional exige uma abordagem que valorize a diversidade dos arranjos espaciais, a complexidade das interações interescalares e a atuação dos agentes locais. A análise das formações socioespaciais, das redes de complementaridade e sinergia, e das dinâmicas de especialização produtiva permite desvendar os mecanismos que sustentam a reestruturação urbana no Brasil contemporâneo. Nesse cenário, as cidades médias e pequenas não são apenas receptores de fluxos metropolitanos, mas sim elementos ativos na construção de novas territorialidades, capazes de promover desenvolvimento, inovação e coesão regional.

1.5 Reconfigurações Urbano-Regionais na Acumulação Flexível: O Espaço de Gestão e a Fluidez Territorial

Com o avanço do sistema técnico-científico-informacional e a globalização, as relações espaciais tornaram-se mais complexas, e a influência de decisões tomadas em escalas geográficas mais abrangentes (global) sobre o nacional, regional e local intensificou-se. Isso impacta diretamente os papéis que as cidades desempenham na divisão territorial e social do trabalho. O modo de produção capitalista se articula em escala mundial como uma rede de formações sociais interdependentes, caracterizadas por relações de poder assimétricas. Essa assimetria cria uma cadeia de dominação e dependência, onde a posição específica de uma formação social na cadeia determina sua situação. A "questão urbana" em sociedades dependentes reflete essa articulação em escala mundial e as consequências do desenvolvimento desigual e da decomposição de formas produtivas preexistentes (Castells, 2006).

A dinâmica de desenvolvimento territorial é vista como acumulativa, e a observação de disparidades inter-regionais crescentes reforça a ideia da necessidade de intervenções. A competição entre regiões tende a ocorrer com base na "vantagem absoluta", e não apenas na "vantagem comparativa" ricardiana. Regiões com menor competitividade em todos os setores, mesmo com salários mais baixos, podem enfrentar crises e "desertificação", pois os custos unitários do trabalho (salários de eficiência) são o que importa para as empresas, e estes dependem da produtividade, que por sua vez está ligada a infraestruturas, serviços eficientes, cultura industrial e "precondições" para o desenvolvimento (Camagni, 2005).

Assim, o papel das cidades médias e pequenas na Divisão Internacional do Trabalho contemporânea não é fixo, mas dinâmico e dependente de sua capacidade de se articular nas diversas redes (produtivas, de conhecimento, de fluxos) que estruturam o espaço globalizado. Elas podem se beneficiar da organização em rede para alcançar massa crítica e economias externas não aglomeradas. Contudo, sua posição continua sendo influenciada pelas relações de poder assimétricas e pelas decisões tomadas em escalas superiores, dentro da lógica da acumulação capitalista global. Compreender essa dinâmica exige ir além dos modelos de organização espacial tradicionais e analisar o espaço como produto social, moldado por múltiplas instâncias (econômica, política, ideológica) e pela conjuntura das relações sociais. O espaço nacional, apesar da globalização, ainda retém importância como escala de referência para entender as determinações históricas e sociais e para a formulação de políticas que busquem conciliar desenvolvimento e combate às desigualdades em um mundo crescentemente polarizado.

Os modelos clássicos também partem da premissa de agentes econômicos racionais que buscam maximizar benefícios de maneira previsível. No entanto, na prática, as decisões de localização são condicionadas por fatores não econômicos, como preferências pessoais, cultura organizacional e redes sociais. Além disso, a volatilidade do mercado contemporâneo pode originar decisões que não respondem à lógica de otimização prevista pelos modelos tradicionais.

A globalização introduziu novas dinâmicas nos fluxos de capital e investimentos que desafiam as premissas das teorias clássicas. As empresas agora operam em múltiplas localidades, aproveitando vantagens comparativas de diferentes regiões. A localização é concebida como parte de uma estratégia global que responde à interdependência de mercados e contextos econômicos diversificados. O avanço tecnológico, especialmente em comunicação e informação, transformou a dinâmica das atividades econômicas, relativizando o tempo e as distâncias. A capacidade de transmitir informações instantaneamente e de forma eficiente acelerou os processos de tomada de decisão e resposta aos mercados. Assim, a localização estratégica se orienta para ambientes que favoreçam a interação eficiente com clientes e fornecedores (Bauman, 1999).

A era técnico-científico-informacional também provocou mudanças nos padrões de consumo, demandando adaptações constantes na localização empresarial. A digitalização e a globalização do comércio transformaram a relação entre consumidores e produtos, exigindo maior personalização e conveniência. Portanto, as empresas devem considerar tanto a

proximidade física quanto sua capacidade de oferecer experiências que atendam a essas novas expectativas.

A partir da redefinição das tramas espaciais e da incorporação das redes técnicas e meios informacionais, atualmente condicionadas e homogeneizadas pela globalização, passamos a observar a rede urbana pela reestruturação e pelas interações espaciais de forma hegemônica e fragmentada. Isso se deve ao fato de que núcleos urbanos, como as cidades médias estudadas, têm elevado seu papel de apenas interligar uma metrópole a uma cidade pequena, passando também a exercer funções e oferecer serviços nos campos administrativo, econômico e social, para a reprodução das condições de vida urbana nas cidades.

A reestruturação urbana contemporânea reflete a complexa interação entre as dinâmicas do capital, o progresso tecnológico, as mudanças nos padrões produtivos e de consumo, e a emergência de novas formas de organização espacial baseadas em redes de cidades, que desafiam e complementam as estruturas hierárquicas tradicionais.

Esse é o lócus da divisão social, territorial e internacional do trabalho que, por meio das cidades médias e pequenas, passa a diferenciar o espaço e, concomitantemente, homogeneizá-lo. Essa contradição entre diferenciação socioespacial e homogeneização espacial é alimentada pela própria contradição capitalista de acumulação flexível. A rede urbana é condição para a divisão social e territorial do trabalho, sendo ao mesmo tempo meio e reflexo para a diferenciação socioespacial. Sem uma divisão no papel das cidades, não teríamos uma incorporação hierárquica e diferenciadora entre elas.

Dessa forma, as interações espaciais passam a integrar o urbano-regional das cidades médias cada vez mais, gerando diferenciação socioespacial através do papel e das relações políticas, econômicas e sociais dessas cidades. Essas interações espaciais estão conectadas também à rede globalizada por meio de agentes, sobretudo empresas multilocalizadas e multifacetadas que interligam o local ao global. A diferenciação socioespacial, portanto, é causa e condição para a desigualdade espacial, seja no intraurbano ou no interurbano das cidades médias. No intraurbano, vemos a manifestação dessas desigualdades através de segregações espaciais, fragmentações espaciais, valorização de áreas específicas da cidade em detrimento de outras, vazios urbanos, criação de condomínios fechados, entre outros.

Na escala interurbana, temos diversas representações que ilustram essas desigualdades socioespaciais, como cidades pequenas em estado de permanência ou decadência, seja por estagnação econômica ou por serem exércitos de reserva de uma cidade média ou metrópole; municípios que se relacionam intrinsecamente com uma empresa de porte médio ou grande, mas que, ao longo do tempo, deslocou seus aparatos técnicos para outro local; ou até mesmo o

deslocamento diário de citadinos de municípios próximos de um núcleo central que necessitam desse núcleo para ter acesso a equipamentos especializados, escolas, universidades, bens e lazer.

A interação espacial permite que a diferenciação socioespacial transite entre as mais diversas escalas, seja a partir das diferenças locais ou na rede urbana, pois o trânsito de pessoas, bens e serviços perpassa por todas essas esferas, sendo um movimento articulado a decisões de redes ainda maiores que as cotidianas da população das cidades médias e pequenas. Dessa forma, podemos pensar a rede urbana através dessa sobreposição de conteúdo, formas e diferenças. As desigualdades presentes no urbano-regional das cidades médias possuem, assim, uma conexão com o sistema urbano brasileiro e até mesmo com a rede global de cidades. Torna-se algo profundamente interligado, pois é uma demanda dos modos de produção capitalista, exprimindo simultaneamente ordem e desordem.

As novas dinâmicas urbano-regionais emergem como resultado direto da intensificação dos fluxos globais, da aceleração técnica e da reconfiguração das redes urbanas. O espaço urbano, antes compreendido como uma estrutura relativamente estável e hierarquizada, passa a ser moldado por interações complexas, multiescalares e frequentemente contraditórias. A urbanização contemporânea não se limita à expansão física das cidades, mas envolve uma transformação profunda nas formas de organização, nos padrões de consumo e nas estratégias de produção, revelando um território em constante mutação.

Nesse contexto, o espaço urbano-regional deixa de ser apenas o reflexo das decisões locais e passa a ser condicionado por dinâmicas que operam em escalas superiores, como a global e a nacional. A lógica da acumulação capitalista, ao se articular em redes transnacionais, impõe às cidades e regiões a necessidade de se adaptarem às exigências externas, muitas vezes alheias às suas realidades sociais e econômicas. Essa condição de dependência e vulnerabilidade é especialmente visível em cidades médias e pequenas, que precisam desenvolver estratégias de inserção competitiva nas redes produtivas e logísticas para garantir sua sobrevivência e relevância territorial.

A reestruturação urbana, nesse cenário, é marcada por processos simultâneos de concentração e dispersão. Enquanto algumas cidades se consolidam como polos de inovação, serviços e conectividade, outras enfrentam estagnação, perda de funções e esvaziamento populacional. Essa desigualdade espacial é alimentada por uma lógica seletiva de investimentos, que privilegia territórios com maior capacidade de atrair capital, infraestrutura e mão de obra qualificada. A diferenciação socioespacial, portanto, não é apenas uma

consequência da globalização, mas uma condição estruturante do espaço urbano contemporâneo.

Além disso, as novas dinâmicas urbano-regionais revelam a importância crescente do "capital relacional" — entendido como a capacidade de articulação entre agentes, instituições e territórios. Cidades que conseguem estabelecer redes de cooperação, sinergia e complementaridade tendem a ampliar sua influência e a gerar economias externas não aglomeradas, fortalecendo sua posição na rede urbana. Essa lógica desafia os modelos tradicionais de desenvolvimento, ao propor uma visão mais horizontal, flexível e integrada do território.

Por fim, compreender as novas dinâmicas urbano-regionais exige uma abordagem crítica e multidimensional, capaz de articular os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais que estruturam o espaço. A cidade contemporânea é, ao mesmo tempo, produto e agente das transformações globais, e sua análise deve considerar tanto os processos de integração quanto os de fragmentação territorial. A rede urbana, nesse sentido, torna-se o lócus privilegiado para entender como se dá a produção do espaço no século XXI, revelando as tensões entre centralidade e periferia, entre homogeneização técnica e diversidade social, entre aceleração e desigualdade.

As novas dinâmicas urbano-regionais não podem ser compreendidas apenas pela observação das transformações físicas das cidades, mas exigem uma leitura crítica das interações espaciais que se intensificam com o avanço do sistema técnico-científico-informacional. A urbanização contemporânea é marcada por uma crescente complexidade, onde o espaço urbano se torna simultaneamente fragmentado e interconectado, revelando múltiplas formas de organização territorial que desafiam os modelos clássicos de análise. A cidade deixa de ser um objeto isolado e passa a ser vista como nó ativo em redes que articulam escalas locais, regionais, nacionais e globais.

Nesse contexto, o território é atravessado por fluxos que não respeitam fronteiras administrativas, mas que se organizam conforme interesses econômicos, estratégias empresariais e políticas públicas. A lógica da acumulação flexível, característica do capitalismo globalizado, exige das cidades uma capacidade constante de adaptação, inovação e articulação. Essa exigência gera uma reconfiguração das funções urbanas, com cidades médias e pequenas assumindo papéis antes restritos às metrópoles, como centros de serviços especializados, polos logísticos e núcleos de produção tecnológica.

A intensificação das interações espaciais também revela a emergência de novas desigualdades. A diferenciação socioespacial, tanto no intraurbano quanto no interurbano, é

alimentada por processos seletivos de investimento, pela valorização de determinados territórios e pela exclusão de outros. A urbanização extensiva, ao expandir o urbano para além dos limites tradicionais da cidade, contribui para a formação de regiões urbanas descontínuas, onde coexistem áreas altamente conectadas e outras marcadas pela precariedade e pela lentidão dos fluxos. Essa heterogeneidade espacial exige uma abordagem analítica que considere simultaneamente os processos de integração e fragmentação territorial.

Além disso, as novas dinâmicas urbano-regionais são profundamente influenciadas pelas estratégias dos agentes econômicos multilocalizados, que operam em redes globais e moldam o espaço conforme suas necessidades de produção, circulação e consumo. A presença de empresas transnacionais, cooperativas regionais e instituições de ensino e pesquisa em cidades médias e pequenas revela a importância dessas localidades na articulação de redes produtivas e de conhecimento. A capacidade de gerar "capital relacional" — isto é, de estabelecer conexões estratégicas com outros territórios e agentes — torna-se um fator decisivo para o sucesso urbano-regional.

Por fim, compreender essas novas dinâmicas exige superar os paradigmas tradicionais de análise espacial e incorporar uma perspectiva relacional, multiescalar e crítica. O espaço urbano-regional contemporâneo é produto de múltiplas determinações — econômicas, políticas, culturais e técnicas — que se entrelaçam em redes complexas e em constante transformação. A análise dessas dinâmicas deve considerar não apenas os fluxos visíveis, mas também os processos subjacentes que estruturam o território, como a financeirização da economia, a digitalização das relações sociais e a reconfiguração das formas de trabalho e consumo. Nesse sentido, o planejamento urbano e regional deve ser orientado por uma leitura integrada e sensível às especificidades locais, capaz de promover justiça espacial e desenvolvimento territorial sustentável.

CAPÍTULO II

INSTRUMENTAIS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE URBANO-REGIONAL:

DA CARTOGRAFIA AOS ESTUDOS INSTITUCIONAIS



ENTRE A HIERARQUIA E A HETERARQUIA:
INTERAÇÕES INTERESCALARES E A PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DE MARINGÁ/PR

CAPÍTULO II. INSTRUMENTAIS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE URBANO-REGIONAL: DA CARTOGRAFIA AOS ESTUDOS INSTITUCIONAIS

Com este capítulo temos como objetivo, analisar e discutir as metodologias de classificação e análise urbana que sustentam a compreensão das complexas dinâmicas urbano-regionais no Brasil. A investigação articula-se a partir de uma perspectiva comparativa entre diferentes abordagens cartográficas — temática, teórica, crítica e geoprocessamento — e os estudos de regionalização institucionalizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), a Divisão Urbano-Regional (DUR) e as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. Por meio dessa análise, busca-se compreender como essas ferramentas explicam a diferenciação socioespacial no sistema urbano brasileiro, revelando padrões de hierarquia, a densidade das interações espaciais interescalares e o alcance das áreas de influência das cidades em múltiplas escalas.

A cartografia temática consolidou-se historicamente como um instrumento indispensável para a análise espacial ao permitir a representação de fenômenos específicos, como a distribuição populacional e padrões de uso do solo. Desde o reconhecimento da esfericidade da Terra por Aristóteles até a consolidação das representações quantitativas após 1820, os mapas deixaram de ser meros registros analógicos para se tornarem instrumentos de controle e compreensão do espaço. Com o surgimento de especializações como a geografia urbana e da população, a necessidade de mapas temáticos específicos tornou-se evidente, refletindo avanços socioeconômicos e tecnológicos e servindo como base para o estudo da ecologia humana e das relações sociais.

O IBGE desenvolve metodologias para mapear a rede urbana brasileira desde a década de 1960, sendo a pesquisa REGIC o pilar desse esforço ao definir hierarquias e áreas de influência com base em fluxos de gestão e busca por bens e serviços. A edição de 2018 da REGIC inova ao incorporar a Teoria dos Fluxos Centrais e no estudo “Tipologia intraurbana. Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil” (IBGE, 2017) considera-se o conceito de heterarquia urbana (Catelan, 2013), reconhecendo que as articulações contemporâneas rompem com a rigidez vertical e incluem conexões horizontais e multiescalares mediadas por tecnologias de informação. Complementarmente, a Divisão Urbano-Regional (2021) integra esses dados para criar um modelo híbrido que compatibiliza a rede urbana a regiões zonais contíguas, identificando Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas, além de subnúcleos que auxiliam na coesão regional. Essa integração metodológica

revela como o capital organiza o espaço de forma complexa e desigual, sendo essencial para orientar políticas públicas que respeitem a diversidade funcional das cidades brasileiras.

A Divisão Urbano-Regional do Brasil, em sua segunda edição publicada em 2021, representa uma atualização fundamental dos recortes territoriais do país, fundamentando-se nos resultados da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018. Este modelo de regionalização privilegia a estrutura urbana como o elemento central de organização do espaço, identificando como as cidades se articulam de modo coeso em três escalas distintas: Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas.

Quadro 2. Estrutura da Divisão Urbano-Regional

Regiões Ampliadas de Articulação Urbana:	Correspondem ao nível macrorregional e revelam o alcance das principais cidades cabeças-de-rede, geralmente Metrópoles, sobre o território nacional. Na edição de 2021, foram identificadas 17 Regiões Ampliadas.
Regiões Intermediárias de Articulação Urbana:	Articulam as Regiões Imediatas por meio de polos de hierarquia mediana (como Capitais Regionais), possuindo a capacidade de polarizar um número maior de municípios no atendimento a bens e serviços de alta e média complexidade.
Regiões Imediatas de Articulação Urbana:	Refletem a "área vivida" pela população, baseando-se em fluxos para a busca de bens e serviços corriqueiros e atendendo a demandas de amplitude mais restrita.

Elaborado pelo Autor, 2026

Uma inovação metodológica significativa da edição de 2021 foi a identificação de 539 Subnúcleos. Estes centros urbanos compartilham funções de apoio à gestão e fornecimento de bens e serviços de modo complementar aos núcleos das Regiões Imediatas, auxiliando na compreensão de movimentos mais curtos e sinalizando possíveis mudanças na centralidade da rede urbana.

A metodologia empregada para delimitar essas regiões é híbrida, integrando critérios de conectividade em rede e feições zonais contíguas. Para resolver casos de múltiplas vinculações — onde um município apresenta relações divididas entre diferentes polos —, o IBGE aplica critérios rigorosos de desempate:

1. **Ordem de Gestão do Território:** Mede a intensidade das relações segundo a gestão pública e empresarial.
2. **Gestão Empresarial:** Avalia a participação de sedes e filiais de empresas multilocalizadas, exigindo uma diferença de pelo menos 5% entre os valores dos polos candidatos.

3. **Ligações Rodoviárias:** Analisadas quando os critérios anteriores não são suficientes para definir a vinculação.
4. **Busca por Bens e Serviços:** Para centros de menor hierarquia, utiliza-se o atributo de "*town-ness*[12]" (relações de proximidade) para definir a integração regional.

Neste contexto, as metodologias cartográficas tornam-se instrumentos indispensáveis. A cartografia crítica e o geoprocessamento, operado via Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permitem ir além da simples descrição, revelando padrões, tendências e as complexidades das disputas territoriais. Ao articular a REGIC e a Divisão Urbano-Regional, o sistema urbano é analisado não apenas sob a rigidez da hierarquia tradicional de Christaller, mas sob a ótica da heterarquia e da Teoria dos Fluxos Centrais. Esta abordagem reconhece articulações horizontais e multiescalares onde o capital organiza o espaço de forma dinâmica e desigual.

Portanto, a integração entre esses estudos oficiais e as ferramentas cartográficas fornece subsídios essenciais para o planejamento territorial, a formulação de políticas públicas e a orientação de investimentos em infraestrutura. Juntas, essas perspectivas permitem apreender a rede urbana brasileira como uma totalidade em constante transformação, essencial para enfrentar os desafios da diferenciação socioespacial no Brasil contemporâneo.

Os avanços metodológico, teórico e técnico no campo da cartografia é marcada por transformações profundas, tendo no reconhecimento da esfericidade da Terra por Aristóteles um marco fundamental para o desenvolvimento da cartografia temática. Contudo, a representação de fenômenos econômicos ou demográficos permaneceu ausente das produções cartográficas até o final do século XVIII, consolidando-se as representações quantitativas da sociedade somente após o ano de 1820 (Martinelli, 2003).

Com o processo de especialização da ciência geográfica e o surgimento de ramos como a Geografia agrária, urbana, industrial, da população e do comércio, a necessidade de mapas temáticos específicos tornou-se imperativa. Essas ferramentas transcenderam a mera descrição visual para se converterem em instrumentos de compreensão e controle do espaço, espelhando os avanços socioeconômicos, políticos e tecnológicos de seus respectivos períodos (Martinelli, 2003).

[12] Refere-se às relações de centralidade local, isto é, à função de uma cidade como centro de serviços para sua área de influência imediata. O termo está associado à releitura da Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller. Na literatura contemporânea, ele foi desenvolvido e difundido principalmente por Peter J. Taylor, juntamente com Michael Hoyler (2021) e colaboradores, em contraposição ao conceito de "*city-ness*".

Na geografia humana, a cartografia assumiu um papel vital ao fundamentar os estudos de ecologia humana, permitindo analisar o funcionamento e a interação entre elementos naturais e sociais em determinados recortes espaciais. A técnica de sobreposição de dados observados em mapas facilitou tanto o diagnóstico da situação atual quanto a interpretação da sequência histórica da formação dos componentes geográficos (Archela, 2002; Martinelli, 2003).

Além disso, deve-se considerar que os mapas são formas de conhecimento socialmente construídas, imbuídas de julgamentos de valor e subjetividades. Por não serem registros inertes ou passivos, eles refletem visões de mundo específicas e estão intrinsecamente ligados a processos de poder e influência política sobre a sociedade. Desde a Antiguidade Clássica, essas representações têm servido como motores para a emancipação do pensamento geográfico e para a expansão do saber sobre o mundo conhecido em cada época (Archela, 2002; Martinelli, 2003).

2.1 A Dimensão Explicativa da Cartografia e das Geotecnologias

O desenvolvimento tardio da cartografia teórica como campo científico autônomo é atribuído a fatores históricos que priorizaram a dimensão técnica e artística da produção de mapas em detrimento do aprofundamento conceitual. Durante um longo período, a pesquisa cartográfica concentrou-se nos elementos visuais e nas técnicas de representação, enquanto a predominância da cartografia topográfica, fortemente impulsionada pelo contexto militar e pelas necessidades estatais de inventário territorial, direcionava a atenção para a prática operativa e a precisão métrica.

Nesse cenário, os geógrafos envolvidos na confecção de mapas demonstravam maior interesse por questões pragmáticas, como sistemas de projeção, aplicação de cores, representação do relevo e a organização de atlas, o que desviou o foco da construção de uma base teórica sólida e retardou a consolidação da cartografia como uma ciência robusta e independente. A cartografia teórica moderna começou a ganhar contornos definidos na segunda metade do século XIX, inserida no domínio da Geografia, com um esforço renovado para fundamentar a disciplina em princípios conceituais que superassem a mera descrição técnica.

Houve, nesse período, uma transição gradual da ênfase puramente prática para uma abordagem teórica, na qual o mapa passou a ser compreendido como o resultado de um raciocínio intelectual diante da realidade e não apenas um registro analógico. Progressivamente, a cartografia teórica foi reconhecida como essencial para a estruturação de linguagens gráficas eficazes e para a comunicação de informações geoespaciais, consolidando-se como um campo de estudo distinto que provê subsídios fundamentais para a interpretação do espaço geográfico.

Contudo, acompanhando as transformações do pensamento geográfico contemporâneo, a disciplina transitou de uma linha teórica-quantitativa para a cartografia crítica. Esta vertente assumiu um papel vital ao possibilitar a representação de grupos marginalizados, oferecendo uma abordagem inclusiva que desafia a suposta neutralidade técnica e as narrativas hegemônicas da cartografia tradicional. Por meio de práticas inovadoras, como os contra-mapeamentos (Peluso, 1995) e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) participativos, a cartografia crítica tem permitido a expressão de vozes e realidades territoriais historicamente negligenciadas.

Harley (1989) propõe uma redefinição da cartografia ao abandonar a visão tradicional dos mapas como espelhos objetivos da realidade, tratando-os, em vez disso, como construções sociais e manifestações de poder. Utilizando as lentes da desconstrução de Derrida e Foucault, o autor argumenta que todo mapa funciona como um texto retórico repleto de metáforas e silêncios que privilegiam visões de mundo específicas, como o etnocentrismo. Harley distingue entre o poder externo, exercido por instituições que encomendam mapas para controle político, e o poder interno, oculto nas regras técnicas e nos processos de padronização que normalizam o espaço. O objetivo central é incentivar uma mudança epistemológica na história da cartografia, revelando que a precisão científica serve frequentemente como uma máscara para legitimar a autoridade e a soberania do Estado sobre o território.

O autor argumenta que a disciplina deve expandir sua definição para incluir representações cosmológicas e simbólicas, superando o preconceito que desqualifica produções não ocidentais por não seguirem padrões geométricos ou matemáticos modernos. Ao analisar a cartografia como um instrumento de poder e saber, Harley (1991) destaca como cada cultura utiliza imagens espaciais para expressar sua própria identidade, espiritualidade e domínio político. Em última análise, o autor nos convida a ver o mapa como um simulacro subjetivo, onde a interpretação cultural do mundo é tão relevante quanto a precisão geográfica.

A cartografia crítica incentiva a exploração de narrativas espaciais alternativas que rompem com as abordagens convencionais, possibilitando a expressão da diversidade cultural e social de grupos historicamente marginalizados. A apropriação política da representação cartográfica por artistas e ativistas constitui uma estratégia para desafiar estruturas de poder hegemônicas, conferindo visibilidade a territorialidades ignoradas e promovendo a justiça espacial. Sob essa ótica, o mapa deixa de ser visto como um reflexo passivo da realidade para ser compreendido como um enunciado performático, que produz o real ao mesmo tempo que o representa.

As disputas cartográficas estão intrinsecamente vinculadas às disputas territoriais, dado que os mapas operam como instrumentos de poder que moldam a percepção, a organização e a utilização dos territórios. No âmbito das ciências sociais e da geografia crítica, entende-se que as representações espaciais não são neutras, mas sim construções sociais e políticas carregadas de intenções, visões de mundo e relações de força. A produção e a difusão de mapas são frequentemente empregadas como estratégias de legitimação e controle territorial, influenciando diretamente o planejamento urbano, a gestão ambiental e a demarcação de fronteiras.

Crampton e Krygier (2008) propõe uma introdução à cartografia crítica, defendendo que os mapas não são documentos científicos neutros, mas sim instrumentos permeados por relações de poder e política. Os autores argumentam que a disciplina está sendo "indisciplinada", ou seja, libertada do controle histórico de elites acadêmicas e estatais graças à democratização tecnológica e ao surgimento de novas práticas sociais de mapeamento. A obra explora como a análise teórica e o ativismo prático desafiam os pressupostos da cartografia tradicional, permitindo que o mapeamento funcione como uma forma de resistência e construção de realidades alternativas. Ao traçar um histórico desde o rigor técnico do pós-guerra até as intervenções artísticas contemporâneas, os autores defendem o mapa como um campo emancipatório e exploratório que pertence agora ao domínio público.

Nesse cenário de tensões, as contendas espaciais desdobram-se em uma "guerra de mapas", onde diferentes atores buscam impor suas representações como dominantes para validar suas reivindicações e interesses. Tais conflitos abrangem desde questões de propriedade da terra até lutas étnicas, culturais e ambientais, revelando a complexidade das relações entre espaço, poder e identidade. As transformações socioespaciais e o advento de novas geotecnologias impactaram profundamente a produção cartográfica, ampliando as possibilidades de participação social (Crampton e Krygier, 2008).

O surgimento de ferramentas de mapeamento colaborativo e o acesso a tecnologias como o SIG e o GPS permitem que comunidades locais e grupos marginalizados contestem narrativas oficiais e produzam suas próprias cartografias sociais. A utilização de Sistemas de Informação Geográfica Participativos (SIGP) e práticas de contra-mapeamento capacitam grupos subalternos a coletar e gerir seus próprios dados espaciais, servindo como instrumentos de resistência e empoderamento. Entretanto, o uso dessas tecnologias é marcado por ambiguidades, podendo tanto fortalecer a autonomia local quanto atuar como mecanismos de vigilância governamental ou controle pelo capital. Experiências paradigmáticas, como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), demonstram como a mobilização em torno

do mapa fundamenta a afirmação de direitos territoriais e a transformação de demandas sociais em políticas públicas (Crampton e Krygier, 2008).

2.2 A Cartografia Temática e o Geoprocessamento como Bases da Análise Interescalar

O Geoprocessamento assume um papel fundamental na identificação de padrões de distribuição espacial de variáveis de diversas naturezas, operando por meio da análise espacial de dados coletados em diferentes regiões. Por intermédio do uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), torna-se possível mapear e visualizar essas variáveis em mapas temáticos, o que permite a identificação de padrões, tendências e correlações espaciais que poderiam não ser facilmente detectados em análises convencionais.

A importância dos SIG na análise contemporânea de dados geográficos reflete-se em sua vasta gama de aplicações. Uma de suas principais utilidades é a produção de documentos cartográficos e temáticos que representam informações georreferenciadas com clareza e precisão, servindo como instrumentos essenciais para a tomada de decisões e o planejamento territorial. Além disso, os SIG são estratégicos para a gestão de bancos de dados geográficos, onde as informações são armazenadas, organizadas e recuperadas de maneira eficiente. Essa capacidade de gerenciamento facilita a integração de fontes heterogêneas, como imagens de satélite, dados de sensoriamento remoto e informações cadastrais, proporcionando uma visão abrangente e integrada do território.

No campo da cartografia, distinguem-se duas abordagens principais com objetivos e métodos específicos:

Quadro 3. Comparativo entre Cartografia Temática e Sistemática

Cartografia Temática:	Dedica-se à representação de temas ou fenômenos específicos que possuem distribuição, concentração ou intensidade no espaço geográfico, como a distribuição populacional ou a produtividade agrícola. Ela busca destacar e analisar esses fenômenos, enfatizando a interpretação dos dados para transmitir informações significativas sobre o tema, passando da representação das propriedades apenas "vistas" para as propriedades "conhecidas".
Cartografia Sistemática:	Tem como objetivo representar o terreno de forma geral e abrangente, descrevendo fisicamente as características da superfície. Seus produtos, como mapas topográficos e plantas urbanas, fornecem informações detalhadas sobre as feições físicas, incluindo relevo, hidrografia, vias de circulação e edificações. Sua preocupação central reside na localização precisa dos fatos e na descrição geométrica do espaço.

Elaborado pelo Autor, 2026

Em síntese, enquanto a cartografia temática se concentra na análise de padrões espaciais e fenômenos específicos sob uma ótica analítica e explicativa, a cartografia sistemática focaliza a representação detalhada e precisa das características físicas do terreno. Ambas as abordagens são complementares e indispensáveis para a compreensão e interpretação do espaço geográfico, suprindo diferentes necessidades de análise espacial e representação cartográfica.

Os dados temáticos, que descrevem a distribuição espacial de grandezas geográficas de forma qualitativa, são adquiridos e incorporados aos sistemas de geoprocessamento por meio de diversos métodos e processos técnicos. Uma das formas primordiais de aquisição é o levantamento de campo, no qual informações geográficas são coletadas diretamente nas áreas de estudo, abrangendo a medição de variáveis ambientais, sociais ou econômicas que são posteriormente georreferenciadas. Adicionalmente, esses dados podem ser obtidos de maneira automatizada através da classificação de imagens de sensoriamento remoto (satélite ou aéreas), processo que identifica padrões como cobertura vegetal, uso do solo e morfologia urbana para convertê-los em camadas de informação temática integradas ao sistema.

Além dos dados temáticos, outras categorias de informação são fundamentais para a análise espacial:

Quadro 4. Categorias de Análise Espacial

Dados cadastrais:	Englobam registros de propriedades, limites territoriais e infraestruturas, sendo indispensáveis para subsidiar o planejamento urbano e a gestão fundiária.
Redes:	Representam a interconexão de elementos geográficos via linhas ou caminhos, como sistemas de transporte e distribuição de energia, sendo cruciais para a otimização de rotas e planejamento de infraestrutura.
Modelos Numéricos de Terreno (MNT):	Consistem em representações digitais da superfície que permitem análises de relevo, cálculos de declividade e delimitação de bacias hidrográficas.
Imagens Georreferenciadas:	Funcionam como fontes visuais que permitem a interpretação de fenômenos e a visualização de mudanças temporais quando integradas a um SIG.

Elaborado pelo Autor, 2026

A integração dessas informações no sistema de geoprocessamento ocorre por meio de técnicas de digitalização, nas quais os dados são convertidos para o formato digital e georreferenciados em sistemas de coordenadas específicos. Esta fase de inserção permite a visualização e manipulação integrada de dados qualitativos e quantitativos, facilitando a realização de diagnósticos e a tomada de decisão embasada em evidências espaciais. Portanto, o fluxo que vai desde a coleta e classificação até o georreferenciamento contribui para a construção de bases de dados detalhadas, essenciais para a interpretação das múltiplas dimensões e complexidades do território.

A representação geográfica desempenha um papel fundamental na análise de dados espaciais, pois transcende a mera ilustração para facilitar a visualização, interpretação e compreensão de fenômenos geográficos de forma clara e precisa. Por meio da representação cartográfica em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), é possível converter dados brutos em informações dotadas de significado, permitindo ao pesquisador identificar padrões, relações de interdependência e tendências espaciais que fundamentam o discurso geográfico.

A integração e o inter-relacionamento de diversos tipos de dados geográficos — como dados temáticos, cadastrais, redes e modelos numéricos de terreno — possibilitam uma visão abrangente e integrada do espaço. Essa combinação em ambientes digitais, frequentemente descritos como um "caldeirão" que amalgama tecnologias e conceitos de interatividade, permite a realização de análises complexas e a geração de conhecimentos que subsidiam a tomada de decisões estratégicas em contextos de planejamento urbano e gestão territorial.

Ao traduzir dados geográficos em mapas, gráficos e cartogramas, a comunicação de informações sobre o território torna-se mais eficaz, pois a linguagem gráfica possui uma natureza monossêmica que demanda apenas um instante de percepção para transmitir relações de diversidade, ordem ou proporcionalidade. A visualização espacial, operando como um processo mental de descoberta, auxilia na detecção de problemas socioespaciais e na avaliação de impactos ambientais, permitindo que a cartografia deixe de ser apenas técnica para se tornar um instrumento político e social de transformação da realidade. Além disso, a representação geográfica permite a sobreposição e integração de diferentes camadas de informação (*layers*), o que é essencial para uma compreensão holística. Essa abordagem integrada revela relações espaciais que não seriam evidentes em análises isoladas, permitindo confrontar modelos teóricos com a realidade concreta para explicar as lógicas de organização do espaço.

Para que esses resultados sejam confiáveis, a precisão e a acurácia na representação são indispensáveis. A utilização rigorosa de Sistemas de Referência de Coordenadas (SRC) e o

georreferenciamento garantem a correta localização dos elementos, evitando distorções que poderiam levar a erros de interpretação. Contudo, no âmbito da cartografia crítica, reconhece-se que todo mapa, sendo uma abstração motivada por intencionalidades, carrega julgamentos de valor e relações de poder, funcionando como um texto cultural que produz o real ao mesmo tempo que o representa.

Dessa forma, a representação geográfica moderna, ao articular o rigor técnico do geoprocessamento com as sensibilidades da cartografia crítica e participativa, consolida-se como a base metodológica para desvendar as complexidades da diferenciação socioespacial e das dinâmicas urbano-regionais no Brasil.

A quebra natural de Jenks (ou classificação de Jenks) consolida-se como uma técnica estatística essencial na análise espacial contemporânea para agrupar valores em classes baseadas na similaridade dos dados. O algoritmo de Jenks atua identificando as quebras naturais na distribuição de uma variável, buscando minimizar a variância dentro de cada grupo (intraclasses) e maximizar a variância entre os grupos (interclasses). Esta técnica é amplamente empregada em estudos oficiais do IBGE, como na REGIC 2018, para definir níveis de centralidade e segmentar dados complexos de gestão pública e empresarial.

Ao utilizar a quebra natural de Jenks na análise regional, os investigadores conseguem segmentar dados geográficos de forma precisa, revelando disparidades regionais e padrões de distribuição que orientam o planejamento territorial. Essa prática facilita a visualização de áreas com características comuns e tendências espaciais, sendo fundamental para identificar, por exemplo, a hierarquia dos centros urbanos e a real efetividade de atendimentos em serviços como saúde e educação.

Quadro 5. Cartografia Temática e Dinâmicas Urbano-Regionais

ASPECTOS	DESCRIÇÃO
Avanço Histórico:	A cartografia temática se desenvolve a partir do século XIX, com a inclusão de fenômenos sociais, econômicos e demográficos nos mapas.
Especializações:	A emergência de ramos como Geografia Urbana, Agrária e da População impulsiona a produção de mapas temáticos específicos.
Funções:	Instrumento essencial para compreender a ecologia humana e os elementos naturais e sociais em diferentes espaços.

Constructo Social:	Os mapas refletem visões de mundo, valores e relações de poder, sendo utilizados como ferramentas políticas desde a Antiguidade.
Cartografia Teórica:	Desenvolvida tardiamente, com foco inicial em aspectos técnicos; consolida-se como ciência autônoma a partir do século XIX.
Cartografia Crítica:	Propõe representações alternativas dos territórios de grupos marginalizados, utilizando contra-mapeamentos e SIG participativos.

Fonte: Robinson, 1952; Guerra, 1965; Harley; Woodward, 1987; Crampton e Krygier, 2008.
Elaborado pelo Autor, 2026.

Diante da complexidade das dinâmicas urbano-regionais no Brasil, a cartografia temática revela-se como uma ferramenta metodológica indispensável para a análise espacial interescalar, permitindo representar e investigar fenômenos específicos como fluxos populacionais e redes urbanas. Ao integrar diferentes tipos de dados — ambientais, sociais, econômicos e territoriais — em representações gráficas monossêmica, ela deixa de ser uma mera ilustração técnica para se tornar um meio capaz de explicar, e não apenas descrever, os fenômenos geográficos.

Nesse cenário, as geotecnologias desempenham um papel estratégico ao viabilizar a coleta, o processamento e a visualização de grandes volumes de dados espaciais com precisão e agilidade. Ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), o sensoriamento remoto e os Modelos Numéricos de Terreno (MNT) permitem a construção de mapas temáticos analíticos e sintéticos que evidenciam padrões de distribuição, correlações e transformações socioespaciais imperceptíveis por métodos convencionais. A digitalização e o georreferenciamento de dados, aliados à análise de redes e à classificação estatística pelo algoritmo de Jenks (quebras naturais), contribuem para uma leitura mais refinada do território, minimizando a variância interna das classes para destacar as reais disparidades regionais.

O avanço da cartografia teórica para a cartografia crítica permitiu que o mapa fosse compreendido como um "texto" socialmente construído, carregado de intencionalidades e relações de poder. Através da leitura desconstrucionista, reconhece-se que os mapas manifestam um argumento sobre o mundo e atuam como instrumentos de controle territorial tanto por parte do Estado quanto de grandes corporações. Simultaneamente, a apropriação dessas tecnologias por grupos marginalizados, por meio de contra-mapeamentos e SIG participativos, possibilita a visibilização de territorialidades negligenciadas e o fortalecimento de estratégias de resistência. Exemplos como a cartografia social de quilombos e terras indígenas demonstram como o gesto cartográfico serve de suporte para a reivindicação de

direitos e para a transformação de demandas sociais em políticas públicas (Crampton e Krygier, 2008).

Portanto, a articulação entre a cartografia temática e as geotecnologias não apenas potencializa a análise das interações espaciais interescalares, como também fortalece o papel da geografia na produção de um conhecimento crítico sobre o território. Ao superar modelos puramente métricos e incorporar a fluidez das redes e das verticalidades do capital, essa abordagem permite desvendar as complexidades da diferenciação socioespacial no sistema urbano brasileiro. Assim, o mapa deixa de ser uma representação neutra e estática para consolidar-se como um instrumento político, social e científico de interpretação e transformação ativa da realidade contemporânea.

2.3 REGIC: A Trajetória Metodológica e Teórica da Rede Urbana Brasileira

A investigação sobre o sistema urbano brasileiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consolidou-se como uma linha de pesquisa tradicional a partir da década de 1960, impulsionada pela necessidade de fornecer subsídios ao planejamento estatal em um período de acelerada urbanização e integração do mercado nacional. Esse esforço institucional resultou em marcos fundamentais como a publicação da Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas (1970) e a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (1972). A partir de 1987, a série foi denominada Regiões de Influência das Cidades (REGIC), com edições subsequentes em 1993 (publicada em 2000), 2007 (publicada em 2008) e a mais recente em 2018 (publicada em 2020), acompanhando as profundas transformações e o aumento da complexidade da rede urbana do país.

Ao longo de suas diversas edições, a pesquisa registrou avanços metodológicos e teóricos significativos. Inicialmente, as análises pautavam-se na identificação de centros polarizadores e suas hinterlândias, influenciadas pela classificação estrutural de Michel Rochefort (1961), que via a cidade a partir de sua capacidade de comando por meio de atividades terciárias e da organização dos fluxos de transporte e comunicações. Concomitantemente, a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966[1933]) estabeleceu-se como a base conceitual predominante para explicar a distribuição, o tamanho e a hierarquia dos núcleos urbanos em função da oferta de bens e serviços.

No quadro operacional do estudo de 1987, foram incorporadas extensões à teoria clássica, reconhecendo a rede de localidades centrais como uma categoria essencial de análise regional. O critério adotado para definir a subordinação de uma unidade (município ou cidade) estabelecia que esta estaria vinculada a um centro quando mantivesse com ele um

relacionamento de intensidade igual ou superior ao dobro dos relacionamentos com centros alternativos de mesmo nível hierárquico.

A edição da REGIC 1993 buscou refinar a definição dos níveis de centralidade ao estabelecer um conjunto de 46 funções centrais (bens e serviços), identificadas com base no Censo de Comércio e Serviços de 1985 e dados complementares. Dessas funções, 14 eram de baixa complexidade, comuns em centros de menor escalão, enquanto 30 eram de alta complexidade, definidoras de centralidades elevadas, além de duas funções específicas voltadas à busca por serviços de informação.

A publicação de 2007 (referência 2008) refletiu a entrada definitiva do Brasil no período técnico-científico-informacional, considerando o impacto de novas tecnologias, a modernização das redes técnicas e o aprofundamento da globalização na reconfiguração do território. Metodologicamente, o estudo delimitou as áreas de influência a partir da intensidade das conexões identificadas por meio de questionários aplicados em campo, combinando-os a dados secundários para estabelecer as regiões de influência.

Por fim, a REGIC 2018 representa um salto qualitativo ao incorporar a Teoria dos Fluxos Centrais e o conceito de heterarquia urbana. Esta abordagem reconhece que as interações espaciais contemporâneas não são estritamente verticais, mas operam por meio de conexões horizontais e transversais mediadas por redes de longa distância. Além disso, inova ao adotar os Arranjos Populacionais como nós da rede urbana, integrando municípios conurbados ou com forte pendularidade em unidades funcionais únicas, o que permite uma leitura mais precisa da centralidade e da diferenciação socioespacial no sistema urbano brasileiro contemporâneo.

> Isto se deve ao fato de que a unidade funcional Cidade, objeto do atual estudo, pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de Municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana (REGIC 2018, 2020).

Ao longo das quatro décadas de estudos conduzidos pelo IBGE, a rede urbana brasileira demonstrou um padrão de notável estabilidade nos níveis hierárquicos mais elevados, com as metrópoles mantendo-se como os principais centros de comando desde 1966. As alterações mais significativas ocorreram nos estratos de hierarquia intermediária e baixa, acompanhando a expansão da fronteira de ocupação e o adensamento demográfico em regiões como o Norte e o Centro-Oeste.

Esse avanço evidencia as limitações da Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966 [1933]), que, embora fundamental para explicar a distribuição de bens e serviços em uma

hinterlândia contígua, não previu a complexidade assumida pelo sistema urbano brasileiro a partir da década de 1960. Atualmente, o sistema interurbano é condicionado por uma nova divisão territorial e social do trabalho, onde a posição de cada centro não é definida apenas pelo porte demográfico, mas pela sua função na rede e pela capacidade de atrair fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

Diante dessa complexidade, a REGIC 2018 operou uma ruptura teórica ao incorporar a Teoria dos Fluxos Centrais (Taylor, 2004), que complementa a visão clássica de Christaller ao focar nas relações externas e reticulares das cidades. Essa abordagem utiliza o Modelo de Redes Interligadas, estruturado em três níveis:

Quadro 6. Modelo de Redes Interligadas

Nível 1. Conjunto de Redes	Representa a totalidade das relações espaciais.
Nível 2. Nós de Redes	Cidades e/ou Arranjos Populacionais que atual como pontos fixos de conexão.
Nível 3. Agentes de Gestão	Materializa-se através de empresas e/ou organizações públicas, privadas ou público-privadas que operam redes de longa distância através dos nós.

Elaborado pelo Autor, 2026

Nesse modelo, distinguem-se dois processos: o "town-ness", vinculado às relações de proximidade e fornecimento local de serviços (predominante em cidades pequenas), e o "*city-ness*[13]", caracterizado por conexões de longa distância e gestão territorial (dominante em metrópoles e centros de alta hierarquia).

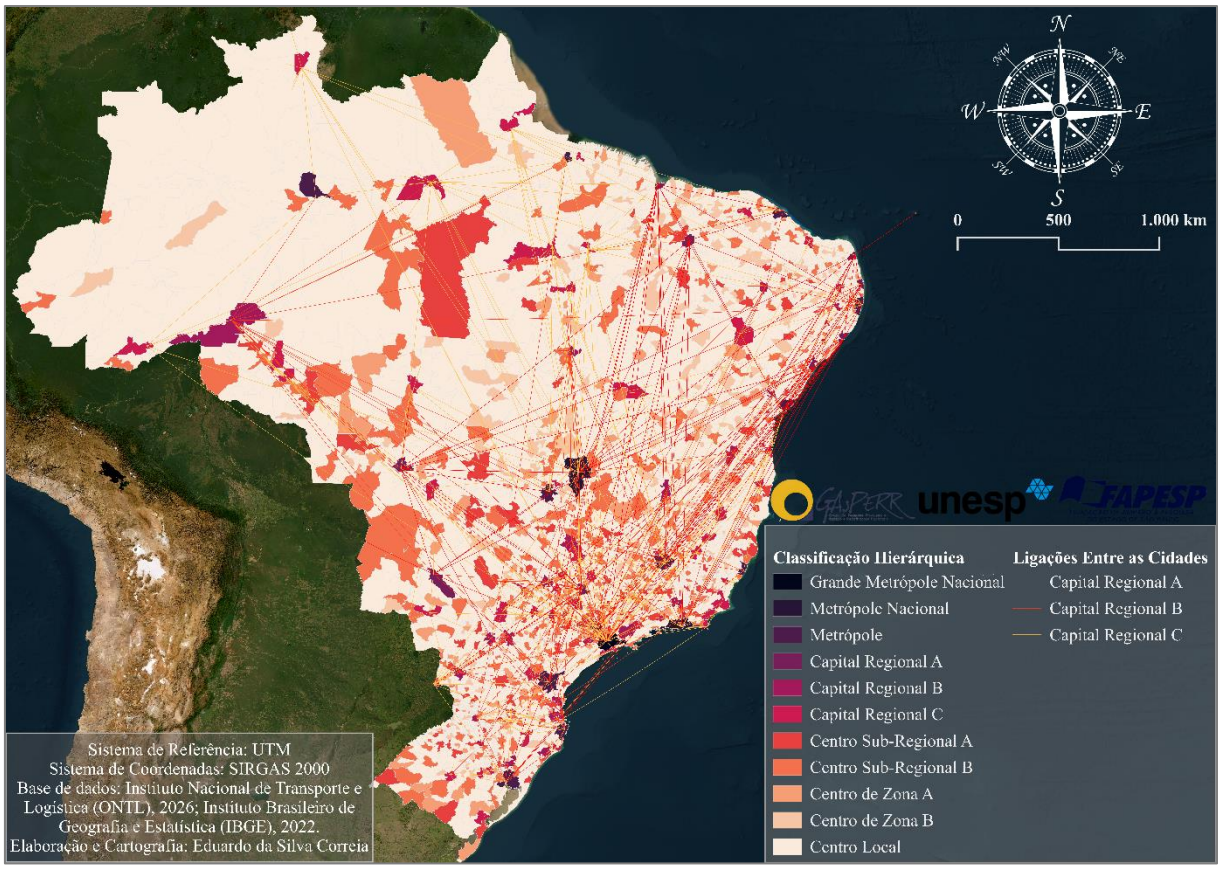
> [...] a rede, na Regic, é uma junção dos resultados dos questionários aplicados nos Municípios brasileiros, representando o deslocamento dos habitantes no território em busca dos centros urbanos ofertantes de bens e serviços, com os dados secundários levantados sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre as Cidades (REGIC 2018, 2020).

Essas geotecnologias relativizam as distâncias físicas e permitem que cidades médias e pequenas assumam papéis ativos na rede global, conectando o local diretamente a escalas macrogeográficas. Assim, a rede urbana é apreendida como uma totalidade dinâmica e

[13] Corresponde ao conjunto de relações externas de uma cidade estabelecidas por meio de redes e fluxos interurbanos, enquanto a town-ness está associada às funções de centralidade exercidas sobre a área de influência local.

multiescalar, onde a centralidade é fluida e determinada pela densidade funcional e pela conectividade técnica, essencial para compreender a produção do espaço no Brasil contemporâneo.

Mapa 2. Ligações entre as Capitais Regionais do Brasil



Fonte: Instituto Nacional de Transporte e Logística (ONTL), 2026; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022.
Elaborado pelo Autor, 2026

Nesse contexto, a rede urbana brasileira é profundamente impactada pela lógica do capital, que induz processos de produção regional desigual e reconfigura constantemente o território. Sob a égide da acumulação flexível, o espaço deixa de ser um suporte passivo para tornar-se condição, meio e/ou produto da reprodução social, onde cada cidade assume papéis e funções especializadas na divisão territorial e social do trabalho. Essa estruturação resulta em uma rede diversificada onde a hierarquia espacial se expande, ao mesmo tempo em que as interações entre diferentes escalas se tornam mais complexas, exigindo a superação de modelos puramente verticais pela proposta da heterarquia urbana. A heterarquia, conforme proposto por Sposito e Catelan (2014), não substitui a hierarquia tradicional, mas a complementa ao reconhecer relações horizontais, transversais e de complementaridade que fluem por meio de redes técnicas e informacionais.

Contudo, persistem limitações metodológicas significativas na análise desse sistema. A definição das hierarquias dos centros urbanos é desafiada pela sua variabilidade temporal, uma vez que mudanças nas dinâmicas populacionais e econômicas podem alterar o comando de um núcleo em curto prazo. Além disso, as classificações rígidas do IBGE podem não captar integralmente a complexidade das interações em regiões de fronteira ou em áreas de transição, onde os fluxos são mais difusos e multifacetados. A delimitação das áreas de influência também apresenta restrições, pois nem sempre reflete com precisão a interdependência e a conectividade, sendo vulnerável a distorções causadas por infraestruturas de transporte desiguais, políticas públicas localistas e a subjetividade inerente a certos critérios de regionalização.

Ademais, a disponibilidade e qualidade dos dados primários e secundários influenciam diretamente a precisão das conclusões e a eficácia do planejamento territorial. É fundamental considerar que a rede urbana, embora preserve estruturas hierárquicas herdadas de padrões clássicos, tem se articulado de forma cada vez mais interescalar, gerando um espaço fluido onde a contiguidade física perde centralidade para a conectividade técnica.

A perspectiva da escala geográfica atua, portanto, como uma estratégia de apreensão da realidade que revela como o capital organiza o espaço em rede. Essa lógica é explicada pela transição do "*town-ness*" (relações de proximidade e hinterlândia) para o "*city-ness*" (conexões de longa distância e gestão territorial), permitindo que decisões tomadas em centros de comando globais alterem instantaneamente as funções de localidades remotas. Assim, as múltiplas conexões e articulações compõem as interações espaciais contemporâneas, consolidando um sistema urbano em constante mutação, onde o tempo emerge como uma variável estratégica — a "quinta dimensão" do espaço — que relativiza distâncias e aprofunda a diferenciação socioespacial no Brasil.

Quadro 7. Avanço dos Estudos Oficiais sobre o Sistema Urbano

ASPECTO	DESCRIÇÃO
Origem:	Iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1987, com base em estudos anteriores sobre as Micro e Macrorregiões e Regiões Funcionais Urbanas.
Objetivo Principal:	Identificar e analisar a rede urbana brasileira, hierarquizando os centros urbanos e delimitando suas áreas de influência.
Bases Teóricas:	Fundamentada na Teoria das Localidades Centrais (Christaller, 1966 [1933]) e na Teoria dos Fluxos Centrais (Taylor, 2001, 2004).

Critérios de Subordinação:	Um município é subordinado a um centro quando mantém relação de intensidade igual ou superior ao dobro das relações com centros alternativos do mesmo nível.
Funções Centrais (REGIC 1993):	46 funções identificadas: 14 de baixa complexidade e 30 de alta complexidade, além de 2 ligadas à busca por informação.
Avanços Metodológicos (REGIC 2007 e 2018):	Inclusão de novas tecnologias, redes técnicas e articulações multiescalares; reconhecimento da heterarquia urbana.
Hierarquia Urbana:	Três níveis: rede (relações), nós (cidades) e agentes (empresas e organizações que operam nas redes).
Limitações Identificadas:	Dificuldade em captar a complexidade das interações urbanas; delimitação imprecisa das áreas de influência; variações temporais nas hierarquias.
Importância para o Planejamento:	Subsídios para políticas públicas, gestão territorial e compreensão das dinâmicas urbanas e regionais.

Fonte: IBGE, 1972; 2008; 2013; 2017; 2018; 2021.
Elaborado pelo Autor, 2026.

A análise das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) revela a complexidade e a dinamicidade da rede urbana brasileira, evidenciando como os centros urbanos se articulam em diferentes escalas e desempenham funções variadas no território nacional. Ao longo de cinco décadas — desde os estudos pioneiros na década de 1960 até a edição mais recente de 2018 — , o IBGE tem aprimorado seus métodos de classificação e delimitação das áreas de influência, incorporando geotecnologias como dispositivos móveis de coleta com crítica automatizada e o algoritmo de Jenks para segmentação estatística. Este esforço institucional reflete as transformações socioespaciais, passando de uma visão estática de polarização para uma análise baseada em fluxos de gestão pública, empresarial e consumo de bens e serviços.

A incorporação da Teoria dos Fluxos Centrais (Taylor, 2004) e da proposta de heterarquia urbana (Sposito e Catelan, 2014) representa um salto qualitativo na compreensão das interações contemporâneas. Ao reconhecer que as relações entre as cidades não seguem apenas a rigidez do modelo de Christaller, mas ocorrem por conexões horizontais, transversais e de longa distância, o estudo da REGIC 2018 diferencia os processos de town-ness (vínculos de proximidade) e city-ness (conexões em rede e gestão territorial). Essa abordagem permite uma leitura mais precisa das articulações multiescalares, onde cidades médias assumem papéis estratégicos na divisão territorial e social do trabalho e na produção desigual do espaço.

Contudo, persistem limitações metodológicas inerentes à complexidade do sistema urbano. A variabilidade das dinâmicas territoriais e as rápidas mudanças econômicas podem tornar as hierarquias estabelecidas voláteis ao longo do tempo. Além disso, a delimitação das áreas de influência pode enfrentar desafios em regiões de fronteira ou zonas de transição, onde as múltiplas vinculações e os fluxos transfronteiriços extrapolam os modelos tradicionais de regionalização. Fatores como infraestruturas de transporte desiguais e políticas públicas setoriais também podem gerar distorções, exigindo que o mapeamento seja compreendido como um processo contínuo de "mapa in progress".

Assim, a REGIC consolida-se como uma ferramenta metodológica fundamental que contribui para o entendimento da organização territorial brasileira e para o planejamento urbano e regional. Ao articular dados quantitativos e qualitativos aos princípios da cartografia temática e do geoprocessamento, a pesquisa fornece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas e a gestão do território. Sua integração com a Divisão Urbano-Regional (2021) — que identifica Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas, além de Subnúcleos estratégicos — potencializa a promoção de uma maior equidade espacial ao revelar as reais necessidades de atendimento e conectividade da população no mosaico regional brasileiro.

2.4 Divisões Regionais do IBGE: Do Território-Zona ao Protagonismo da Rede Urbana

Na década passada, as discussões sobre a dinâmica urbano-regional no Brasil foram substancialmente enriquecidas pelas publicações sobre os Arranjos Populacionais (IBGE, 2014, 2016). Este esforço institucional definiu novos recortes territoriais ao agrupar municípios que apresentam uma forte integração funcional, transcendendo as fronteiras político-administrativas tradicionais. A identificação dessas unidades urbanas fundamentou-se em dois critérios principais: a contiguidade das manchas urbanizadas (com distância máxima de 3 km entre as bordas das sedes) e a intensidade dos movimentos pendulares para estudo e trabalho.

Para mensurar essa integração, o IBGE estabeleceu parâmetros rigorosos, como o índice de integração relativa (igual ou superior a 0,17) ou o volume absoluto de deslocamentos (igual ou superior a 10.000 pessoas), este último essencial para captar a dinâmica em áreas metropolitanas onde a população residente é muito elevada.

Nos estudos oficiais, dois enfoques analíticos complementares foram adotados:

Quadro 8. Enfoques Analíticos Complementares adotados nos Estudos Oficiais

Primeiro Enfoque Analítico:	Centra-se nos arranjos populacionais propriamente ditos, visando compreender as dinâmicas espaciais de mobilidade populacional e a proximidade organizacional entre as cidades.
Segundo Enfoque Analítico:	Refere-se ao conceito de concentrações urbanas, uma categoria que reorganiza as noções de arranjos e inclui os municípios isolados que, pelo seu porte e centralidade, exercem papel relevante na escala de urbanização nacional.

Elaborado pelo Autor, 2026

As concentrações urbanas são definidas como unidades que impelem ao movimento um volume crescente de pessoas que buscam, nos centros médios e grandes, oportunidades compatíveis com os novos padrões econômicos do capitalismo contemporâneo. Elas são subdivididas em dois níveis:

1. **Médias Concentrações Urbanas: População entre 100.000 e 750.000 habitantes.**
2. **Grandes Concentrações Urbanas: População acima de 750.000 habitantes, representando o patamar mais alto da urbanização brasileira.**

A relevância metodológica desse estudo reside no fato de que ele passou a fornecer a unidade espacial básica ("Cidade") para pesquisas subsequentes, como a REGIC 2018 e a Divisão Urbano-Regional (2021). Ao reconhecer os arranjos populacionais como nós únicos da rede urbana, o IBGE permite uma leitura mais precisa da diferenciação socioespacial, evidenciando que a hierarquia urbana contemporânea não é definida apenas pelo tamanho demográfico, mas pela funcionalidade e pela densidade das interações espaciais.

> [...] refere-se a unidades urbanas que impele ao movimento um volume cada vez maior de pessoas, que veem, nos médios e grandes centros, oportunidades de trabalho e estudo, compatíveis com os novos padrões econômicos do capitalismo contemporâneo (IBGE, 2016, p. 19).

Em 2021, o IBGE publicou a segunda edição da Divisão Urbano-Regional (DUR), consolidando um modelo de regionalização que privilegia a estrutura urbana como o elemento central de organização do espaço. Este sistema se integra a partir das grandes cidades, as quais funcionam como o núcleo de um processo de encadeamento da rede urbana nacional, impulsionado por fluxos de troca de bens e serviços materiais e imateriais que respondem às necessidades econômicas e sociais de integração territorial.

O estudo identifica as Regiões de Articulação Urbana, fundamentando-se nos resultados da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018 (publicada em 2020) e incorporando as delimitações de Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (2016). Essas regiões têm o objetivo de compatibilizar a rede urbana a feições zonais, contíguas e sem superposições, de modo que cada município pertença a apenas uma unidade regional, comandada por uma cidade polo que exerce gestão e polariza sua respectiva área de influência.

Uma inovação metodológica significativa da edição de 2021 foi a identificação de 539 Subnúcleos no interior das Regiões Imediatas. Esses municípios não delimitam regiões próprias, mas desempenham papéis estratégicos ao compartilhar funções de apoio à gestão pública e privada e ao fornecimento de bens e serviços de modo complementar aos núcleos principais, o que permite uma compreensão mais acurada das aglomerações urbanas.

A metodologia empregada envolve uma abordagem interescalar, onde a delimitação final das regiões resulta de um processo sucessivo de ajustes e calibrações para resolver múltiplas vinculações e descontinuidades espaciais, utilizando dados de gestão do território e conexões rodoviárias. Assim, a integração entre a REGIC e a DUR fornece subsídios fundamentais para o planejamento territorial, investimentos em infraestrutura e a promoção de uma maior equidade espacial ao desvendar a complexidade das interações contemporâneas na rede urbana brasileira.

> O modelo contempla uma visão híbrida que utiliza critérios de conectividade em rede, nas suas diferentes escalas espaciais, para identificação de zonas que são denominadas de Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas, segundo a hierarquia dos centros; funções de gestão territorial; e ligações oriundas da demanda por bens e serviços. São duas estruturas espaciais que se complementam: uma de fluxos entre as Cidades e suas regiões e outra zonal, que cria espaços coesos e articulados (IBGE, 2021, p. 10).

A metodologia utilizada na segunda edição da Divisão Urbano-Regional (DUR) do Brasil seguiu, em essência, ela estrutura lógica e o arcabouço conceitual adotados na primeira edição de 2013. Enquanto o estudo original baseou-se nos dados da REGIC 2007, a publicação de 2021 fundamentou-se nos resultados da REGIC 2018, mantendo o foco na hierarquia das cidades, em funções de gestão do território (pública e privada) e nos fluxos decorrentes da busca por bens e serviços.

Nesta edição, foram identificadas 17 Regiões Ampliadas, das quais 15 são capitaneadas por Metrópoles e duas por Capitais Regionais (os Arranjos Populacionais de Porto Velho/RO e Cuiabá/MT, devido ao papel regional estratégico que exercem). O aumento no número de metrópoles de 12 para 15 — com a ascensão de Vitória/ES, Florianópolis/SC e

Campinas/SP — provocou alterações significativas nos recortes anteriores, agregando novas Regiões Ampliadas e reconfigurando o conjunto regional por meio dos Arranjos Populacionais. Tais mudanças refletem rearranjos na divisão territorial e social do trabalho e no processo de urbanização, ampliando as conexões e interações espaciais entre cidades de diferentes níveis.

Como dito anteriormente, uma inovação metodológica fundamental de 2021 foi a identificação de 539 Subnúcleos no interior das Regiões Imediatas. Estes centros não delimitam regiões próprias, mas compartilham funções de apoio à gestão e ao fornecimento de bens e serviços de forma complementar aos núcleos principais, auxiliando na compreensão de movimentos espaciais mais curtos e sinalizando mudanças na centralidade da rede.

A definição das regiões ocorreu pela agregação de municípios, seguindo uma lógica sucessiva: a identificação inicial das Regiões Ampliadas, sua subdivisão em Intermediárias e, por fim, em Imediatas. Esse procedimento assemelha-se ao estudo das Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas de 2017, embora o modelo da DUR tenha a particularidade de não se restringir às fronteiras estaduais, priorizando a continuidade da rede urbana em vez da rigidez político-administrativa.

Entretanto, a delimitação final só foi consolidada ao término de todas as etapas, adotando uma abordagem interescalar. Isso significa que a análise de certas áreas exigiu avaliações pormenorizadas nas fases finais para resolver múltiplas vinculações e descontinuidades espaciais, de modo que os níveis inferiores (2 e 3) também ajudaram a definir as fronteiras dos níveis superiores.

A DUR prioriza a integração coesa das cidades em escalas onde, devido às disparidades do sistema urbano brasileiro, centros de hierarquias distintas podem atuar como núcleos regionais equivalentes. Assim, enquanto em uma parte do país o núcleo de uma Região Intermediária pode ser uma Capital Regional A, em outra, uma Capital Regional C pode desempenhar o mesmo papel de coesão, visto que suas funções de articulação e comando são consideradas equivalentes dentro de seus respectivos contextos regionais.

2.4.1 Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias: Coesão Territorial e Desafios Analíticos

O estudo da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, publicado em 2017, constitui um marco fundamental para a atualização do quadro regional do país, substituindo o modelo de Mesorregiões e Microrregiões da década de 1980. Este novo recorte visa fornecer ao Estado e à sociedade um instrumento adequado à divulgação de informações estatísticas e ao planejamento da federação brasileira,

refletindo o intenso processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional e na malha municipal após a Constituição de 1988.

Os parâmetros teórico-metodológicos utilizados enfatizam a revalorização da dimensão regional sob a perspectiva da rede urbana brasileira, considerada ponto-chave para a manutenção da coesão territorial diante das tensões entre a globalização e os projetos locais. Nessa abordagem, a região é compreendida como uma construção do conhecimento geográfico, delineada por transformações socioespaciais recentes e operacionalizada por elementos concretos, como a classificação hierárquica dos centros urbanos e a detecção de fluxos de gestão.

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana seu principal ponto de referência, sendo estruturadas a partir de centros urbanos próximos para atender às necessidades cotidianas da população. Essas demandas incluem a compra de bens de consumo, busca de emprego, serviços de saúde e educação, além de serviços públicos como postos do INSS, do Ministério do Trabalho e instâncias judiciárias. Para sua delimitação, o IBGE estabeleceu critérios como o limite ideal de 5 a 25 municípios por região, um contingente populacional mínimo de 50.000 habitantes e a presença de, pelo menos, um Centro de Zona B. Embora priorizem a coesão funcional, essas regiões respeitam rigorosamente os limites das Unidades da Federação.

As Regiões Geográficas Intermediárias representam uma escala de articulação entre as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas, organizando o território por meio de polos de hierarquia superior que concentram fluxos de gestão pública e privada e funções urbanas complexas. Preferencialmente, sua delimitação inclui Metrópoles ou Capitais Regionais, admitindo-se centros menores apenas onde esses não existem, desde que sejam representativos para o conjunto regional. Atendendo ao princípio federativo, cada estado deve conter no mínimo duas Regiões Intermediárias.

A metodologia do estudo integra os conceitos de território-rede (focado na centralidade e fluxos) e território-zona (focado na continuidade espacial e aglomerações), utilizando os Arranjos Populacionais como unidades urbanas básicas e indivisíveis.

Todavia, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas:

Quadro 9. Limitações do Estudo: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias

Simplificação da Realidade:	A divisão regional pode não captar todas as nuances e particularidades socioeconômicas locais ao buscar modelos de generalização estatística.
Subjetividade e Arbitrariedade:	A definição dos limites envolveu a consulta a diversos atores, como a Rede de Agências do IBGE e Institutos Estaduais de Planejamento, o que, embora incorpore o conhecimento local, pode introduzir critérios subjetivos ou atender a conveniências políticas e administrativas em detrimento do rigor científico-geográfico.
Temporalidade dos Dados:	O estudo comporta uma datação marcada no tempo e no espaço, dependendo de ciclos metodológicos de atualização que podem não acompanhar a rapidez das transformações territoriais.
Complexidade das Relações:	As interações entre população, infraestrutura e atividades econômicas podem não ser plenamente contempladas, limitando uma compreensão holística e dinâmica da realidade territorial.

Elaborado pelo Autor, 2026

Em suma, a Divisão Regional de 2017 consolida-se como um esforço metodológico fundamental para apreender a reorganização espacial do território brasileiro contemporâneo, ao propor a hibridização conceitual entre as dimensões do território-zona e do território-rede. Ao eleger os Arranjos Populacionais como unidades funcionais básicas e indivisíveis e estruturar as escalas imediata e intermediária a partir de fluxos cotidianos e de gestão, o IBGE logrou superar o engessamento estatístico e naturalista dos recortes regionais herdados das décadas anteriores. Conquanto persistam limitações inerentes à generalização cartográfica, à arbitração de limites e à rigidez imposta pelo respeito estrito às barreiras federativas estaduais, este quadro analítico desvelou as reais assimetrias de um país de dimensões continentais em rápida transformação. Desse modo, ao demonstrar que a coesão territorial depende intrinsecamente das conexões de sua rede de cidades, o estudo de 2017 não apenas revalorizou a escala regional como categoria científica, mas também preparou o caminho teórico-metodológico para a subsequente consolidação da Divisão Urbano-Regional (DUR) de 2021, a qual avançará rumo a uma modelagem espacial ainda mais fluida, reticular e interescalar.

2.4.2 Trajetória Comparativa das Metodologias de Regionalização Institucional

Desde a publicação do estudo "Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias" em 2017 até a consolidação da "Divisão

Urbano-Regional do Brasil" (DUR) de 2021, observaram-se avanços significativos na análise e compreensão da organização territorial do país. Uma das principais evoluções reside na incorporação de novas metodologias que resultaram em uma abordagem mais abrangente, detalhada e integrada das dinâmicas espaciais. Enquanto o modelo de 2017 focava na manutenção da coesão territorial e em unidades para divulgação estatística respeitando os limites estaduais, a DUR 2021 consolidou um modelo que privilegia a estrutura urbana como o elemento central de organização do espaço.

Em termos metodológicos, o estudo de 2021 atualizou o recorte territorial ao considerar as Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, que constituem recortes macrorregionais evidenciando o comando e o alcance das principais cidades "cabeças-de-rede" sobre o território nacional. Esta ampliação do escopo analítico permite uma visão que transcende as interações locais, captando as relações em escalas geográficas mais amplas e revelando o protagonismo de 15 Metrópoles e duas Capitais Regionais estratégicas (Porto Velho e Cuiabá) na liderança dessas regiões. Adicionalmente, a DUR 2021 incorpora integralmente os resultados da pesquisa "Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018" e as delimitações de "Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas", o que aprofunda a análise das hierarquias e das articulações urbanas.

A integração desses dados permite uma compreensão precisa das dinâmicas espaciais e das interações entre as cidades, fornecendo subsídios indispensáveis para a definição de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e estratégias de desenvolvimento regional. Outro avanço fundamental foi a identificação, pela primeira vez, de 539 Subnúcleos no interior das Regiões Imediatas. Estes Subnúcleos representam centros urbanos que, embora não delimitem regiões próprias, desempenham papéis estratégicos ao compartilhar funções de apoio à gestão e fornecimento de bens e serviços de modo complementar aos núcleos principais. Essa segmentação refinada permite uma leitura mais acurada das aglomerações urbanas e das funções desempenhadas por centros de menor hierarquia na articulação regional.

A atualização constante dessas pesquisas pelo IBGE é vital para acompanhar as transformações em uma rede urbana vibrante e em constante mutação. As análises setoriais presentes nos estudos auxiliam na qualificação dos resultados, enquanto a disponibilização de bases de dados completas permite investigações em diferentes escalas e áreas do conhecimento. Portanto, a Divisão Urbano-Regional mantém-se como um instrumental estratégico para o conhecimento do país, fundamentando o planejamento de serviços públicos e privados que considerem as complexas relações espaciais contemporâneas.

Por fim, as feições regionais, ao estarem conectadas em uma estrutura de rede hierarquizada, formam uma sequência de conjuntos onde cada elemento revela uma interligação em suas relações, desde o centro de maior comando até os núcleos de menor influência. Uma vez estabelecida essa cardinalidade e os fluxos de gestão e consumo, o resultado manifesta-se em uma área de influência delineada, designada como uma Região Ampliada, Intermediária ou Imediata de Articulação Urbana. Esse processo contínuo de renovação metodológica e conceitual reforça a missão institucional de retratar fielmente a complexa realidade do território brasileiro.

Quadro 10. Divisão Urbano-Regional e Regiões Geográficas

ASPECTO	DESCRIÇÃO
Objetivos:	Construir um modelo de regionalização que privilegie a estrutura urbana como elemento organizador do espaço.
Escalas de Análise:	Três níveis: Regiões Ampliadas, Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas, baseadas na hierarquia dos centros urbanos e nas articulações espaciais.
Critérios de Delimitação:	Integração urbana, articulação de fluxos de bens e serviços, gestão territorial e contiguidade espacial entre municípios.
Arranjos Populacionais:	Agrupamento de municípios com base em movimentos pendulares e contiguidade de manchas urbanas.
Subnúcleos Urbanos:	Identificados dentro das Regiões Imediatas, representam centros com papel relevante nas interações espaciais locais.
Comparação com Divisão de 2017:	A versão de 2021 amplia o escopo analítico, incorporando Regiões Ampliadas e atualizando critérios com base na REGIC 2018.
Avanços Metodológicos:	Inclusão de dados sobre gestão territorial, consumo de bens e serviços, e conexões rodoviárias para definir vínculos entre cidades.
Limitações:	Possíveis simplificações da realidade territorial, subjetividade nos critérios, necessidade de constante atualização dos dados.

Contribuições para o Planejamento:	Subsídios para políticas públicas, investimentos em infraestrutura e compreensão das dinâmicas regionais e urbanas.

Fonte: IBGE, 2013; 2017; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026.

A metodologia adotada pelo IBGE, especialmente na edição de 2021, revela a preocupação em compatibilizar a estrutura da rede urbana com feições zonais coesas e contíguas, onde cada município pertence a apenas uma unidade regional comandada por um polo. O modelo contempla uma visão híbrida que articula a conectividade em rede — expressa pelos fluxos materiais e imateriais — com a criação de espaços geográficos articulados em diferentes escalas. Nesse contexto, a identificação inédita de 539 Subnúcleos dentro das Regiões Imediatas reforça a complexidade das interações, evidenciando que centros urbanos de menor hierarquia desempenham papéis estratégicos ao descentralizar funções de apoio à gestão e ao fornecimento de serviços essenciais.

Ao comparar os modelos de regionalização de 2017 e 2021, observa-se uma ampliação do escopo analítico fundamentada na centralidade urbana. Enquanto o estudo de 2017 focava na coesão territorial e nas necessidades imediatas da população respeitando rigorosamente os limites estaduais, a DUR 2021 prioriza a estrutura urbana como elemento organizador do espaço, permitindo que os recortes regionais ultrapassem fronteiras das Unidades da Federação para seguir a lógica da rede. A introdução das Regiões Ampliadas permite visualizar o alcance macrorregional das 15 Metrópoles e capitais regionais estratégicas, enquanto a manutenção dos níveis intermediário e imediato assegura a continuidade da análise sobre a "área vivida" e as relações de proximidade.

Entretanto, como todo modelo de regionalização, a DUR apresenta limitações metodológicas. A simplificação de realidades territoriais complexas em modelos zonais sem superposições pode não captar integralmente a fluidez das dinâmicas locais, especialmente em áreas de transição ou fronteira onde as vinculações são múltiplas e difusas. Além disso, a subjetividade na definição de certos critérios e a necessidade de constante atualização dos dados representam desafios, uma vez que a rede urbana brasileira é vibrante e está em constante transformação, sujeita às pressões da acumulação flexível de capital.

Ainda assim, a proposta do IBGE contribui de forma decisiva para o planejamento territorial, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e a orientação de investimentos em infraestrutura. A DUR permite identificar lacunas no atendimento de serviços de saúde e educação, além de auxiliar empresas em decisões locacionais estratégicas. Ao

integrar critérios como gestão territorial, conexões rodoviárias e demanda por bens duráveis, o estudo oferece uma leitura refinada das centralidades contemporâneas.

Em síntese, a análise dos modelos de regionalização revela um processo de aprimoramento contínuo que busca integrar a hierarquia tradicional à lógica da heterarquia urbana. Essa articulação, aliada ao uso de geotecnologias e à leitura interescalar do território, aponta para uma compreensão abrangente das disparidades regionais e da produção desigual do espaço. A DUR consolida-se, portanto, como um instrumental indispensável para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial que respeitem as especificidades e as complexas dinâmicas urbano-regionais do Brasil contemporâneo.

2.5 A Integração REGIC-DUR: Por uma Leitura da Hierarquia e Heterarquia Urbana

As Regiões de Articulação Urbana são estabelecidas por meio de critérios que consideram a estrutura da rede urbana brasileira, a hierarquia de seus centros e suas respectivas áreas de influência. Complementarmente, a delimitação apoia-se em dados sobre a gestão pública e privada do País, bem como nos fluxos decorrentes da busca por bens e serviços. Essas unidades regionais são formuladas focando na interação e conexão entre as cidades, visando a coesão e integração das áreas urbanas em três escalas: Ampliada, Intermediária e Imediata. Para tanto, é essencial que a análise incorpore os estudos que fundamentam o sistema urbano nacional, como a REGIC 2018 e o quadro de Arranjos Populacionais, permitindo progressos significativos na compreensão da dinâmica territorial contemporânea.

A delimitação das Regiões Ampliadas de Articulação Urbana (Nível 1) fundamenta-se, inicialmente, na avaliação das ligações entre as cidades e as 15 Metrópoles brasileiras identificadas pelo IBGE em 2020. Nessa primeira fase (etapa 1.1), considera-se a cardinalidade do sistema: quando uma Capital Regional se liga a uma Metrópole, todas as cidades sob sua influência exclusiva são integradas à mesma Região Ampliada. Áreas vinculadas a duas ou mais Metrópoles não são associadas a uma região nesta etapa inicial, exigindo análise posterior.

Na etapa 1.2, mantiveram-se os procedimentos da edição de 2013 para reconhecer que, em determinados contextos regionais (como no Norte e Centro-Oeste), centros com hierarquia de Capital Regional exercem papel de comando equivalente ao de uma metrópole em vastos territórios. É o caso dos Arranjos Populacionais de Cuiabá/MT e Porto Velho/RO, que encabeçam suas próprias Regiões Ampliadas devido à sua relevância estratégica e à distância dos principais centros do Centro-Sul e do litoral.

Para a definição das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana (Nível 2), o primeiro critério (etapa 2.1) consiste na agregação de cidades e suas áreas de influência

vinculadas a centros com hierarquia de Capital Regional C ou superior, desde que estes possuam ligação direta com uma Metrópole. Diferentemente da primeira edição, que exigia a hierarquia mínima de Centro Sub-regional A, a versão de 2021 realizou uma recalibração hierárquica. Essa mudança reflete o avanço do sistema urbano entre 2007 e 2018, que resultou no surgimento de mais centros com hierarquias elevadas, demandando novos parâmetros para a definição dos polos regionais.

Devido às desigualdades na rede urbana brasileira, o resultado do primeiro critério exigiu ajustes por meio de três critérios adicionais para identificar Regiões Intermediárias em áreas menos consolidadas:

1. **Etapa 2.2:** Delimitação de regiões de nível 2 para centros de hierarquia Capital Regional ou Centro Sub-regional A que possuam ligação direta a uma capital estadual, reconhecendo o peso da gestão pública estadual na organização do espaço.
2. **Etapa 2.3:** Utilização da hierarquia de Centro Sub-regional A para definir Regiões Intermediárias ligadas direta e exclusivamente a Metrópoles, em casos em que não há contiguidade espacial entre o polo e a metrópole.
3. **Etapa 2.4:** Especificamente para o Amazonas, reduziu-se o critério para Centro Sub-regional B para formar regiões como Itacoatiara e Parintins, respeitando a distribuição dendrítica e linear da rede urbana amazônica ao longo das margens dos rios.

Uma vez concluídas essas etapas de hierarquia e influência, o foco volta-se para a resolução de duplas vinculações e para a integração de Subnúcleos que, embora não delimitem regiões próprias, desempenham papéis complementares essenciais para a coesão das Regiões Imediatas.

As fases iniciais para a delimitação das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana basearam-se primordialmente na hierarquia dos centros urbanos e no ajuste de suas respectivas áreas de influência. O foco subsequente foi a resolução das múltiplas vinculações (subordinações duplas ou triplas) registradas na rede urbana final da REGIC 2018. Nessa etapa específica (2.5), os centros com nível hierárquico igual ou superior a Centro Sub-regional A que apresentavam vínculos com mais de um centro de hierarquia superior foram definidos como núcleos de Regiões Intermediárias Isoladas, mesmo nos casos em que não possuíam conexão direta com uma Metrópole.

Com a estrutura das regiões de nível 2 praticamente consolidada, o procedimento seguinte (etapa 2.6) consistiu em avaliar os municípios e núcleos que ainda mantinham múltiplas conexões com as regiões já delimitadas. É fundamental ressaltar que, a partir desse

estágio, o objetivo metodológico deixou de ser a criação de novas unidades regionais, voltando-se para a alocação precisa de cada unidade regional a uma única Região Intermediária, visando um modelo zonal contíguo e sem superposições.

Para as cidades que figuram como centros de gestão territorial (abrangendo hierarquias até Centro Sub-regional B), o IBGE aplicou três critérios sucessivos de decisão. O primeiro critério associa o núcleo à região com a qual mantém o maior valor de ordem de gestão do território, indicador que sintetiza a intensidade das relações de comando público e empresarial. Caso essa métrica não fosse definidora, utilizava-se o segundo critério: a avaliação da participação na gestão empresarial, exigindo-se uma diferença mínima de 5% entre o maior e o segundo maior valor percentual. Por fim, se a dúvida persistisse, recorria-se ao terceiro critério, baseado no somatório das ligações rodoviárias, mantendo a exigência de uma amplitude mínima de 5% para a validação da escolha.

A aplicação desses critérios estatísticos era condicionada à contiguidade espacial do recorte resultante. Se os indicadores apontassem para uma associação geograficamente descontínua, o estudo passava a examinar a relação desses centros com as Regiões Intermediárias diretamente adjacentes, independentemente de a REGIC 2018 indicar tais conexões como principais.

Em casos particulares onde centros de hierarquia até Centro Sub-regional B possuíam uma vinculação única, porém descontínua, foram adotados os mesmos procedimentos de análise de gestão e fluxos rodoviários em relação às regiões vizinhas. Se os relacionamentos com as áreas contíguas não fossem considerados superiores ou relevantes, admitia-se, por exceção, a associação do centro urbano e sua área de influência à Região Intermediária descontínua de origem. Esse esforço de calibração permite que a Divisão Urbano-Regional reflita tanto a rigidez necessária para a divulgação estatística quanto a fluidez das interações de *city-ness* que caracterizam o sistema urbano brasileiro contemporâneo.

Para as cidades que apresentavam múltiplas vinculações e possuíam hierarquia inferior a Centro Sub-regional B, a definição de qual Região Intermediária seriam alocadas seguiu uma lógica análoga à etapa anterior, porém priorizando dados que retratassem melhor as relações de *town-ness* ou proximidade. Nesse sentido, foram avaliados temas específicos da REGIC 2018 relacionados à busca por bens e serviços: o primeiro critério baseou-se nos dados consolidados do questionário (considerando a diferença de 5% entre o primeiro e o segundo destinos); o segundo analisou o somatório de busca por móveis e eletroeletrônicos; e o terceiro recorreu aos percentuais de ligações rodoviárias.

A etapa 3 consistiu na delimitação das Regiões Imediatas de Articulação Urbana, que funcionam como subdivisões das Regiões Intermediárias. Para ser considerado o Núcleo de uma Região Imediata (etapa 3.1), o Centro Urbano deveria estar classificado minimamente como Centro Sub-regional A. No entanto, abriu-se uma exceção para centros com hierarquia de Centro Sub-regional B, que também puderam ser núcleos desde que possuíssem ao menos três municípios em sua área de influência, independentemente de estarem ligados de forma direta a Metrópoles ou Capitais Regionais.

Para resolver as múltiplas conexões e descontinuidades espaciais no nível imediato (etapa 3.2), o IBGE aplicou quatro critérios sucessivos de associação para municípios ou núcleos com hierarquia inferior a Centro Sub-regional B. A alocação ocorria na região com maior percentual somado, respeitando a amplitude mínima de 5% entre os valores, seguindo esta ordem temática:

1. **Compras de vestuário e calçados;**
2. **Atendimento de saúde de baixa e média complexidade;**
3. **Compras de móveis e eletroeletrônicos;**
4. **Ligações rodoviárias.**

Nos casos em que a análise estatística resultasse em uma associação geograficamente descontínua, o estudo passava a avaliar as relações com as Regiões Imediatas diretamente adjacentes para garantir a coesão zonal do modelo. Esse mesmo procedimento de ajuste foi adotado para situações de vinculação única, porém sem contiguidade espacial.

Na etapa 4, o estudo identificou os municípios que atuam como Subnúcleos das Regiões Imediatas, exercendo funções de complementariedade aos núcleos principais. Contudo, o IBGE considerou impertinente a criação de "Sub-regiões Imediatas", visto que a alta heterogeneidade dos fluxos de pessoas e informações impediria a conformação de unidades zonais coesas e contíguas. Para ser classificado como Subnúcleo, o município precisava atender a um dos seguintes requisitos: possuir Nível 3 de gestão do território ou ter sido citado no questionário da REGIC 2018 como a primeira opção de destino para ao menos um outro município. Além disso, quando o polo de um Arranjo Populacional era formado por dois ou mais municípios, este conjunto foi contabilizado como um único Subnúcleo operacional.

A integração dos estudos de regionalização do IBGE, especificamente a REGIC 2018 e a Divisão Urbano-Regional (DUR) 2021, constitui um arcabouço técnico-científico indispensável para o planejamento urbano e regional no Brasil. Essa articulação permite a formulação de políticas públicas mais assertivas, orienta investimentos em infraestrutura e promove o desenvolvimento socioeconômico ao oferecer uma visão abrangente e coesa da

organização territorial nacional. A hierarquia urbana estabelecida pela REGIC, ao ser correlacionada com as estruturas em rede da DUR, possibilita uma análise refinada das interações entre centros urbanos e suas hinterlândias, captando as complexas dinâmicas de gestão e consumo.

Como instrumento analítico, o IBGE mantém a tradição de representar as dinâmicas do sistema urbano por meio de cartogramas que buscam sintetizar a complexidade das conexões e delimitar regiões em múltiplas escalas. Para aprofundar essa análise, a cartografia temática consolida-se como metodologia essencial para desvendar as interações espaciais interescalares, enquanto as geotecnologias contemporâneas, como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e o Sensoriamento Remoto (SR), permitem processar grandes volumes de dados georreferenciados para identificar padrões e tendências espaciais.

A aplicação da REGIC como base metodológica para a DUR 2021 evidencia a importância de integrar a hierarquia urbana à conectividade funcional. Ao adotar os Arranjos Populacionais como unidades espaciais básicas — em vez de municípios isolados —, o IBGE reconhece a forte integração funcional e a conurbação de núcleos interdependentes, tratando-os como um único nó na rede urbana. Essa metodologia demonstra sensibilidade às especificidades regionais, reconhecendo que o papel de articulação de um centro pode ser equivalente em diferentes contextos, independentemente de sua hierarquia formal.

Para resolver as múltiplas vinculações e descontinuidades espaciais, a DUR incorpora critérios multidimensionais:

Quadro 11. Critérios Multidimensionais Incorporados pela Divisão Urbano-Regional do Brasil

Gestão do território:	Analisa a capacidade de comando público e empresarial.
Gestão empresarial:	Considera a rede de sedes e filiais de empresas multilocalizadas.
Conexões rodoviárias:	Avalia a intensidade do fluxo de transporte coletivo intermunicipal.
Demanda por bens e serviços:	Mapeia os deslocamentos da população para suprir necessidades de consumo e saúde.

Elaborado pelo Autor, 2026

A identificação inédita de 539 Subnúcleos dentro das Regiões Imediatas, definidos pelo Nível 3 de gestão territorial ou por sua centralidade na busca por serviços, atuam de forma

complementar aos núcleos principais, reforçando a heterogeneidade funcional do espaço brasileiro. Essa inovação permite superar modelos rígidos de regionalização e sinaliza mudanças na centralidade da rede urbana.

Portanto, a articulação entre REGIC e DUR representa um salto qualitativo ao permitir uma leitura interescalar e multifacetada do território, fundamentada no par hierarquia/heterarquia. Essa abordagem oferece subsídios vitais para que o Estado e a sociedade possam atuar sobre as desigualdades socioespaciais, promovendo estratégias de desenvolvimento regional que respeitem a diversidade funcional e as reais interações que moldam a rede urbana contemporânea no Brasil.

Quadro 12. Aplicação da REGIC em conjunto a Divisão Urbano-Regional

ASPECTO	DESCRIÇÃO
Integração REGIC–Divisão Urbano-Regional:	A REGIC 2018 é utilizada como base metodológica para delimitar Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas.
Critérios de Definição:	Hierarquia urbana, gestão territorial, gestão empresarial, conexões rodoviárias e demanda por bens e serviços.
Etapas de Delimitação:	Sequência metodológica que considera vínculos diretos com metrópoles e capitais regionais, além de múltiplas conexões.
Adaptação às Realidades Regionais:	Reconhecimento de que centros urbanos com menor hierarquia podem exercer influência significativa em contextos específicos.
Subnúcleos Urbanos:	Municípios com papel relevante nas Regiões Imediatas, identificados por critérios de gestão e participação em arranjos populacionais.
Flexibilidade Metodológica:	Inclusão de critérios alternativos para resolver múltiplas vinculações e descontinuidades espaciais.
Contribuições Analíticas:	Permite leitura interescalar da rede urbana, articulação entre hierarquia e heterarquia, e compreensão das dinâmicas territoriais.
Aplicações Práticas:	Subsídios para planejamento urbano e regional, formulação de políticas públicas e investimentos em infraestrutura.

Fonte: REGIC, 2018; IBGE, 2021

Elaborado pelo Autor, 2026.

O Capítulo II ofereceu um panorama abrangente das metodologias de classificação e análise urbana, consolidando o entendimento de que a apreensão das dinâmicas contemporâneas exige uma articulação rigorosa entre fundamentação teórica, precisão técnica e prática institucional. Através da análise comparativa entre abordagens cartográficas e os estudos de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível desvendar como a representação do espaço transita de uma descrição passiva para uma interpretação explicativa e crítica das dinâmicas urbano-regionais no Brasil.

A cartografia temática, em suas vertentes teórica e crítica, revelou-se um instrumento indispensável para desvendar as estruturas fundamentais do território. Superando a mera localização geométrica, ela permite representar fenômenos complexos, como fluxos populacionais e redes de gestão, transformando o mapa em um enunciado político capaz de dar visibilidade a grupos marginalizados e promover a justiça espacial. Sob essa ótica, o emprego de geotecnologias — como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), os Modelos Numéricos de Terreno (MNT) e o Sensoriamento Remoto (SR) — potencializou a capacidade de identificar padrões e correlações espaciais que permaneciam invisíveis em análises convencionais. A integração desses dados em bases georreferenciadas permite que a representação geográfica funcione como um "caldeirão" de informações integradas, essencial para o planejamento territorial e a tomada de decisões estratégicas.

O avanço dos estudos oficiais do IBGE, particularmente a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), demonstrou o esforço institucional em acompanhar a crescente complexidade da rede urbana nacional. A transição da Teoria das Localidades Centrais para a Teoria dos Fluxos Centrais na edição de 2018 marcou um salto paradigmático ao reconhecer que as interações contemporâneas não são estritamente verticais. A introdução do par hierarquia/heterarquia evidenciou que a centralidade é fluida e relacional, operando por meio de conexões horizontais e multiescalares que redefinem os papéis de cidades médias e pequenas na divisão territorial do trabalho.

Por sua vez, a Divisão Urbano-Regional do Brasil (DUR 2021) consolidou um modelo de regionalização que privilegia a estrutura urbana como elemento organizador do espaço. Ao articular as escalas Ampliada, Intermediária e Imediata, a DUR compatibilizou a conectividade em rede com feições zonais coesas, superando a rigidez das divisões político-administrativas tradicionais. Um avanço metodológico crucial foi a identificação inédita de Subnúcleos dentro das Regiões Imediatas, reconhecendo que centros de menor hierarquia desempenham funções

estratégicas de apoio à gestão e ao consumo, conferindo uma leitura mais refinada da diferenciação socioespacial.

Em síntese, este capítulo demonstrou que a análise urbano-regional contemporânea exige uma constante atualização metodológica para dialogar com a fluidez dos fluxos materiais e imateriais que moldam o território. A integração entre a cartografia temática, o rigor das geotecnologias e a robustez dos estudos do IBGE constitui o caminho para a construção de diagnósticos territoriais precisos. Essa base metodológica é o que fundamenta a análise subsequente desta pesquisa, fornecendo os instrumentos necessários para desvendar as contradições, as potências e os desafios das dinâmicas regionais no contexto brasileiro, visando sempre à promoção da equidade e da coesão no mosaico urbano-regional.

CAPÍTULO III

O MOSAICO URBANO-REGIONAL DO NOROESTE PARANAENSE:

CONECTIVIDADE, CENTRALIDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL





ENTRE A HIERARQUIA E A HETERARQUIA:
INTERAÇÕES INTERESCALARES E A PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DE MARINGÁ/PR

CAPÍTULO III. O MOSAICO URBANO-REGIONAL DO NOROESTE PARANAENSE: CONECTIVIDADE, CENTRALIDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

As transformações recentes nas dinâmicas urbano-regionais brasileiras têm exigido uma revisão crítica dos papéis desempenhados pelas cidades médias e pequenas, que deixam de ser vistos como meros intervalos ou elos para se consolidarem como nós articuladores de fluxos econômicos, sociais e de gestão em múltiplas escalas. No contexto do Noroeste do Paraná, essas dinâmicas expressam-se de maneira singular devido a uma formação socioespacial estrategicamente estruturada por companhias colonizadoras e pela economia cafeeira, resultando em uma rede urbana densa que passa por reconfigurações contínuas. Tais cidades funcionam agora como centros de comando do território, onde a divisão territorial do trabalho as define como espaços simultaneamente diferenciados e integrados à lógica global.

Henri Lefebvre (2000) define a sociedade urbana contemporânea como a própria sociedade de consumo, regida por valores que moldam o cotidiano em torno do comércio de bens e serviços. Essa metamorfose é acompanhada por novos estilos de vida onde a comodificação e o valor de signo solapam o valor de uso, tornando o consumo um objetivo central de inserção social e prestígio. A importância do urbano nesse processo já era reconhecida por Pierre George nos anos 1960, que enfatizava o poder das cidades em estimular a mobilidade do consumo, destacando que o próprio fato de morar no meio urbano é uma fonte inerente de demandas e desejos que impulsionam os deslocamentos populacionais.

A análise das interações espaciais contemporâneas demanda uma abordagem que considere simultaneamente os sujeitos sociais que se deslocam pelo território e os fluxos materiais e imateriais que conectam os centros urbanos. Cidades médias, como Maringá, assumem funções polarizadoras e mediadoras de alta complexidade, consolidando-se como capitais regionais que comandam arranjos populacionais e exercem influência sobre núcleos de menor porte. Em contrapartida, as pequenas cidades enfrentam desafios estruturais severos, como o esvaziamento populacional, a fragilidade econômica decorrente da modernização agrícola e uma persistente indefinição político-administrativa, fatores que comprometem sua inserção efetiva e autônoma na rede urbana.

A análise das dinâmicas que formam o urbano-regional do Noroeste do Paraná — em consonância às interações espaciais interescalares e às reconfigurações territoriais produzidas por forças econômicas, políticas e logísticas —fundamentada na categoria da formação socioespacial, legitima a presente investigação pela compreensão através da trajetória histórica

de ocupação, — da economia cafeeira à modernização agrícola — e dos papéis contemporâneos das cidades médias e pequenas (Guizzo e Rocha, 2012). Nesse processo, evidenciam-se as tensões entre a racionalidade econômica do capital, voltada à otimização do território, e a dimensão simbólica e afetiva do lugar, essencial para a vida cotidiana dos citadinos (Guizzo, 2017). Ao integrar os dados da pesquisa REGIC 2018 com estudos regionais, pretende-se construir uma leitura crítica e situada da rede urbana, valorizando a diversidade funcional e a complexidade das articulações territoriais que transcendem a simples contiguidade física.

O fenômeno urbano e o consumo são fenômenos complexos que Carreras (2008) subdivide em quatro grandes campos de problemas que afetam as estruturas das cidades:

1. Mudança no setor produtivo: caracterizada pela deslocalização industrial e pela globalização, que rompem com a lógica clássica de espaço-tempo e geram fragmentação produtiva, maior terceirização e a personalização da demanda, marcas da acumulação flexível.
2. Mudanças na sociedade: marcadas pela fragmentação familiar e pela proliferação de unidades unipessoais, que individualizam o consumo e geram novas divisões sociais baseadas no valor de signo e no status de consumo conspícuo.
3. Mudanças na concepção do tempo: expressas na flexibilização dos horários da cidade e na intensificação das comunicações, exemplificadas pelo funcionamento diferenciado de shopping centers, hipermercados e lojas 24 horas, que transformam o consumo em uma atividade lúdica e de lazer familiar.
4. Mudanças no espaço geográfico: resultantes da densificação urbana e da produção de novas paisagens que incluem processos de renovação, gentrificação e a criação de centralidades privadas, alinhadas às tendências da cidade pós-moderna e do espetáculo.

A redefinição da rede urbana e das funções das pequenas cidades não implica na perda de seu significado, mas sim na aquisição de novos papéis funcionais complexos que as integram à divisão territorial do trabalho. Este capítulo propõe aprofundar a análise das dinâmicas que moldam o urbano-regional do Noroeste do Paraná, investigando suas conexões e reconfigurações interescalares sob a influência de forças econômicas, políticas e logísticas. As inovações técnicas, características do meio técnico-científico-informacional, e a nova natureza das relações econômicas possibilitam e intensificam fluxos entre espaços não contíguos, relativizando a distância física e exigindo que a hierarquia urbana seja compreendida para além do simples tamanho demográfico.

Neste cenário, parte central do interesse desta pesquisa volta-se aos sujeitos sociais — trabalhadores, estudantes e consumidores — que se movimentam pelo território e articulam as cidades entre si por meio de suas práticas cotidianas. A análise socioespacial dessas dinâmicas permite compreender os motivos pelos quais muitas das demandas originadas nas pequenas cidades são direcionadas às capitais regionais, reforçando a necessidade de considerar o espaço como categoria central, especialmente no que tange aos fluxos estabelecidos e à extensão que estes alcançam.

A segunda propriedade refere-se ao alcance espacial das redes, conceito intrinsecamente ligado ao tipo de bem ou serviço ofertado. Bens e serviços de uso frequente tendem a ser disponibilizados a populações próximas, exigindo um mercado mínimo (limiar) e apresentando alcance espacial reduzido. Por outro lado, bens e serviços de uso mais raro demandam um mercado mais amplo e encontram-se concentrados em centros urbanos de maior hierarquia, com alcance espacial mais extenso.

A partir desses diferentes alcances, torna-se possível compreender a funcionalização das interações espaciais nas cidades médias. Tais interações não se limitam a uma leitura hierárquica tradicional, mas são apreendidas por meio de relações heterárquicas, que envolvem conexões interescalares e múltiplas formas de articulação territorial. Assim, as cidades médias ocupam posições estratégicas na rede urbana, atuando como mediadoras entre diferentes escalas e desempenhando funções que transcendem a simples centralidade administrativa ou econômica.

O alcance espacial das cidades médias pode ser apreendido — e até mensurado — por meio do raio de influência que exercem sobre os municípios vizinhos. Para essa análise, é fundamental identificar a cesta de bens e serviços que esses centros oferecem e compreender as motivações que induzem as populações das cidades pequenas a deslocarem suas demandas para esses polos regionais. Tal investigação revela a lógica operacional da rede urbana regional e os papéis diferenciados que cada núcleo desempenha na divisão territorial do trabalho (Fresca, 2010).

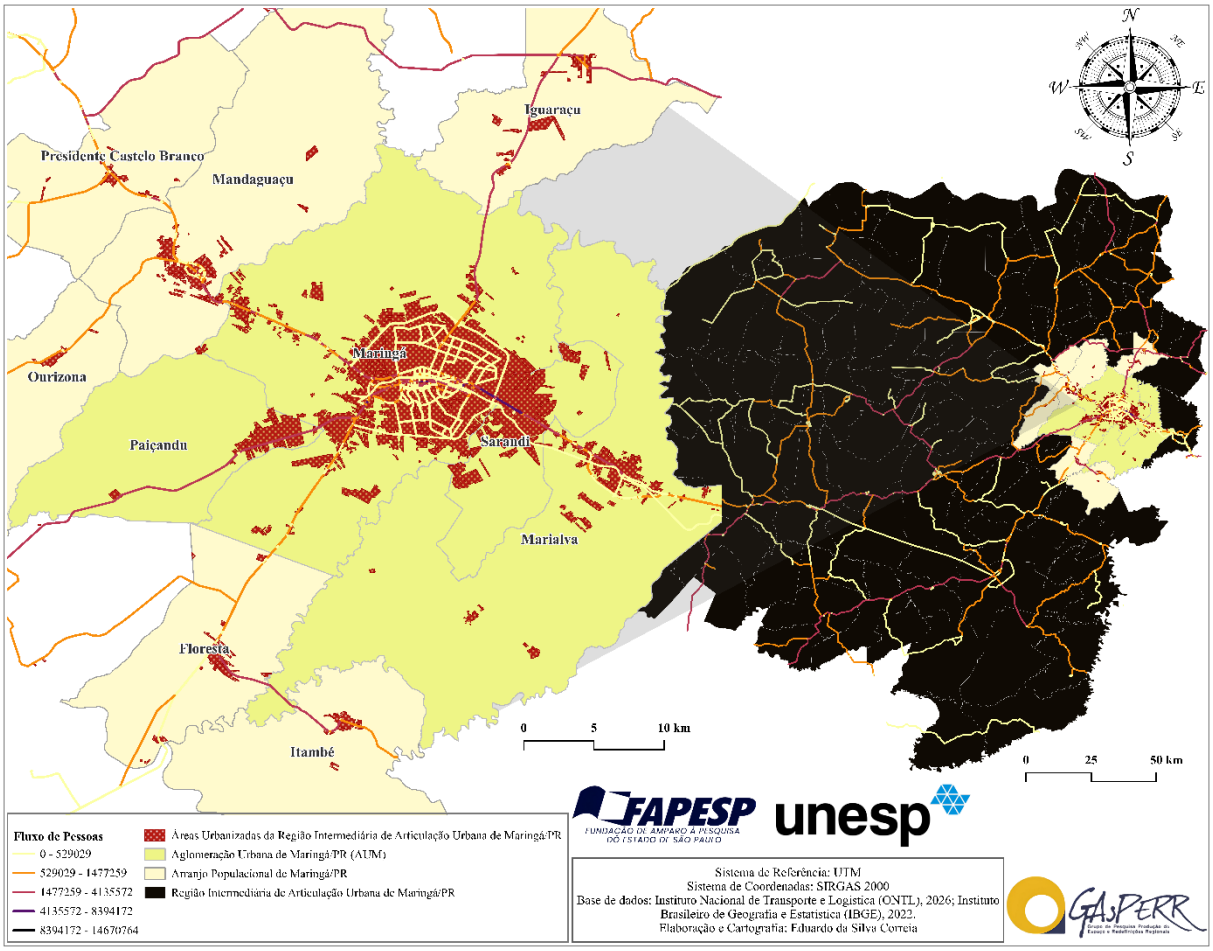
Historicamente interpretada sob uma lógica de contiguidade espacial e baseada em fluxos materiais de mercadorias e pessoas, a rede urbana contemporânea apresenta-se hoje de forma muito mais complexa. Aos fluxos físicos somam-se fluxos imateriais ou virtuais, impulsionados pela circulação instantânea de informações e investimentos de capital. Esses novos fluxos operam por meio de redes geográficas nas quais a distância métrica perde relevância frente à conectividade técnica, permitindo que os núcleos urbanos extrapolem seus limites territoriais imediatos e ampliem o alcance de suas relações econômicas.

Maringá, localizada no Norte do Paraná, é reconhecida por sua origem planejada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), consolidando-se como o nó central da rede urbana formada a partir da década de 1940 na região do Norte/Noroeste paranaense. Com a formalização da Região Metropolitana de Maringá (RMM) a partir do final da década de 1990 e a intensificação das dinâmicas metropolitanas, o planejamento urbano da cidade polo passou a ser pautado por estratégias que, embora mantenham diretrizes ao longo de diferentes gestões públicas, promovem uma forte valorização da terra e elevam significativamente os preços dos imóveis.

Como consequência socioespacial desse processo de metropolização, trabalhadores e famílias de baixa renda são empurrados para os municípios contíguos que integram o núcleo metropolitano, como Sarandi e Paiçandu, aprofundando o quadro de segregação socioespacial na escala regional. A atuação de agentes hegemônicos, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM) e o empresariado local, impulsiona planos estratégicos de longo prazo, a exemplo do Masterplan Metrópole 2047. No entanto, ao mesmo tempo em que projetam a imagem de uma cidade moderna e planejada, tais iniciativas atuam como instrumentos de um planejamento seletivo e predatório, que atende aos interesses das elites locais enquanto marginaliza as populações de menor renda no conjunto do espaço metropolitano.

A ciência geográfica, notável por seus estudos interdisciplinares, aborda a intrínseca relação entre o comércio, o consumo e a produção do espaço urbano-regional, exigindo abordagens capazes de correlacionar a dinâmica metropolitana a outras dimensões do conhecimento. Deste modo, busca-se detalhar como a produção dos espaços de consumo — tais como lojas de departamentos, comércio de rua, galerias e shopping centers — estrutura novas centralidades comerciais no âmbito da Região Metropolitana de Maringá, com destaque para o Aglomerado Urbano de Maringá (AUM), composto pelos municípios conurbados de Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi. A análise toma como base as formas contemporâneas de comércio e consumo de varejo, enfatizando sua direta influência na mobilidade do consumo, na intensificação dos fluxos pendulares diários e, por conseguinte, na reprodução desigual do espaço urbano-regional.

Mapa 3. Fluxo de Pessoas da Região Intermediária de Articulação Urbana e da Aglomeração Urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2019; 2020; 2021; 2022; 2025; Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), 2016; 2017; 2025
Elaborado pelo Autor, 2026

A cidade contemporânea constitui simultaneamente lugar de produção e de consumo, em que práticas cotidianas orientadas por desejos, necessidades e estilos de vida sustentam a reprodução do capital e reconfiguram forma e função urbanas. O processo de urbanização é amplamente caracterizado pela expansão urbana, que se manifesta em diferentes direções devido à realização de loteamentos entre as cidades. A tendência de conurbação, embora não seja um fenômeno recente, se intensifica com a crescente presença do urbano no cotidiano. Isso resulta na produção de novas centralidades e na ampliação do tecido urbano nos diversos vetores de expansão das cidades (Catelan et al, 2025).

As articulações na elaboração e produção do espaço urbano contemporâneo engendram fluxos e intermediações interurbanas que caracterizam as aglomerações urbanas, fenômenos que podem se manifestar de forma independente ou associados a processos de conurbação. Define-se aglomeração urbana como o processo de expansão de núcleos urbanos distintos mediante a intensificação de fluxos que extrapolam as fronteiras político-administrativas dos municípios.

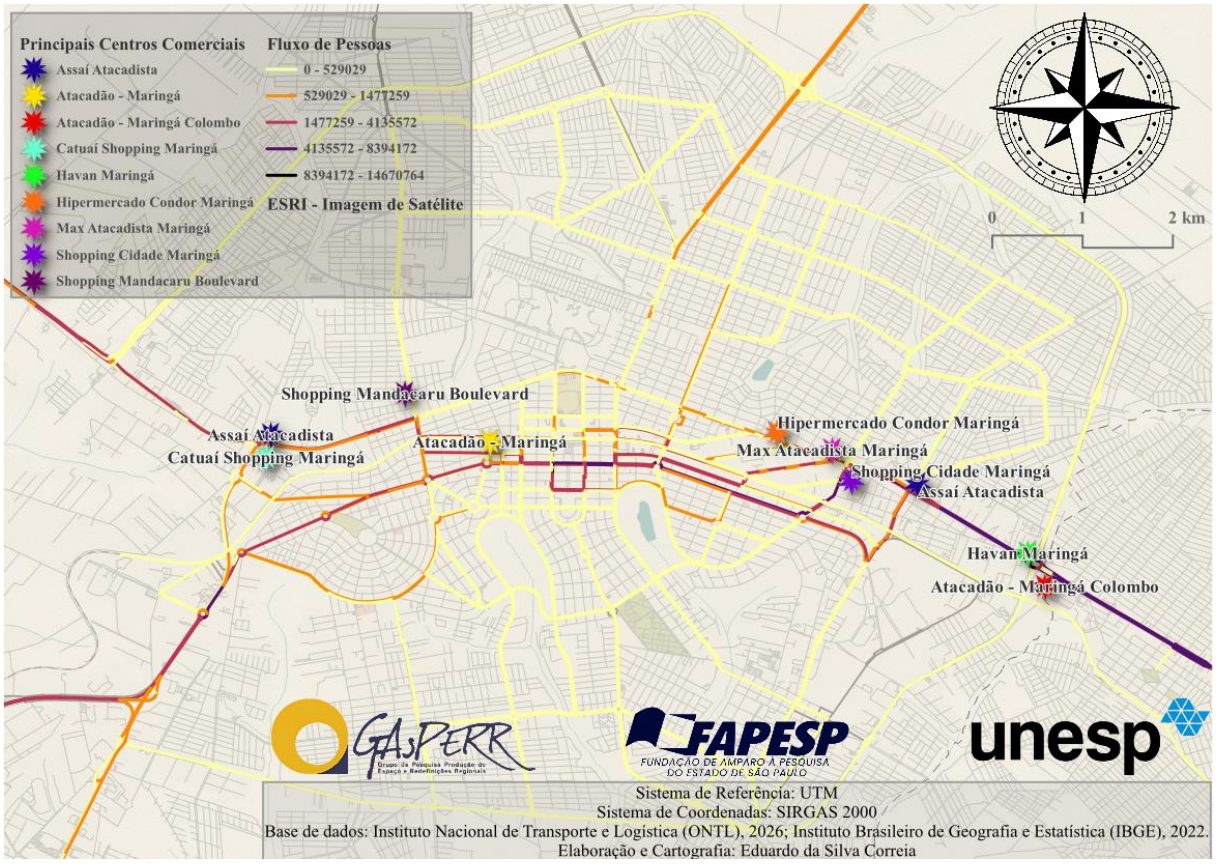
Nesse cenário, a proliferação de centralidades privadas — como shopping centers, hipermercados e galerias — e a refuncionalização de áreas estratégicas sinalizam a consolidação de uma sociedade urbana de consumo, na qual o espaço geográfico deixa de ser mero suporte para tornar-se, ele próprio, objeto de experiência, prazer e fruição lúdica. O Aglomerado Urbano de Maringá (AUM), constituído por Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi, é um exemplo paradigmático desse arranjo funcional, onde as dinâmicas de comércio e varejo estruturam novas hierarquias, fluxos pendulares cotidianos e complementaridades funcionais entre o núcleo polo e seus municípios vizinhos (Guizzo, 2017).

A revolução urbana, conforme Lefebvre (1999), destaca o papel vital do mercado, do comércio e do consumo tanto para a cidade quanto para o indivíduo, transformando o espaço urbano em um local de encontro e troca, adornado com os signos da liberdade. Esta perspectiva sugere o estudo da cidade a partir de seu valor simbólico, onde ícones do comércio e do consumo se configuram como locais de relações sociais. Historicamente, o comércio varejista, que no século XIX visava atender a massa de assalariados para garantir o consumo da produção industrial e a reprodução social, passou por uma descentralização e terciarização das cidades, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

O Aglomerado Urbano de Maringá (AUM), situado na mesorregião norte-central paranaense, tem suas raízes na cultura cafeeira das décadas de 1940 a 1960. As transformações do espaço rural e urbano impulsionadas pela modernização da agricultura nos anos 1970 levaram à ascensão de cidades como Maringá, que, juntamente com Marialva, Paiçandu e Sarandi, formam uma mancha urbana conurbada praticamente linear e ininterrupta (Guizzo, 2017).

O AUM manifesta as implicações da globalização no modo de vida e nas formas de consumo, evidenciada pela presença de marcas e franquias globalizadas, especialmente no centro tradicional e nos shopping centers de Maringá. Além disso, a proliferação de unidades unipessoais individualiza o consumo urbano e gera novas paisagens, com estabelecimentos como restaurantes, *deliverys* e lavanderias. Em Maringá, a flexibilidade de horários é uma constante em hipermercados e *shopping centers*, que exercem maior poder de atração e se tornam estratégias para que o consumo seja realizado como lazer em família (GUIZZO, 2017).

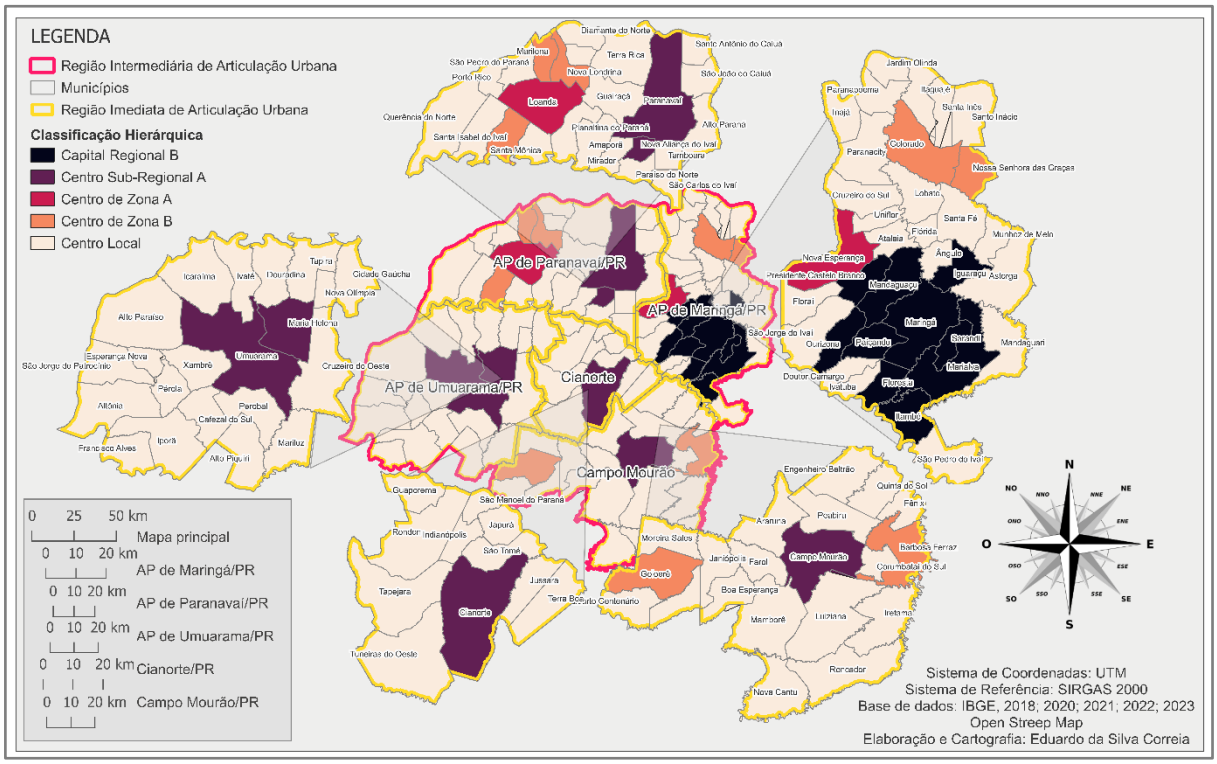
Mapa 4. Principais Hipermercados e Shopping Centers de Maringá/PR



Fonte: Instituto Nacional de Transporte e Logística (ONTL), 2026; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022.
Elaborado pelo Autor, 2026

A hegemonia de Maringá no AUM é reforçada pelo seu poder de regulação do horário de funcionamento do comércio das demais cidades, por meio do Sindicato dos Lojistas do Comércio e Comércio Varejista de Maringá e Região (SIVAMAR). Essa regulação força a população que só pode comprar fora do horário comercial a se sujeitar aos estabelecimentos de Maringá, concentrando capitais na cidade polo. O sindicato abrange dezenove municípios, englobando cerca de doze mil empresas de comércio da região (seis mil em Maringá), totalizando oitenta e oito mil funcionários formais no setor (Guizzo, 2017).

Mapa 5. Classificação Hierárquica da Região Intermediária e das Regiões Imediatas de Articulação Urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2021; 2022; 2023; 2026
Elaborado pelo Autor, 2026

Essa diferenciação está diretamente relacionada à formação socioespacial de cada região. Como aponta Endlich (2006), a região norte/noroeste do Paraná foi estruturada a partir da criação de municípios promovida por empresas colonizadoras como a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Essa formação socioespacial concomitantemente molda as formas de inserção das cidades médias e pequenas na rede urbana, influenciando seus papéis funcionais, seus alcances espaciais e suas articulações e interações interescalares.

Enquanto no século XVIII o comércio abastecia a população por necessidade, no XIX se especializou a serviço da indústria, e no século XX se tornou uma atividade cotidiana, com novos tipos de estabelecimentos e funcionando como lazer. Centralidades privadas em espaços fechados e cobertos foram criadas para atender a um novo perfil de público consumidor. A ideologia do consumo se realiza na relação entre poder público, setor privado e pessoas, produzindo e dominando o cotidiano. As pessoas buscam não apenas mercadorias, mas novas experiências, prazeres e sentimentos, identificando-se com a cidade e com espaços de consumo que funcionam como um prolongamento de suas casas. O consumo passa a ser mais do que a aquisição de mercadorias; é a busca por um modo de vida e por "experiências activas" (Cachinho; Barata Salgueiro, 2010).

Mapa 6. Aglomeração Urbana do Arranjo Populacional de Maringá/PR



Fonte: ESRI Satellite, 2026; Open Street Map, 2026; Nova Map, 2026
Elaborado pelo Autor, 2026

O exemplo de um consumidor que frequenta o shopping nos fins de semana revela que o interesse na visita transcende a mera aquisição de mercadorias, focando-se no desfrute de um ambiente agradável, seguro e diversificado que integra prazer e cultura; nesse contexto, o próprio espaço atua como indutor que conduz o sujeito à mercadoria. O setor terciário e o comércio varejista de Maringá sustentam o sistema hegemônico ao concentrar capital em centralidades que viabilizam a "experienciação", enquanto as outras cidades do Aglomerado Urbano de Maringá (AUM) — como Paiçandu, Marialva e, em menor escala, Sarandi — buscam produzir espaços de consumo próprios dentro de suas restrições e limitações (GUIZZO, 2017).

O AUM constitui uma espacialidade que materializa o "desenvolvimento desigual", conforme Smith (1988), caracterizando-se como um território heterogêneo marcado por profundas discrepâncias socioespaciais. Maringá detém a hegemonia na produção de centralidades complexas, como *shoppings*, hipermercados e galerias, ao passo que as cidades vizinhas se concentram na escala das lojas e ruas para suprir as necessidades cotidianas de sua população. O caso do Shopping Cidade ilustra essa dinâmica: embora tenha se consolidado com

uma loja âncora (o antigo Mercadorama, atual “Big”), a força da identidade da marca é tamanha que o estabelecimento ainda é referenciado popularmente pelo nome do hipermercado. Municípios como Marialva, Paiçandu e Sarandi carecem de grandes investimentos e possuem comércios menores que, embora funcionais, raramente oferecem plenamente o componente lúdico e hedônico ou o consumo do espaço em sua totalidade. Frequentemente, as melhorias no setor comercial dessas cidades derivam dos próprios comerciantes e associações locais, com pouca intervenção do poder público.

A produção contemporânea das cidades é regida pelo paradigma fragmentário, observado tanto na teoria dos estudos urbanos quanto nas metodologias do projeto urbanístico. O tecido urbano é elaborado de maneira recortada, descontínua e fragmentada, orientando-se pelas demandas do capital imobiliário e fundiário que, por sua vez, pautam as ações estatais. Nesse cenário, a dinâmica imobiliária constitui a lógica específica de valorização do capital que conduz as relações sociais com os proprietários do solo (Melazzo, 2019).

Esses processos consolidam a lógica capitalista de produção espacial, resultando em uma economia política da cidade pautada na diferenciação de produtos e áreas imobiliárias. Essa economia política solidifica a relação dialética entre a totalidade e o fragmento, onde a emergência de novos empreendimentos e centralidades privadas torna o tecido urbano mais estilhaçado. A sofisticação da atuação de agentes hegemônicos, aliada ao processo de financeirização, eleva a economia política da urbanização, sustentando a hipótese de que a fragmentação física do tecido urbano está intrinsecamente ligada à fragmentação socioespacial (Melazzo, 2019).

O recorte espacial selecionado vincula-se diretamente à formação socioespacial do Noroeste do Paraná, categoria que permite interpretar o espaço como um fato histórico fundamental. Segundo a perspectiva de Santos (1977), a Geografia deve considerar a articulação entre a história da sociedade mundial e a história local para compreender a realidade espacial e as transformações movidas pelas necessidades humanas (Sposito, 2004).

Nesse contexto, a formação socioespacial é definida como a análise concreta de uma sociedade situada histórica e geograficamente, observando sua trajetória, configuração atual e múltiplas relações. A produção atua como o eixo central dessa explicação, pois é através dela que o ser humano transforma o espaço, permitindo que o particular seja apreendido como uma cisão do todo — um momento específico do avanço social captado em uma de suas frações.

De acordo com Endlich (2006), a história da formação do Noroeste do Paraná pode ser compreendida como parte integrante da história do Brasil enquanto grande produtor mundial de café. Esse papel inseriu o país — e, por consequência, a região — na divisão internacional

do trabalho. Assim, a economia cafeeira não apenas moldou a dinâmica regional, mas também articulou essa porção do território à história da sociedade brasileira e às transformações do sistema econômico global.

Deste modo, tem-se como hipótese que, a vulnerabilidade e a efemeridade das formações socioespaciais nas pequenas cidades do Noroeste do Paraná são consequência direta do modo de produção capitalista. Essa lógica econômica, que remodelou a região duas vezes, prioriza a reestruturação rápida e a acumulação de capital em detrimento da estabilidade social e da coesão territorial, gerando uma tensão profunda entre a lógica do espaço — um território a ser otimizado — e a lógica humana do lugar — um espaço de pertencimento. O resultado é uma profunda "não-apropriação do espaço" por parte de uma parcela significativa da população local, tratada como fator móvel de produção, e não como cidadãos enraizados com direito ao seu lugar.

Para compreender plenamente as complexidades do atual declínio, é essencial analisar primeiro a formação única e acelerada da região. A rede urbana cuidadosamente planejada que antes sustentava uma fronteira agrícola próspera hoje se apresenta como testemunho de uma ordem econômica que foi desmantelada, deixando seus assentamentos basilares diante de uma nova e incerta realidade.

3.1 A Formação Socioespacial do Noroeste do Paraná: Da Ocupação Cafeeira Planejada ao Adensamento da Rede de Cidades

O conceito de Formação Socioespacial, desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, propõe a análise concreta de uma sociedade situada histórica e geograficamente, considerando sua trajetória, configuração atual e múltiplas relações. Para Santos, o espaço não é um mero receptáculo passivo, mas um intermediário político e mediador dos processos sociais, no qual o modo de produção atua como a norma universal (categoria geral) que se materializa em configurações sociais particulares conforme as necessidades de cada época.

Esse conceito funciona como a "matriz institucional" geográfica de uma região, na qual as relações de classe e a produção material estabelecem o arquétipo social do território — desde os pilares fundamentais da e/ou pela divisão territorial do trabalho, até as unidades de (re)produção cotidiana das médias e pequenas cidades — todas articuladas e coordenadas para sustentar a hegemonia de um propósito econômico dominante (Fresca, 2010; Sposito, 2019).

A região Noroeste do Paraná, na qual a cidade média de Maringá atua como centro polarizador, constitui uma formação socioespacial estabelecida de forma célere sob o domínio da economia cafeeira. Esta formação resultou em uma rede urbana densa e compacta, composta

por numerosos pequenos núcleos que inicialmente desempenhavam o papel de localidades centrais para o suporte da produção. A produção desse espaço foi orientada pela convergência entre ações estatais (estímulos do governo paranaense) e interesses capitalistas de companhias colonizadoras privadas, conferindo à região uma unidade escalar e funcional singular.

A partir da década de 1940, a cafeicultura tornou-se o motor primordial do desenvolvimento regional, atraindo investimentos e impulsionando a ocupação acelerada do território. As empresas colonizadoras desempenharam um papel fundamental ao implementar um plano geral de ocupação, que consistia em parcelar áreas rurais em pequenas propriedades familiares e criar assentamentos que se transformavam em cidades em poucos anos.

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) é o exemplo emblemático dessa atividade, promovendo a venda de terras a preços acessíveis e atraindo migrantes de diversas regiões do país. A cafeicultura impulsionou um crescimento demográfico sem precedentes, gerando uma rede urbana peculiar com uma vasta quantidade de pequenos centros interconectados pela lógica territorial e pela necessidade de acesso a bens, serviços e infraestrutura logística voltados à produção do café.

> A estratégia da Companhia para o estabelecimento da rede de cidades - um plano geral de ocupação - foi manter a estreita relação entre as vias de comunicação e as aglomerações e a regularidade na distância entre os assentamentos urbanos: cidades planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços, posicionados sempre a uma distância de 100 km entre si, e cidades menores, planejadas como centros de abastecimento da população rural, com no máximo 15 km de distância entre si". (Rego, 2001, p. 1572).

A partir da década de 1960, a cafeicultura paranaense enfrentou crises profundas, desencadeadas por fatores climáticos — como as recorrentes geadas, culminando na "geada negra" de 1975 — e por oscilações desfavoráveis no mercado internacional. Esse cenário foi agravado por políticas estatais de erradicação de cafezais (GERCA/IBC), que incentivaram a substituição do café por culturas mecanizadas e oleaginosas, como a soja, além da expansão do setor sucroalcooleiro. Tais transformações, marcadas por uma modernização agrícola conservadora, resultaram em uma intensa concentração fundiária e na substituição do trabalho intensivo familiar pela mecanização (Maringá, 2012).

O impacto demográfico dessa reestruturação foi severo, provocando um êxodo rural em massa que não se limitou ao deslocamento para as sedes municipais; envolveu fluxos migratórios complexos para centros regionais maiores, para a capital do estado e para novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Como consequência, a maioria dos municípios polarizados por pequenas cidades no Noroeste do Paraná experimentou um

acentuado declínio demográfico, tornando esses espaços instáveis para a reprodução da vida social.

A partir da década de 1990, a economia estadual passou por uma nova fase de reestruturação com a consolidação da Região Metropolitana de Curitiba como um potente polo automotivo, atraindo investimentos globais de empresas como Renault e Volkswagen/Audi. Essa dinâmica industrial, embora tenha gerado empregos e crescimento, acentuou as desigualdades regionais, concentrando a renda e o investimento produtivo na área metropolitana e deixando para regiões como o Noroeste o desafio de competir por recursos e diversificar economias ainda muito atreladas ao setor primário (MARINGÁ, 2012).

Nesse contexto, a rede urbana original do Noroeste, planejada para o suporte logístico e comercial da era do café, foi radicalmente alterada. As pequenas cidades sofreram um estreitamento de sua centralidade tradicional, sendo forçadas a assumir novos papéis funcionais. Muitas deixaram de ser centros de serviços essenciais para se tornarem pontos de apoio logístico ao agronegócio, espaços residenciais de baixo custo para trabalhadores temporários (como os "boias-frias") ou simples reservatórios de mão de obra para cidades médias polarizadoras como Maringá.

Uma das principais decorrências dessas transformações foi a redefinição da rede urbana e dos papéis das pequenas cidades. Verificou-se uma tendência geral de declínio demográfico nos municípios polarizados por pequenos centros urbanos. Esse declínio não se limitou ao êxodo rural, mas envolveu fluxos migratórios intermunicipais, regionais e nacionais, especialmente para as cidades regionais maiores e para fora da região.

A partir da década de 1990, o estado do Paraná se consolidou como um importante polo automotivo, com a instalação de fábricas e empresas fornecedoras na Região Metropolitana de Curitiba. Essa nova dinâmica industrial atraiu investimentos, gerou empregos e impulsionou o crescimento da capital e seus arredores. A formação do polo automotivo em Curitiba acentuou as desigualdades regionais, concentrando as oportunidades de trabalho e renda na área metropolitana. As demais regiões do estado, incluindo o Norte/Noroeste, buscaram se inserir nesse novo cenário, enfrentando desafios para atrair investimentos e diversificar suas economias.

A decadência da economia cafeeira, seguida pela modernização agrícola, melhorias no transporte e mudanças nos padrões de consumo, alterou radicalmente a rede urbana do Noroeste do Paraná. O propósito original das pequenas cidades foi erodido, forçando-as a assumir novos papéis, muitas vezes reduzidos.

Quadro 13. Redefinição da Rede Urbana do Estado do Paraná

	Rede Original (Era do Café)	Rede Redefinida (Era Moderna)
Papel Principal:	Lugares centrais essenciais, com ampla oferta de bens e serviços	Espaços residenciais e pontos de apoio logístico ao agronegócio
Base Econômica:	Economia voltada para pequenos produtores e processamento agrícola	Agricultura moderna e mecanizada, com menor base econômica local
Fluxo Populacional:	Centros vibrantes para agricultores e trabalhadores rurais	Êxodo rural e migração para centros maiores como Maringá e Curitiba
Acessibilidade:	Acessibilidade limitada	Melhoria nas estradas

Fonte: IBGE, 2016; 2018; 2021 / Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Paraná (SGDES), 2026
Elaborado pelo Autor, 2026

A análise da formação socioespacial do Noroeste do Paraná revela um processo de territorialização profundamente vinculado à lógica do capital, inicialmente estruturado pela economia cafeeira e posteriormente reconfigurado pelas dinâmicas do agronegócio e da industrialização seletiva. A atuação das companhias colonizadoras, aliada às políticas públicas estaduais, foi decisiva na constituição de uma rede urbana densa e funcional, marcada pela regularidade espacial e pela complementaridade entre os núcleos urbanos. No entanto, a crise da cafeicultura e as transformações no sistema produtivo provocaram uma ruptura nesse modelo, gerando novas formas de inserção territorial e redefinindo os papéis das cidades médias e pequenas.

Nesse contexto, torna-se evidente que a vulnerabilidade das pequenas cidades não decorre apenas de fatores demográficos ou econômicos, mas está diretamente relacionada à efemeridade das formações socioespaciais sob o modo de produção capitalista. A lógica de acumulação e reestruturação contínua impõe uma racionalidade territorial que privilegia a eficiência e a mobilidade, em detrimento da estabilidade social e do pertencimento. Como resultado, observa-se uma crescente "não-apropriação do espaço" por parte das populações locais, que passam a ocupar posições periféricas na divisão territorial do trabalho.

Portanto, compreender a formação socioespacial da região exige uma abordagem que articule os processos históricos, as estratégias de produção do espaço e as dinâmicas contemporâneas de mobilidade e reconfiguração funcional. Essa perspectiva permite reconhecer que as cidades médias e pequenas, embora afetadas por processos de declínio e

marginalização, continuam a desempenhar papéis relevantes na rede urbana, seja como espaços de mediação territorial, seja como lugares de resistência e reprodução da vida social. A partir dessa leitura, torna-se possível avançar na construção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades regionais e às múltiplas escalas que estruturam o território.

3.2 O Espaço de Gestão e Consumo no Urbano-Regional de Maringá/PR: Polarização, Integração Funcional e Segregação

A cidade de Maringá, situada no Noroeste do Paraná, constitui um exemplo paradigmático de cidade média cuja trajetória urbana está intrinsecamente vinculada ao planejamento territorial e à articulação funcional interescalar. Planejada desde sua gênese pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) para atuar como um polo regional fornecedor de bens e serviços, a cidade consolidou uma posição estratégica na rede urbana, tornando-se um nó de convergência para fluxos populacionais, econômicos e logísticos de alta complexidade. A análise de suas dinâmicas permite compreender como as cidades médias deixam de ser meros elos intermediários para atuarem como centros de gestão do território, articulando escalas que vão do local ao nacional.

Sob a ótica da pesquisa REGIC 2018, a centralidade de Maringá é redefinida pelo reconhecimento dos Arranjos Populacionais como nós funcionais da rede urbana. Esta abordagem é fundamental para o contexto regional, pois válida a intensa integração funcional e a conurbação física entre Maringá e seus municípios contíguos — Sarandi, Paiçandu e Marialva —, sugerindo que este agrupamento atue como um único nó funcional interdependente. Tal configuração evidencia que a hierarquia urbana contemporânea transcende a métrica demográfica, fundamentando-se na densidade funcional e na conectividade técnica e social.

Este subcapítulo examina as dinâmicas urbano-regionais de Maringá a partir da articulação entre planejamento, mobilidade e oferta de serviços especializados. A integração regional não se limita a fluxos materiais, sendo sustentada por práticas espaciais cotidianas de sujeitos sociais — trabalhadores, estudantes e consumidores — cujos deslocamentos pendulares diários reconfiguram o significado do "lugar" e demandam uma análise interescalar. Essa realidade impõe o desafio de uma gestão territorial supramunicipal, capaz de mitigar as assimetrias na distribuição de recursos e fortalecer a coesão entre o núcleo polo e as pequenas cidades do entorno.

A edição de 2018 da REGIC formaliza Maringá como uma Capital Regional B, corroborando a polarização planejada desde a década de 1940 e consolidada pelas

transformações socioeconômicas posteriores, como a modernização da agricultura. Embora a pesquisa do IBGE mapeie a área de influência de Maringá em escalas amplas, ela destaca que as conexões mais intensas e indissociáveis ocorrem em sua região imediata. Estudos regionais complementam essa visão ao revelarem que, enquanto Maringá centraliza serviços de alta complexidade e inovações do consumo lúdico, as pequenas cidades vizinhas enfrentam desafios de esvaziamento populacional e indefinição política, atuando frequentemente como suportes logísticos ou residenciais para o polo regional.

As pesquisas e estudos regionais sobre as pequenas cidades do Noroeste paranaense complementam o diagnóstico oficial ao revelarem dinâmicas socioespaciais que transcendem a métrica administrativa. Tais estudos apontam desafios estruturais severos, como o acentuado esvaziamento populacional, a fragilidade econômica e a escassez de empregos. Esses aspectos, por vezes ofuscados na estrutura hierárquica da REGIC, adquirem densidade analítica quando se considera o significado social dessas cidades como "lugar" de pertencimento e resistência para seus habitantes. A realidade local evidencia uma tendência à centralização de serviços de alta complexidade em Maringá, enquanto as cidades menores enfrentam uma condição de "indefinição política", muitas vezes negligenciadas por planejamentos territoriais que priorizam o âmbito metropolitano.

A integração dos dados da REGIC com os estudos regionais reforça a necessidade de uma perspectiva interescalar na análise urbana. As dinâmicas das pequenas cidades não podem ser apreendidas de forma isolada, mas sim como partes integrantes de um sistema onde processos locais, regionais e globais se influenciam mutuamente. O avanço metodológico da REGIC, ao reconhecer fluxos que superam a simples contiguidade, alinha-se à urgência de desvendar a reestruturação da rede urbana contemporânea.

Nesse cenário, conceitos de hierarquia e heterarquia, aliados ao estudo das práticas espaciais, tornam-se ferramentas fundamentais para captar as diferenciações socioespaciais. Essa abordagem analítica revela que as cidades pequenas, embora frequentemente invisibilizadas nos modelos tradicionais, desempenham funções vitais — seja como suportes logísticos ao agronegócio ou como espaços de reprodução da vida — garantindo a sustentação funcional de toda a rede urbana regional.

A análise das interações espaciais interescalares revela que os fluxos urbanos contemporâneos superam a rigidez da subordinação vertical, incorporando relações horizontais, complementares e sinérgicas entre os centros. Maringá consolida seu papel polarizador ao articular-se com municípios vizinhos como Sarandi, Paiçandu e Marialva, configurando um arranjo populacional que atua como um nó funcional único e indissociável na rede urbana. Essa

organização demonstra que a centralidade atual transcende a métrica demográfica, fundamentando-se na densidade funcional e na conectividade técnica e social.

0A pesquisa REGIC (2018) representa um marco metodológico ao incorporar os arranjos populacionais como unidades funcionais, reconhecendo a importância das conexões cotidianas e da conurbação entre municípios interdependentes. No entanto, ainda é imperativo aprofundar a investigação das práticas espaciais sob o binômio hierarquia e heterarquia, captando dinâmicas que não se enquadram plenamente em categorias piramidais rígidas. A centralidade deve ser apreendida como um fenômeno fluido, relacional e historicamente construído, onde a diversidade de fluxos redefine constantemente os papéis urbanos.

Dessa maneira, a análise do urbano-regional de Maringá e sua zona de influência deve valorizar as interações interescalares como o elemento estruturante da rede. Ao reconhecer tais dinâmicas, o planejamento territorial pode ser reorientado para uma lógica de gestão supramunicipal, visando promover a equidade regional, o fortalecimento das funções locais e a integração efetiva entre os diferentes níveis do sistema urbano.

A integração da pesquisa REGIC 2018 com os estudos regionais sobre o Noroeste do Paraná corrobora a necessidade de uma análise que transcenda a rigidez da classificação hierárquica tradicional. A adoção de uma perspectiva interescalar, que considere simultaneamente as dimensões local, regional e nacional, revela que as cidades pequenas — frequentemente invisibilizadas em modelos puramente demográficos — desempenham funções funcionais vitais para a sustentação e o equilíbrio da rede urbana.

Nesse cenário, as interações espaciais evidenciam que os fluxos interurbanos superam a lógica de subordinação vertical, envolvendo relações horizontais, complementares e sinérgicas. Maringá, consolidada como uma capital regional de alta densidade funcional, articula-se estrategicamente com municípios vizinhos para formar um Arranjo Populacional (AP) que atua como um nó funcional único na rede. Essa integração é materializada pela conurbação contínua entre Maringá e Sarandi, onde a junção física dos tecidos urbanos é acompanhada por intensos fluxos pendulares diários de trabalhadores, estudantes e consumidores.

A diversidade funcional do arranjo é reforçada por núcleos como Marialva, que, apesar de seu menor porte populacional, destaca-se na produção agrícola especializada (viticultura) e mantém vínculos logísticos e comerciais estreitos com Maringá, que funciona como seu centro de distribuição e serviços. Paralelamente, Paiçandu assume um papel estratégico na logística regional, potencializado por sua proximidade ao Aeroporto Regional de Maringá, infraestrutura

que amplia o alcance espacial e a atratividade de investimentos para o setor de serviços do entorno.

Essas dinâmicas regionais demonstram que a centralidade contemporânea é definida pela densidade funcional e conectividade territorial, e não apenas pela escala demográfica. Contudo, estudos locais apontam para a persistente condição de "indefinição política" enfrentada por cidades pequenas como Floresta, Iguaraçu e Mandaguaçu. Integradas funcionalmente à rede, essas cidades lidam com desafios estruturais severos, como o esvaziamento populacional e a limitada oferta de serviços públicos complexos, fatores que restringem sua capacidade de planejamento autônomo e de atração de capitais.

Ao incorporar os arranjos populacionais como unidades funcionais, a REGIC 2018 avança na compreensão da rede urbana ao validar as conexões cotidianas e a interdependência entre municípios contíguos. No entanto, permanece a urgência de aprofundar a investigação das práticas espaciais sob o binômio hierarquia/heterarquia. Apenas através dessa leitura multiescalar, que considere a produção social do espaço, torna-se possível orientar um planejamento territorial voltado à equidade regional e à integração efetiva dos diferentes níveis da rede urbana.

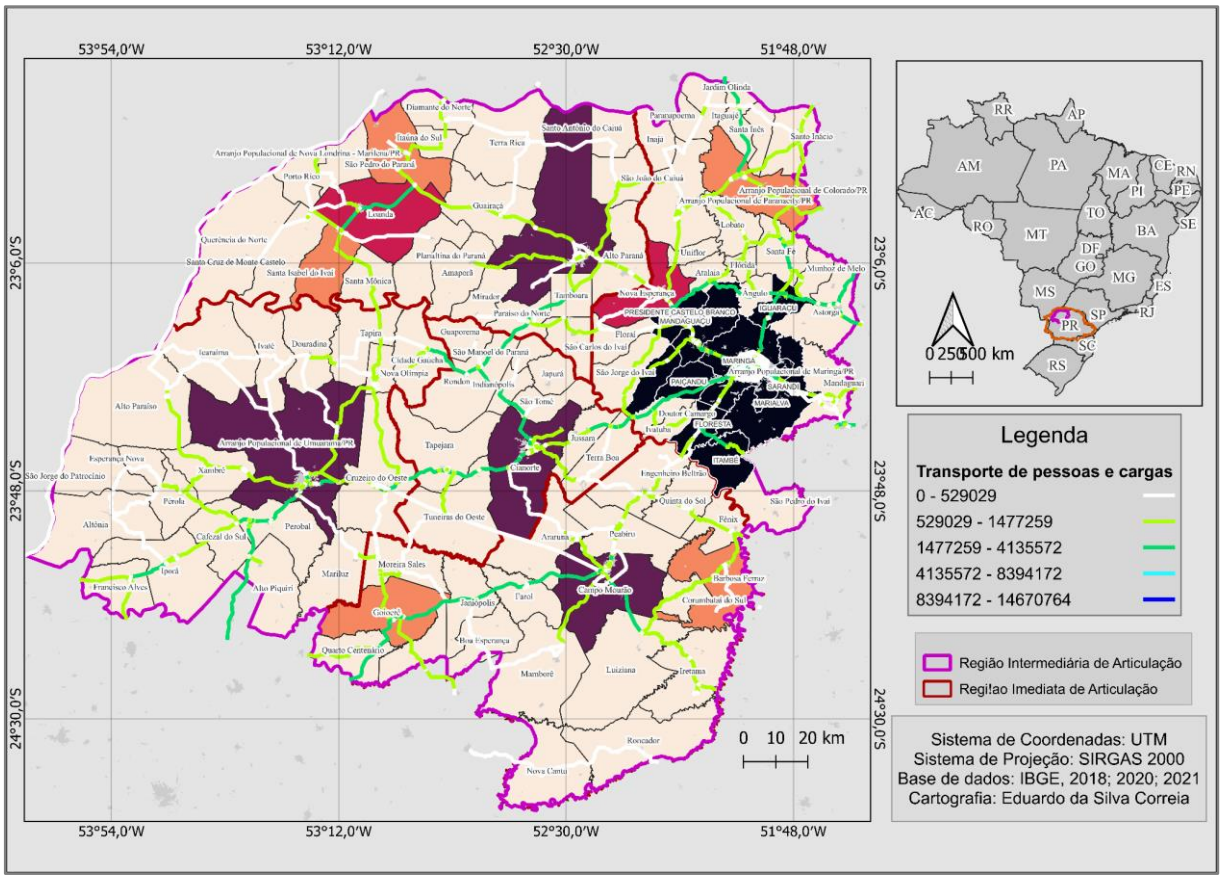
A análise urbano-regional de Maringá e sua zona de influência deve ser fundamentada na valorização das interações espaciais interescalares, compreendidas como o mecanismo primordial por meio do qual a diferenciação socioespacial transita entre as esferas local, regional e global. Essa abordagem permite entender como cidades médias e pequenas se articulam em sistemas territoriais interdependentes, superando a visão de Maringá como mero elo intermediário para consolidá-la como um centro de gestão do território vital para o sistema urbano nacional.

Nesse cenário, a centralidade urbana revela-se como um fenômeno fluido e relacional, pois não se institui apenas pelo que está fixo (tamanho demográfico), mas pelas práticas espaciais e fluxos de pessoas, mercadorias e informações que se movimentam e redefinem continuamente as funções das cidades. Tal configuração é historicamente construída a partir de uma formação socioespacial singular, onde a lógica da produção e a atuação de agentes hegemônicos moldam o território conforme as necessidades de acumulação de cada época.

Ao reconhecer essas dinâmicas, o planejamento territorial pode ser orientado para uma lógica de gestão supramunicipal, essencial para promover a equidade regional e fortalecer as funções urbanas locais. Esse redirecionamento é fundamental para enfrentar os desafios da fragmentação socioespacial e da iniquidade na oferta de serviços, integrando funcionalmente

os diferentes níveis da rede urbana de forma a assegurar a coesão social em todo o mosaico regional.

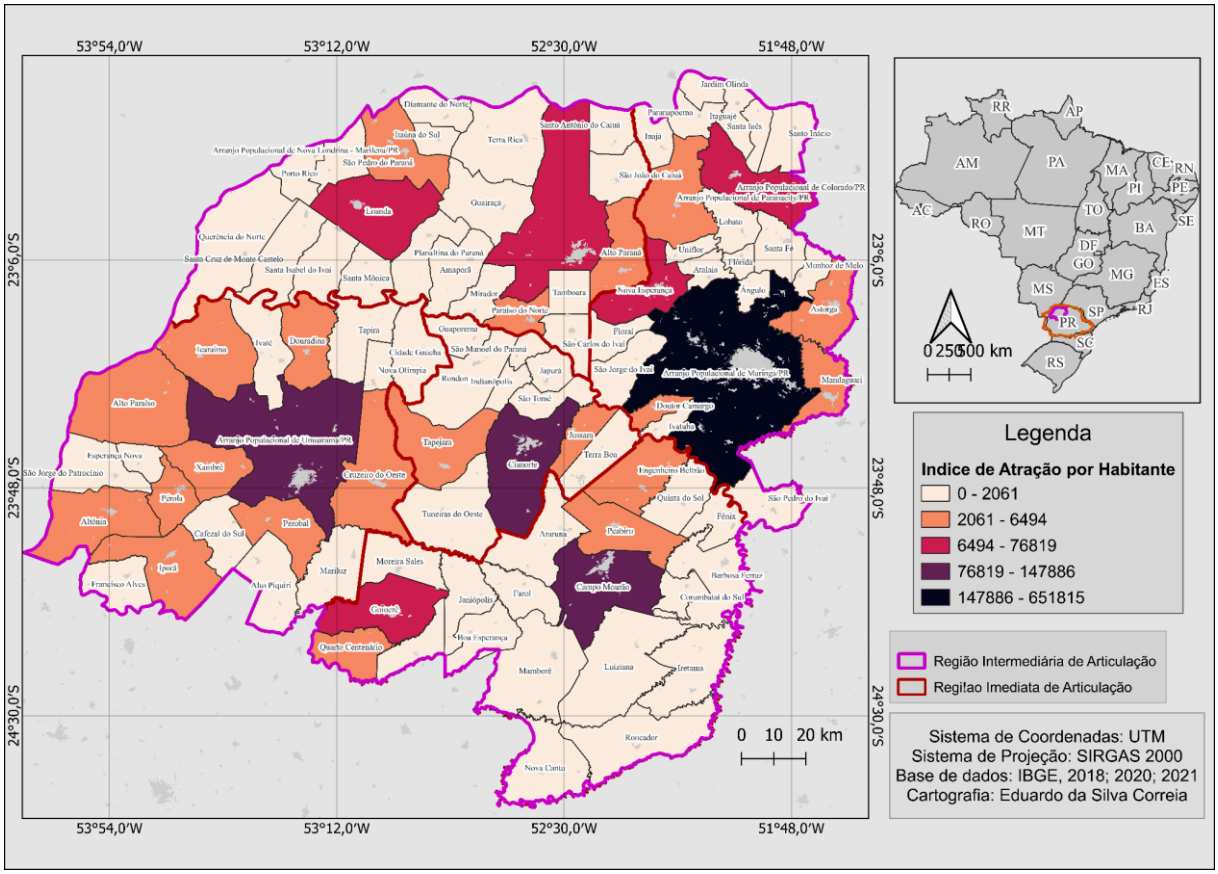
Mapa 7. Transporte de pessoas e cargas no Urbano-Regional de Maringá/PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021; Observatório Nacional de Transporte e Logística, 2016; 2017; 2025; 2026
Elaborado pelo Autor, 2026

A representação cartográfica do Mapa 8 evidencia a expressiva força de atração de Maringá sobre seu entorno imediato, o que consolida a configuração de um Arranjo Populacional (AP) funcional. A conurbação entre Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva é materializada pela intensidade dos fluxos pendulares cotidianos e pela integração territorial de seus tecidos urbanos. Essa articulação espacial reforça a urgência de políticas de gestão supramunicipal voltadas à integração de serviços, infraestrutura e planejamento urbano conjunto entre os municípios que compõem esse nó funcional.

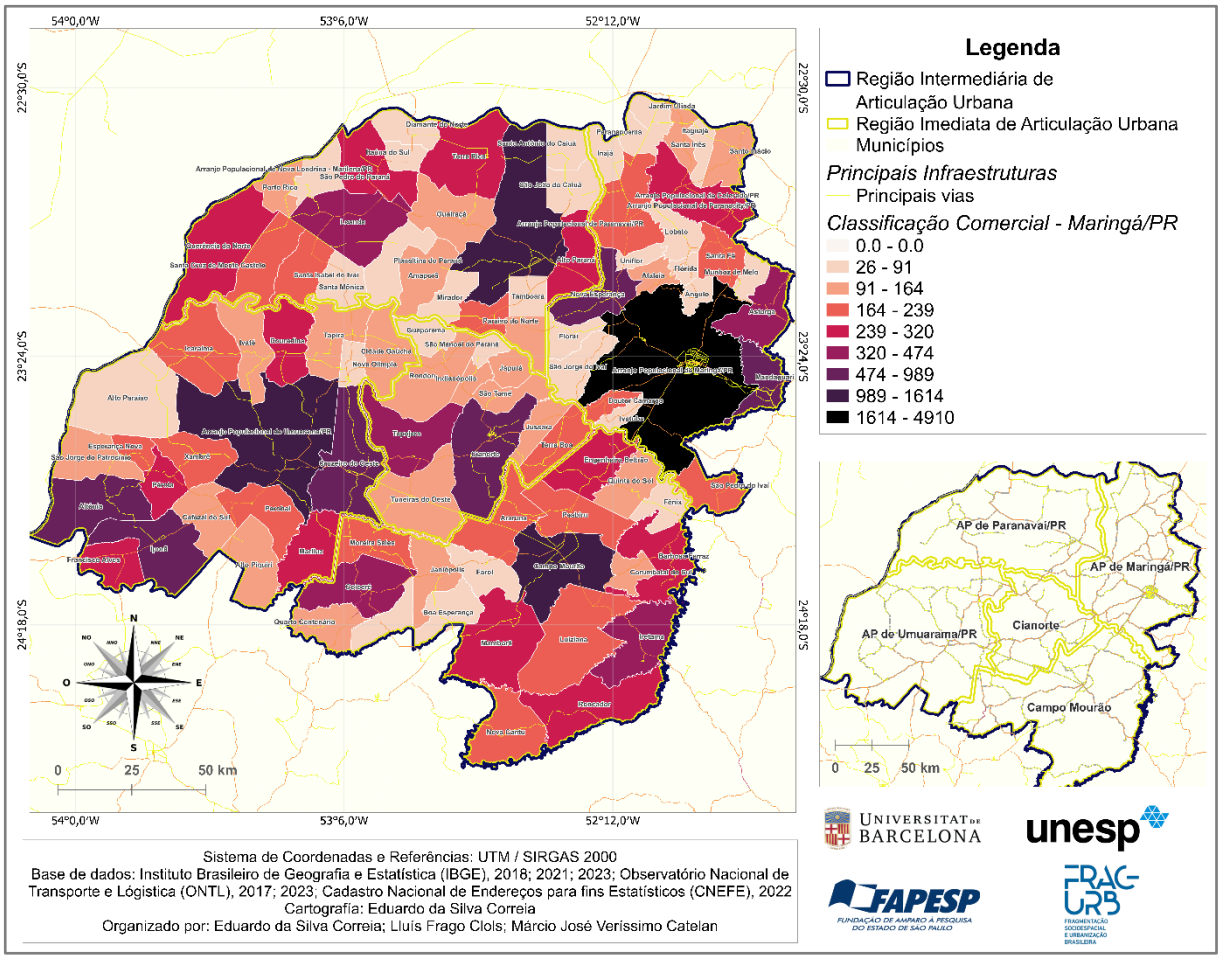
Mapa 8. Índice de Atração do Urbano-Regional do Arranjo Populacional de Maringá/PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

O mapa 8 reforça a análise anterior dos fluxos do transporte de pessoas e cargas. Todavia, embora o Arranjo Populacional de Maringá exerça forte influência sobre seu entorno imediato, é importante destacar que, Cianorte, Campo Mourão, o Arranjo Populacional de Umuarama, e o Arranjo Populacional de Paranavaí, tornam-se expressivos quanto a intensidade dos fluxos. Cianorte, por exemplo, destaca-se como polo comercial e logístico vinculado à indústria têxtil, atraindo deslocamentos voltados à produção e distribuição de confecções. Campo Mourão, por sua vez, possui relevância na oferta de serviços educacionais — como a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) — e de saúde (, além de desempenhar 11º Regional de Saúde do Paraná —, papel estratégico na articulação com municípios do Centro-Oeste paranaense. Umuarama, com seu arranjo populacional consolidado, apresenta uma dinâmica urbana própria, marcada pela força do agronegócio e pela presença de instituições de ensino superior, o que gera fluxos intermunicipais significativos. Já o AP de Paranavaí atua como centro regional voltado à fruticultura e ao comércio, com influência sobre municípios do extremo norte do estado.

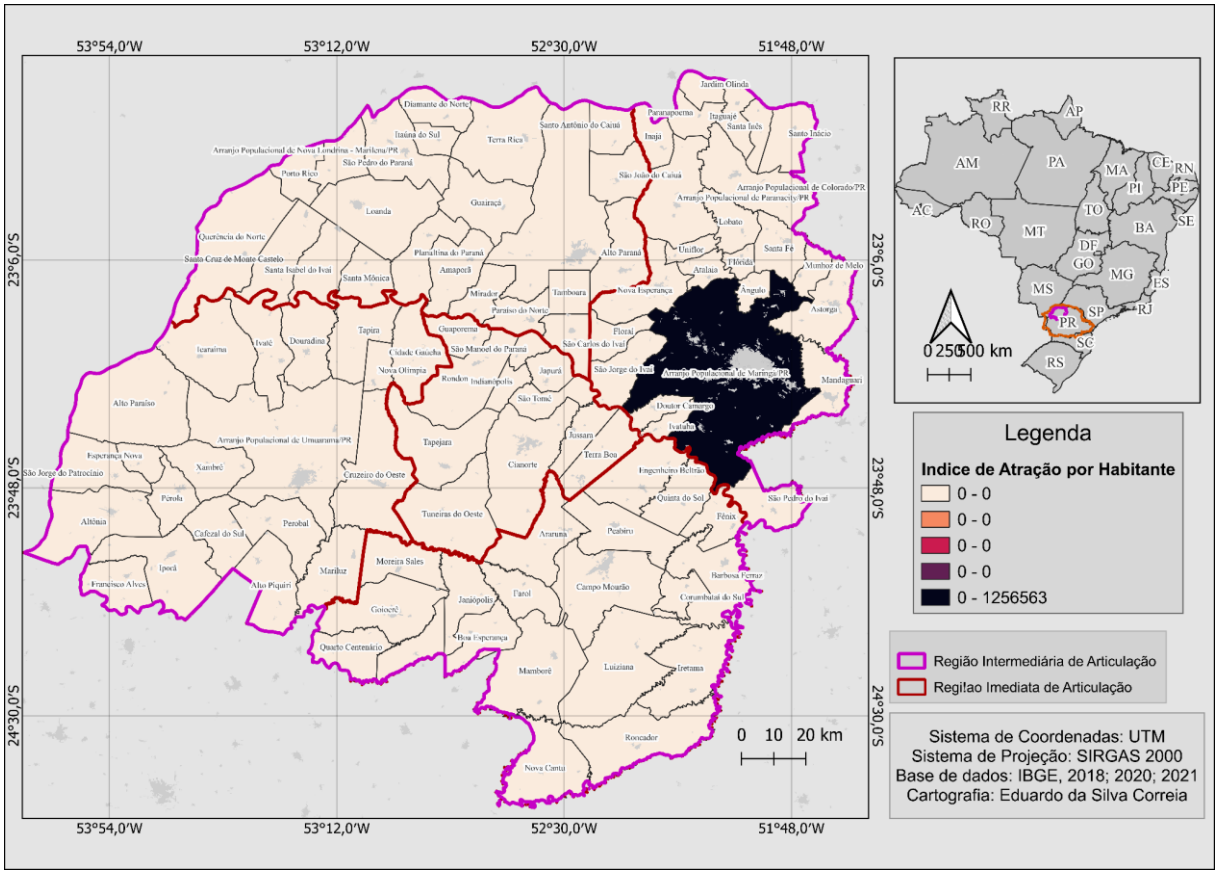
Mapa 9. Classificação dos estabelecimentos comerciais de Maringá/PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2021; 2023; Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), 2017; 2023; Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE), 2022
Elaborado pelo Autor, 2026

Esses centros, embora não rivalizem diretamente com Maringá em termos de densidade funcional, contribuem para a configuração de uma rede urbana policêntrica, na qual diferentes cidades médias desempenham papéis complementares. A análise dos fluxos interescalares entre esses núcleos revela uma estrutura territorial marcada por interdependências e especializações, que desafiam a lógica hierárquica tradicional e exigem abordagens analíticas mais sensíveis à heterogeneidade regional. Nesse sentido, o fortalecimento das conexões horizontais entre os centros regionais e a promoção de políticas de integração territorial são fundamentais para a construção de uma rede urbana mais equilibrada e eficiente.

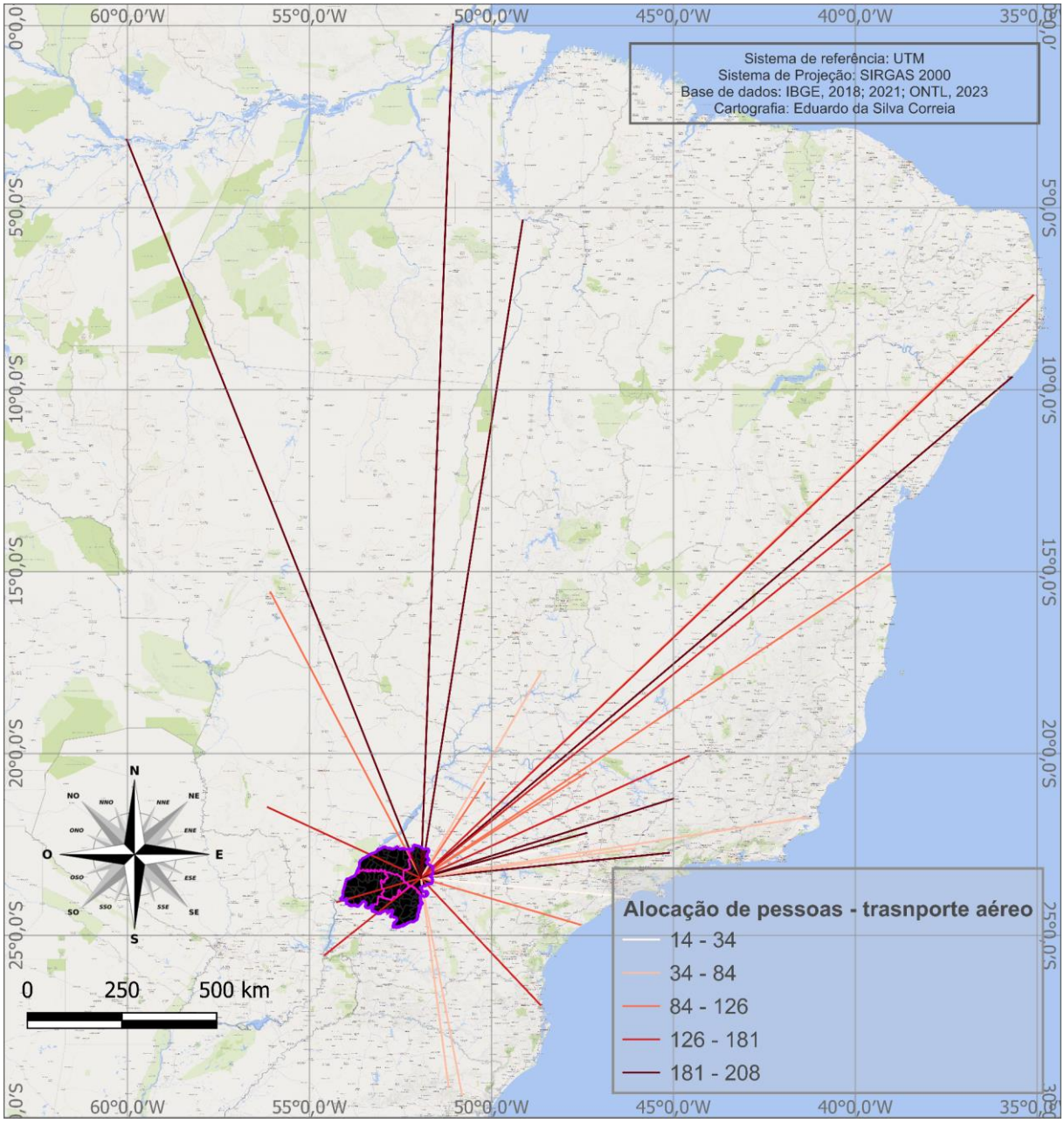
Mapa 10. Índice de Atração Temática para Aeroporto



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A análise do Mapa 10 destaca a importância estratégica do Aeroporto Regional de Maringá como infraestrutura logística de alcance regional. A cidade exerce forte polarização sobre os municípios vizinhos para atividades de transporte aéreo, funcionando como o principal ponto nodal para a circulação de passageiros e cargas no Noroeste do Paraná. Essa centralidade aeroportuária demanda investimentos contínuos em conectividade multimodal e políticas integradas de governança que potencializem os efeitos dessa infraestrutura para o desenvolvimento regional equilibrado.

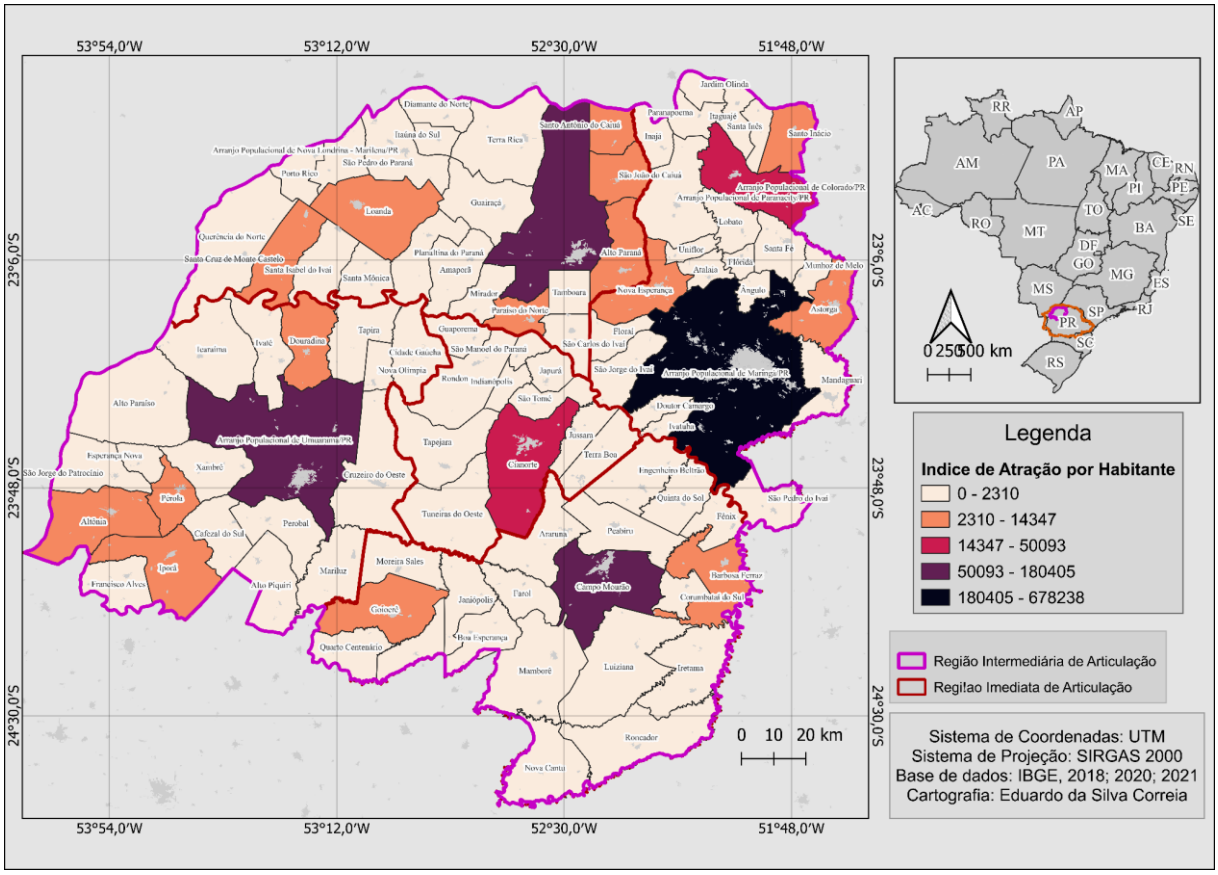
Mapa 11. Alocação de pessoas por transporte aéreo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2021; Observatório Nacional de Transporte e Logística, 2023
Elaborado pelo Autor, 2026

Além disso, essa centralidade aeroportuária é um componente fundamental da hegemonia regional de Maringá, funcionando como uma porta de entrada e saída de fluxos materiais e imateriais que redefinem o papel da cidade na rede urbana. Tal infraestrutura estratégica exige investimentos contínuos em conectividade multimodal e políticas de integração regional para potencializar seus efeitos positivos sobre o desenvolvimento do território. Enquanto Maringá exerce essa polarização hegemônica na logística aérea, outros centros como Cianorte e Campo Mourão desempenham papéis complementares em nichos específicos, reforçando a dinâmica de uma rede urbana complexa e interdependente.

Mapa 12. Índice de Atração Temática para Atividades Culturais



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

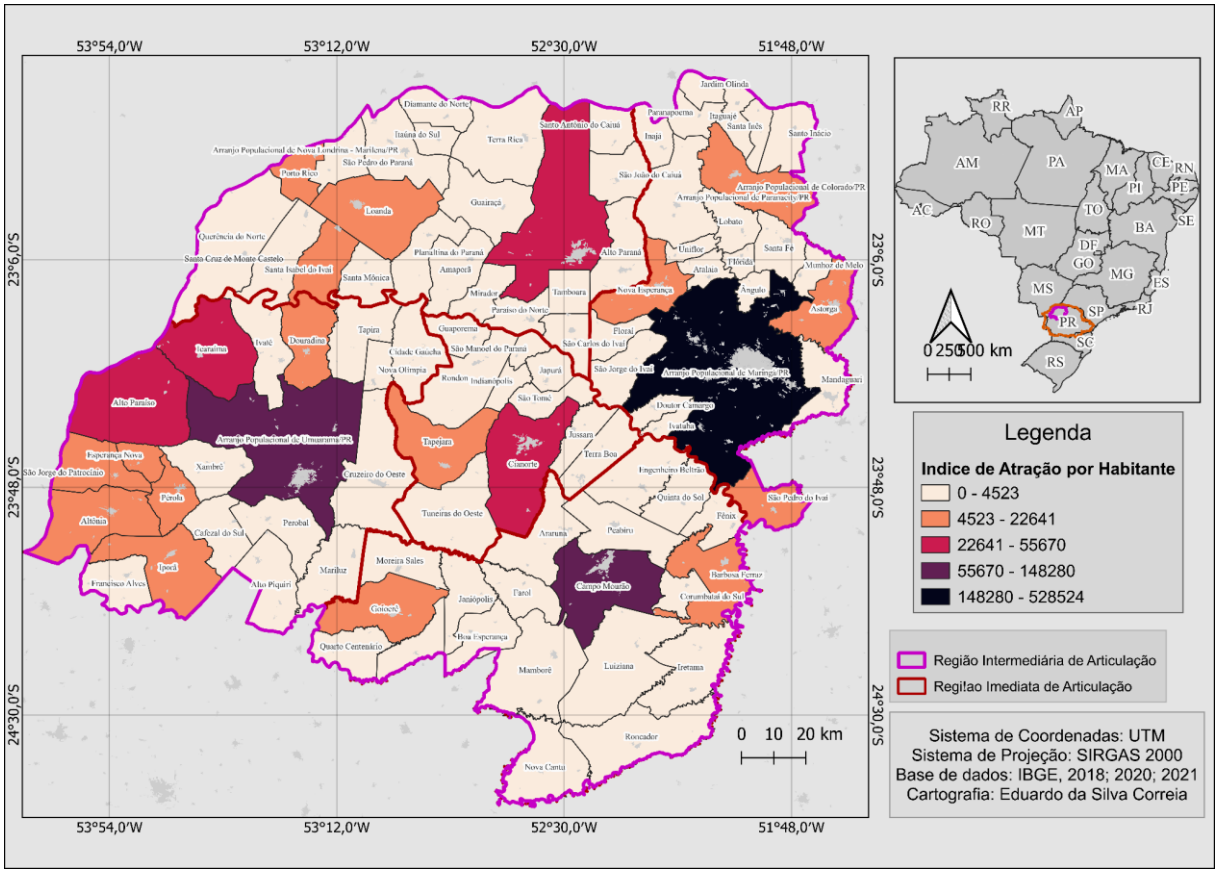
A representação cartográfica do Mapa 12 consolida a posição de Maringá como o vórtice cultural regional, dotado de uma robusta capacidade de atrair fluxos das cidades menores para o usufruto de equipamentos e serviços especializados, como museus, teatros e festivais de grande porte. Essa centralidade cultural exerce uma função vital na manutenção do capital simbólico da cidade, estabelecendo-a como o principal referencial de identidade regional para o Noroeste do Paraná. Diante dessa polarização, torna-se imperativa a implementação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso e à valorização das expressões artísticas locais, visando promover a inclusão e mitigar as assimetrias no setor.

A densidade da oferta cultural em Maringá é qualitativamente superior à dos demais centros regionais, como Cianorte e Campo Mourão, que, embora preservem eventos locais e equipamentos pontuais, não dispõem da mesma concentração de teatros e centros de convenções de escala ampliada. Historicamente, a rede urbana regional possuía grandes cinemas de rua em cidades menores — como o Cine Esperança em Nova Esperança, com 1.300

lugares —, os quais foram erodidos por transformações culturais e pelo acentuado declínio demográfico das pequenas cidades.

Essa realidade reforça uma identidade regional fortemente centralizada em Maringá, mas também sinaliza a necessidade de políticas de descentralização. O fortalecimento de consórcios intermunicipais de cultura e o planejamento de calendários conjuntos poderiam otimizar recursos, reduzir a dependência funcional das cidades pequenas e garantir a continuidade de projetos artísticos que transcendam a escala estritamente metropolitana.

Mapa 13. Índice de Atração para Atividades Esportivas



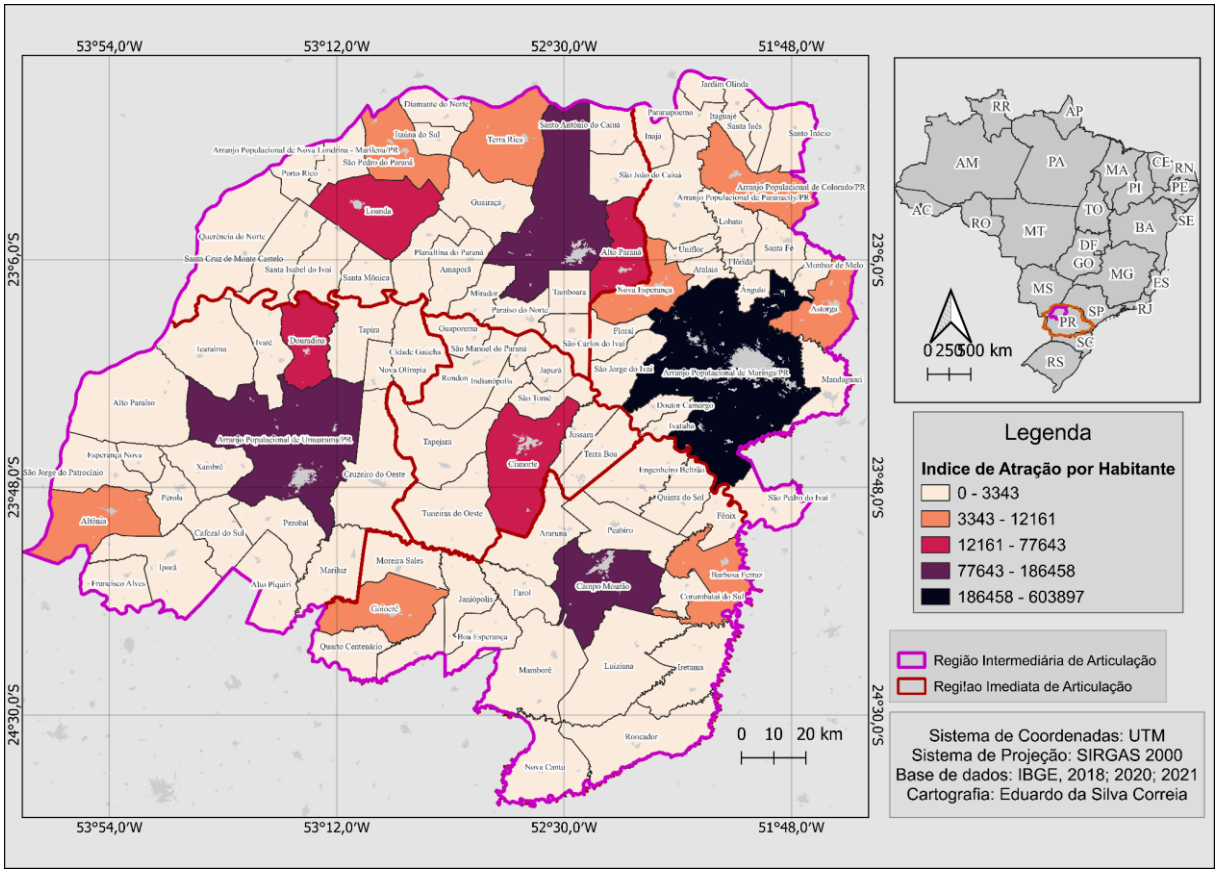
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A densidade de equipamentos e a regularidade de eventos em Maringá, representadas no Mapa 13, consolidam a cidade como o principal polo regional de práticas esportivas no Noroeste do Paraná. A cidade exerce uma expressiva polarização funcional ao atrair contingentes populacionais dos municípios vizinhos para atividades que abrangem desde o lazer e o entretenimento até competições e formação de atletas, o que reforça sua posição de destaque na rede urbana. Nesse contexto, a ampliação da infraestrutura esportiva nos municípios

menores, se articulada de forma coordenada com Maringá, poderia contribuir para a descentralização das práticas e para o fortalecimento da rede regional de esporte.

Maringá detém a hegemonia regional em termos de infraestrutura esportiva especializada, dispondo de estádios, centros de treinamento e complexos poliesportivos de grande porte. Em contraste, outros centros como Campo Mourão, embora possuam tradições consolidadas em modalidades específicas (como o basquete), não apresentam a mesma diversidade e escala de equipamentos urbanos voltados ao desporto. Essa centralidade esportiva de Maringá induz fluxos regionais constantes de praticantes e espectadores, consolidando a imagem da cidade como um referencial geográfico para a promoção do lazer, do bem-estar e da saúde coletiva.

Mapa 14. Índice de atração temática para compra de móveis e eletroeletrônicos



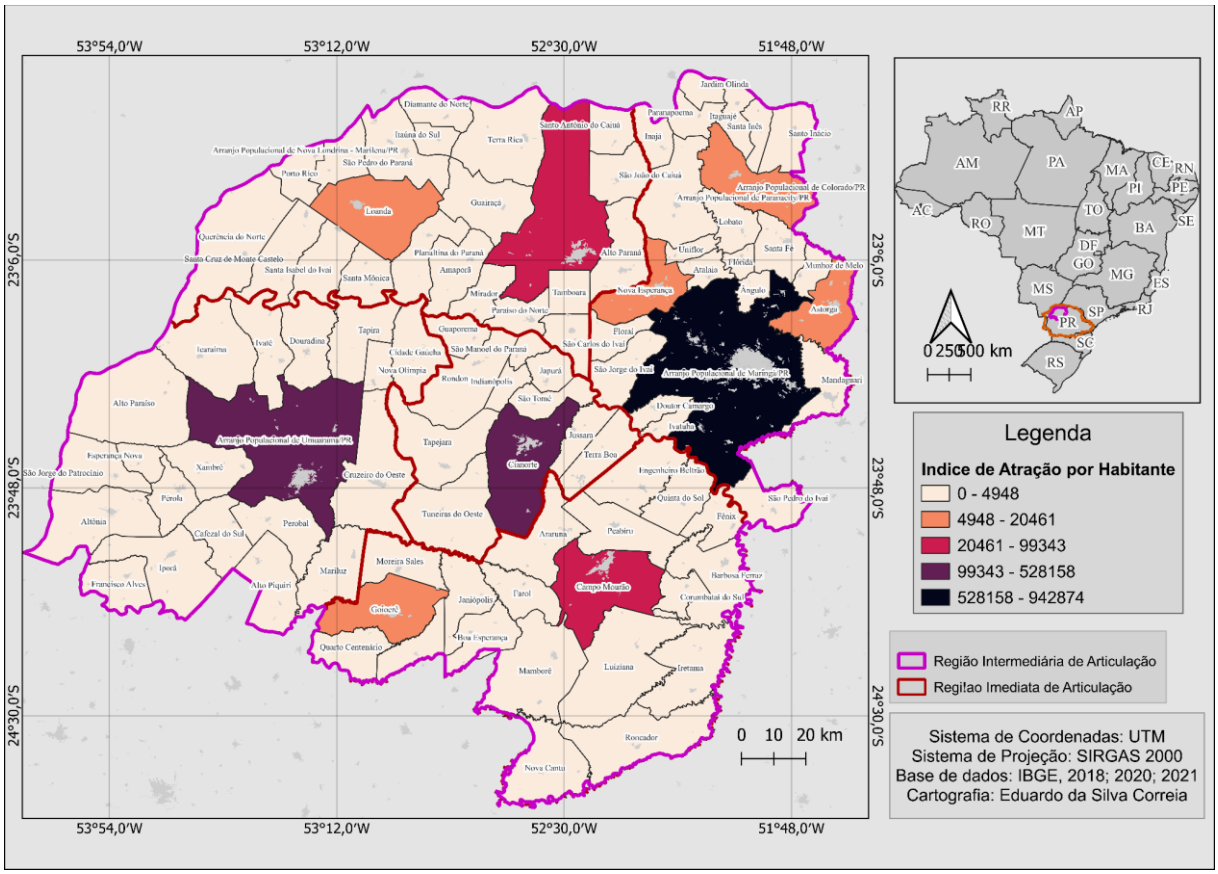
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A representação cartográfica do Mapa 14 materializa a expressiva concentração de comércio especializado em Maringá, consolidando a cidade como a principal referência regional para o consumo de bens duráveis, notadamente nos setores de móveis e eletroeletrônicos. Essa força de atração fundamenta-se na capacidade do polo em ofertar uma

cesta de produtos marcada pela variedade, qualidade e competitividade, atributos amplamente valorizados por um consumidor regional cada vez mais exigente. Em Maringá, essa especialização é visível em eixos como a Avenida Brasil, que atua como um corredor comercial de alcance regional, superando as limitações do "circuito inferior" das pequenas cidades vizinhas.

Tal dinâmica reforça a necessidade premente de políticas de incentivo ao comércio local nos municípios do entorno, visando promover a complementaridade funcional e reduzir a vulnerabilidade socioeconômica decorrente da dependência excessiva do centro polarizador. Essa diferenciação de papéis é nítida ao comparar Maringá com Cianorte, que, embora integrada à rede polarizada pelo polo médio, mantém um nicho hegemônico como polo têxtil e capital do vestuário. Esse arranjo revela uma rede urbana policêntrica onde, enquanto Maringá centraliza o consumo de bens duráveis e serviços complexos, outros centros preservam especializações produtivas específicas que garantem o dinamismo e a interdependência do sistema territorial.

Mapa 15. Índice de atração temática para compra de vestuário e calçados

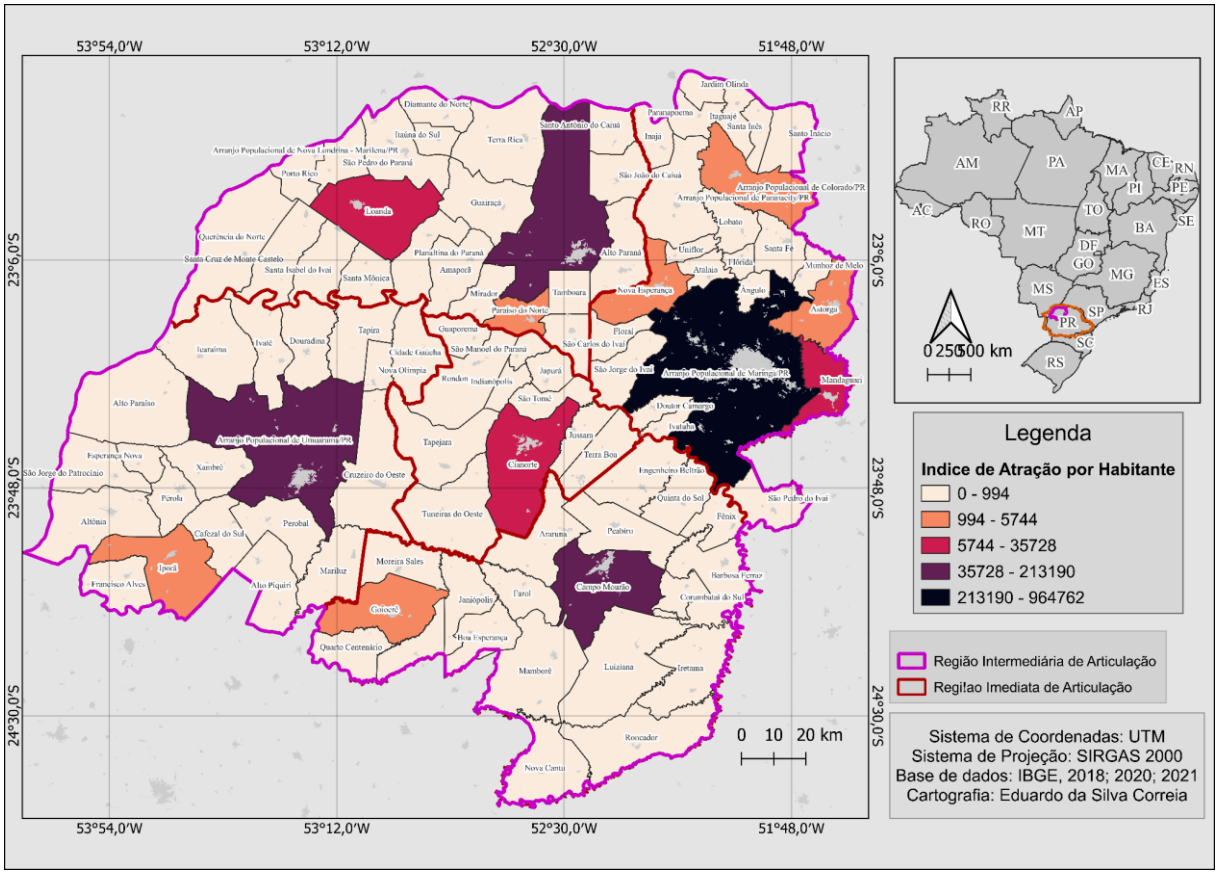


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A representação cartográfica do Mapa 15 evidencia a proeminência de Maringá como o principal vórtice de consumo de moda e vestuário do Noroeste paranaense, exercendo uma polarização que atrai fluxos de toda a sua região imediata e intermediária. Essa centralidade é sustentada por uma densa oferta em shopping centers, galerias e centros comerciais tradicionais, que consolidam a cidade como um nó estratégico de distribuição e comercialização de alto valor agregado. Tal dinamismo reforça a urgência de políticas públicas de fomento ao setor têxtil e de suporte à produção local, visando integrar as cadeias produtivas e fortalecer a coesão econômica entre os municípios do arranjo regional.

Contudo, a hegemonia comercial de Maringá estabelece uma relação de complementaridade funcional com Cianorte, reconhecida como a “Capital do Vestuário”. Enquanto Maringá centraliza o consumo final, o lazer lúdico e a logística de distribuição, Cianorte destaca-se como um robusto polo de produção e manufatura especializada, concentrando centenas de estabelecimentos e grifes próprias voltadas ao segmento de confecções. Essa interação revela uma complexa articulação interescalar entre cidades médias, na qual a relação de subordinação vertical é substituída por vínculos de interdependência: Cianorte atua como o núcleo produtivo fabril e Maringá como o centro de gestão, vitrine e mercado consumidor. Esse arranjo configura uma rede urbana policêntrica, onde as especializações produtivas de cada nó garantem o equilíbrio e a funcionalidade do sistema territorial regional.

Mapa 16. Índice de atração temática para ensino superior



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

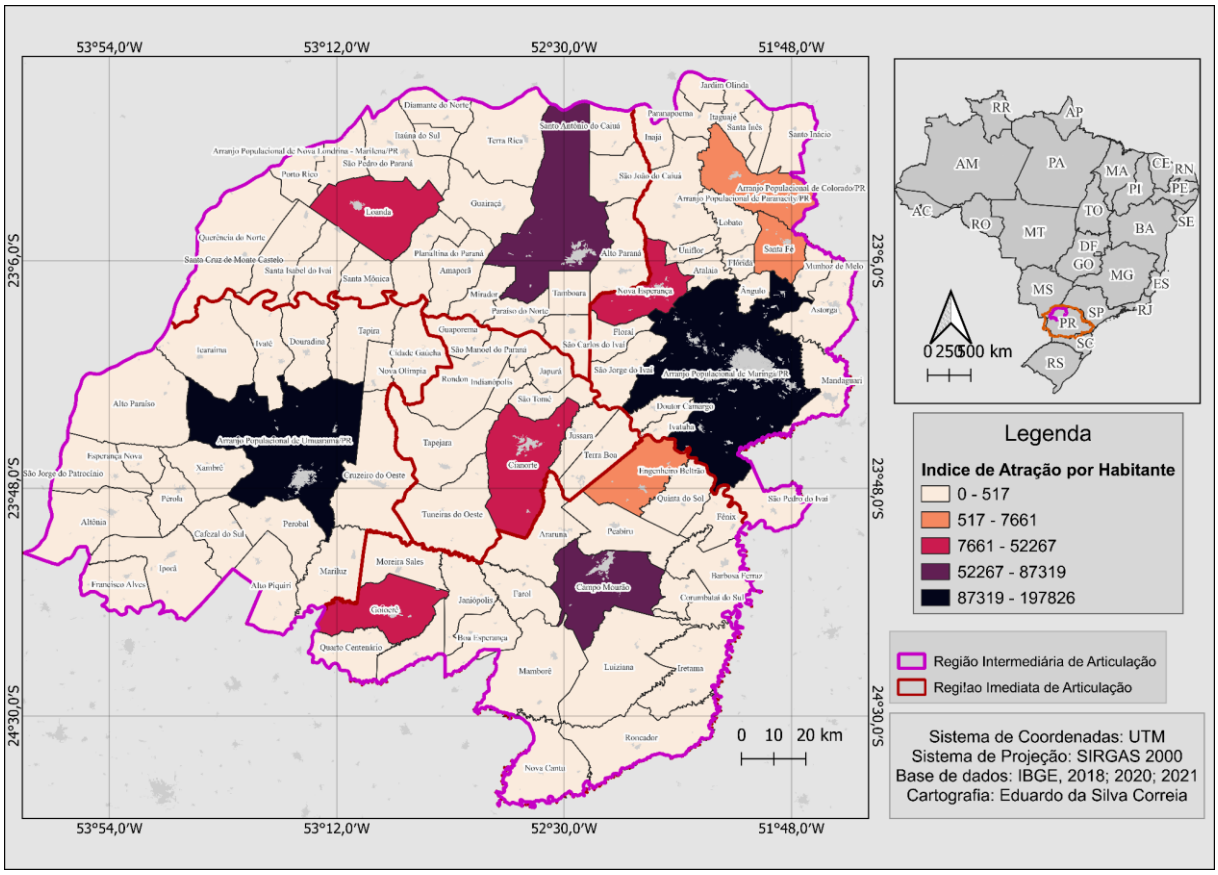
A representação cartográfica do Mapa 16 evidencia a robusta centralidade educacional de Maringá, consolidando a cidade como o principal polo de ensino superior do Noroeste paranaense. Através da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e de uma ampla rede de instituições privadas, o município atrai fluxos estudantis de diversas localidades, desempenhando uma função estratégica para o desenvolvimento regional ao fomentar a formação de capital humano e a retenção de talentos qualificados no território.

Embora centros como Campo Mourão e Umuarama também se configurem como polos universitários relevantes, eles possuem uma menor diversidade de cursos e infraestrutura quando comparados ao núcleo maringaense. Essa concentração de serviços especializados em Maringá induz intensos fluxos migratórios temporários e deslocamentos pendulares, fortalecendo sua hegemonia acadêmica na rede urbana regional.

Diante dessa assimetria funcional, torna-se imperativa a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação da oferta educacional nos municípios menores, articulando-os de forma integrada aos centros de ensino de Maringá. Tal estratégia é fundamental para mitigar a dependência excessiva das pequenas cidades e promover uma distribuição mais equânime das

oportunidades de formação profissional, essencial para a sustentação da rede urbana como um todo.

Mapa 17. Índice de atração temática para jornais



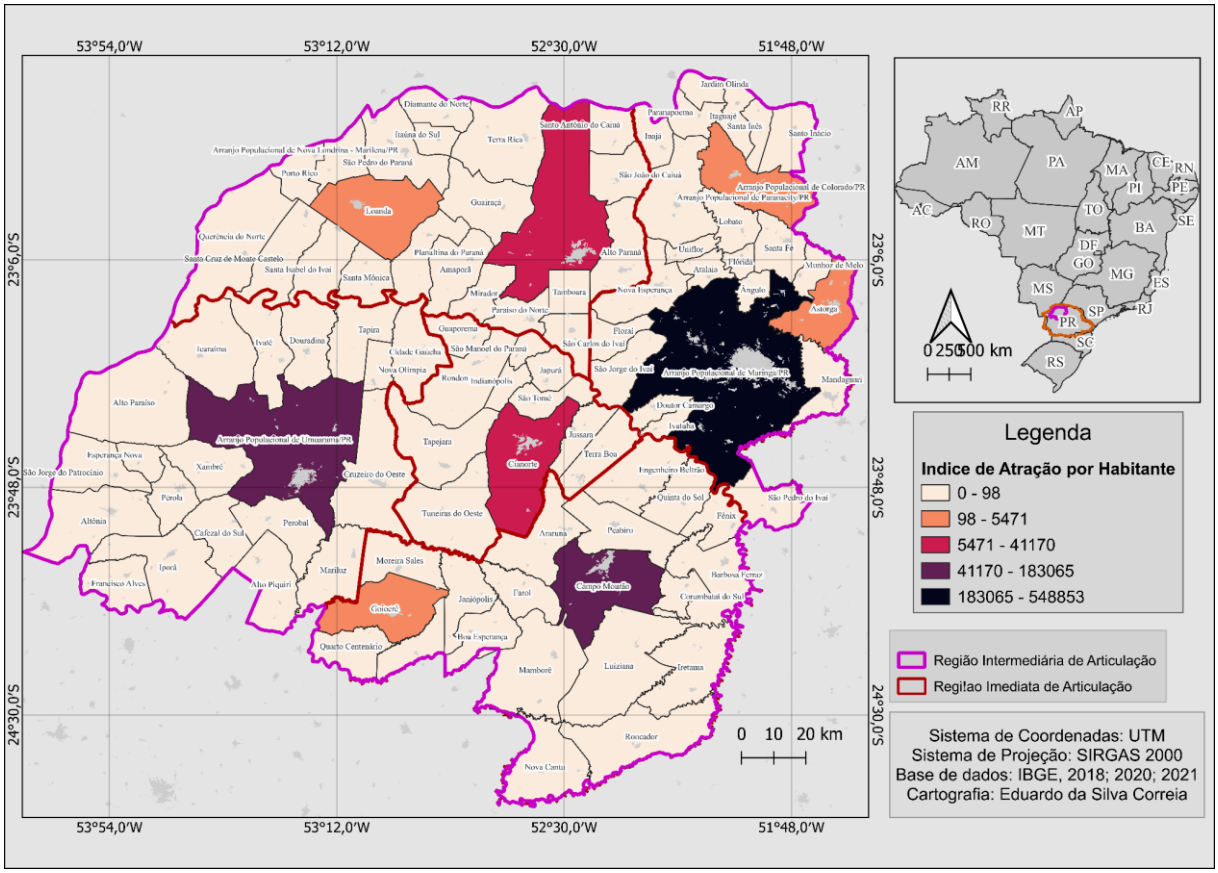
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A análise do Mapa 17 revela que Maringá atua como o principal centro de concentração de veículos de comunicação impressa e digital da região, exercendo um comando direto sobre a produção e a difusão de informação. Essa centralidade midiática consolida a função da cidade como formadora de opinião regional e referência informacional indispensável para sua área de influência. Historicamente, essa vocação foi impulsionada por instituições como a Diocese de Maringá, que fundou o jornal "Folha do Norte do Paraná" em 1962 com o objetivo explícito de formar a opinião pública e propagar representações sociais no território.

Embora centros como Paranavaí e Umuarama mantenham periódicos locais, estes apresentam um alcance espacial restrito em comparação à hegemonia exercida pelo polo maringaense. No cenário contemporâneo, a persistência dessa centralidade — mesmo diante da perda de relevância nacional dos jornais impressos registrada pela REGIC 2018 — reflete a robusta capacidade de Maringá em se manter como um nó produtor de conteúdo e centro de

gestão territorial na rede urbana. Diante desse quadro de concentração, a descentralização da produção jornalística e o fortalecimento da mídia nos municípios vizinhos são fundamentais para assegurar maior pluralidade e representatividade às demandas regionais.

Mapa 18. Índice de atração temática para saúde de alta complexidade



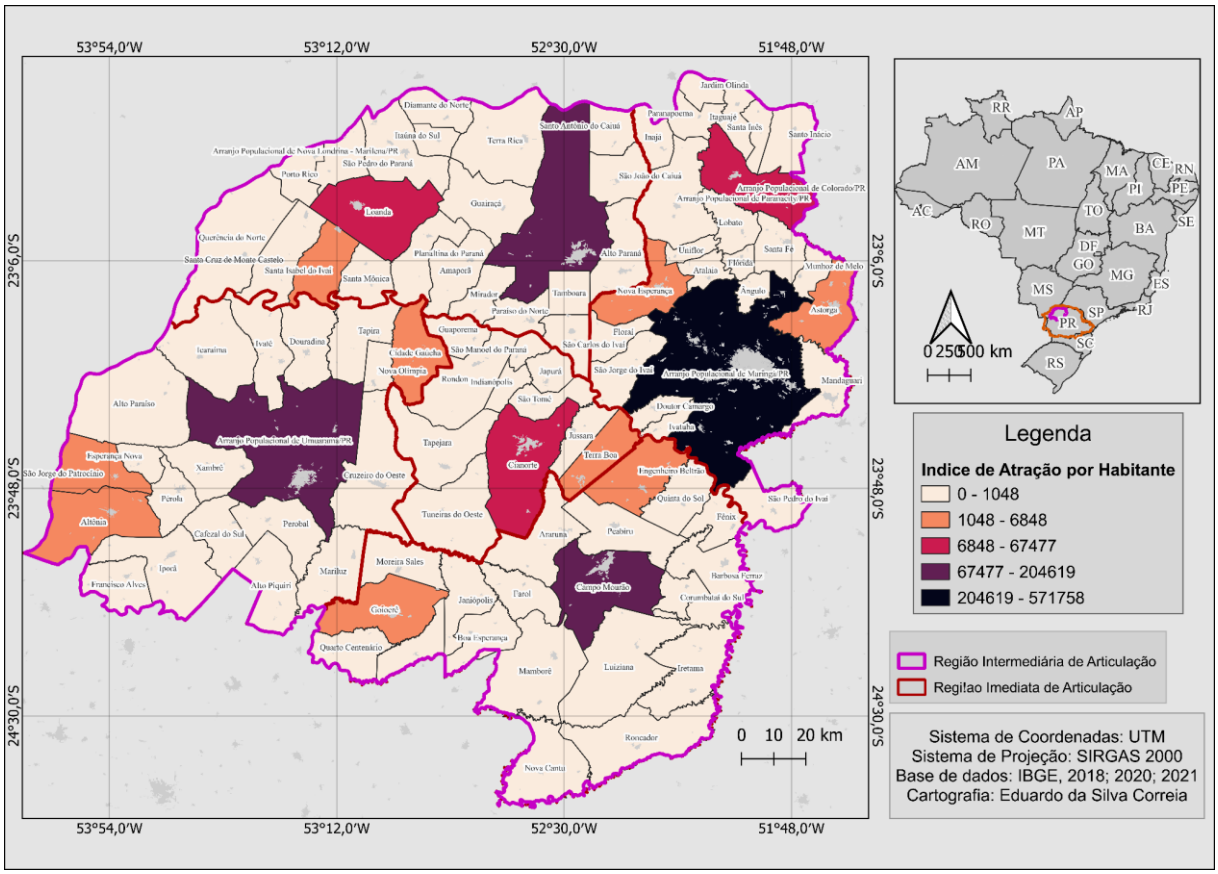
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A representação cartográfica do Mapa 18 consolida a posição de Maringá como o principal polo de referência em serviços de saúde de alta complexidade do Noroeste paranaense. A cidade concentra uma robusta infraestrutura hospitalar e tecnológica, incluindo hospitais especializados e centros de diagnóstico avançado, atraindo fluxos constantes de pacientes de toda a sua área de influência.

Essa hegemonia funcional é materializada pela presença do Hospital Universitário (HU) e de diversas instituições privadas de excelência, que tornam o município o destino primordial para procedimentos de alto custo, como cirurgias complexas e tratamentos oncológicos. Embora centros como Campo Mourão e Umuarama possuam estruturas hospitalares relevantes, eles ainda mantêm uma relação de dependência funcional com o núcleo maringaense para atendimentos altamente especializados.

Essa acentuada concentração de recursos e o consequente movimento pendular de pacientes impõem severos desafios à gestão regional da saúde, gerando sobrecarga nos serviços do polo e evidenciando carências nos municípios vizinhos. Diante dessa realidade, as fontes apontam como imperativa a formulação de políticas de descentralização e o fortalecimento da atenção básica nos núcleos menores, visando promover maior equidade no acesso e reduzir as assimetrias que estruturam a rede urbana regional.

Mapa 19. Índice de atração temática para saúde de baixa e média complexidades

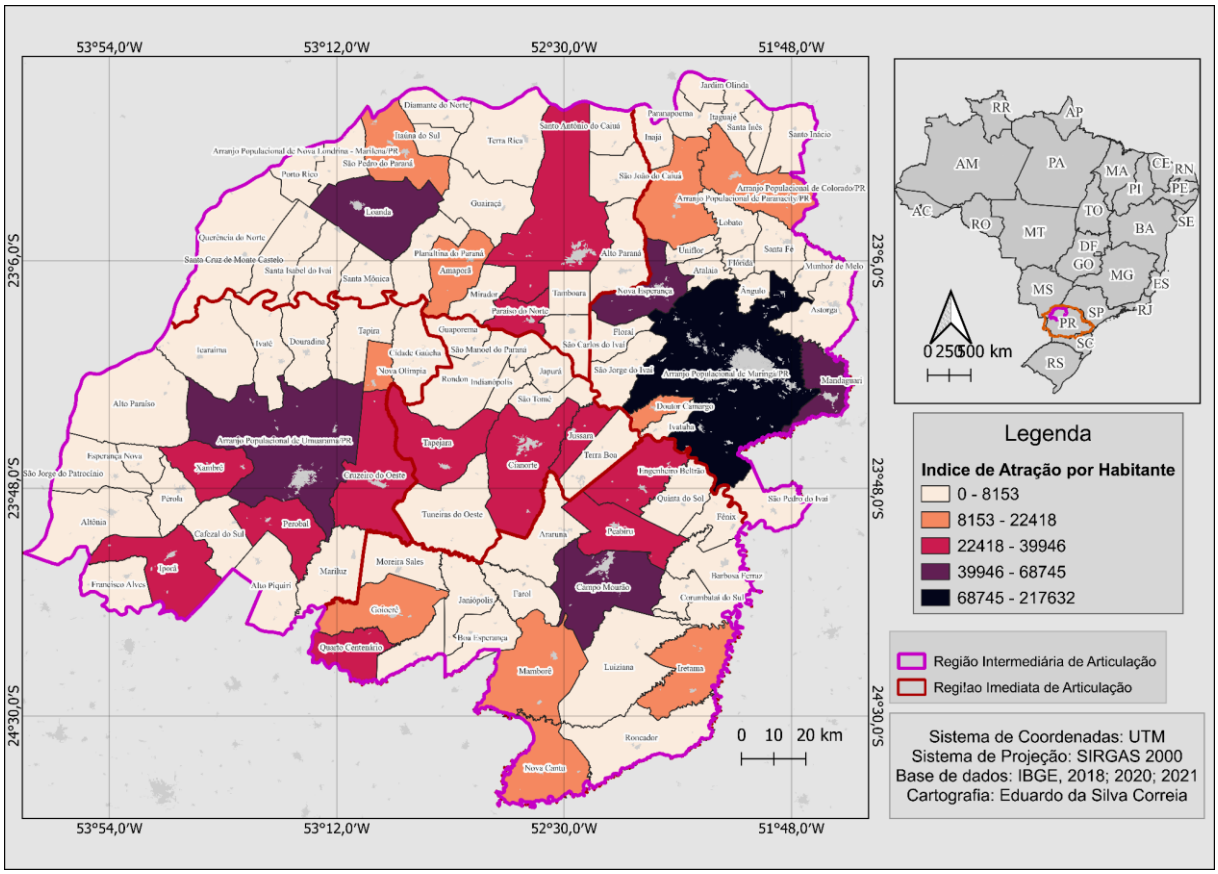


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A leitura do Mapa 19 revela que a centralidade de Maringá não se restringe aos serviços de saúde de alta complexidade; a cidade exerce também uma poderosa atração para atendimentos de baixa e média complexidade. Esse fenômeno indica uma severa sobrecarga dos serviços urbanos no núcleo central e expõe carências críticas na oferta local nos municípios vizinhos. Diante desse cenário, as fontes apontam para a urgência de políticas públicas que promovam a regionalização da saúde, com investimentos robustos em infraestrutura e pessoal nos pequenos centros urbanos, visando assegurar maior equidade no acesso.

Apesar da presença de unidades básicas nos municípios menores, Maringá continua sendo o destino primordial para atendimentos de média complexidade, o que gera fluxos constantes que pressionam o sistema municipal do polo. Centros regionais como Paranavaí e Cianorte, embora apresentem avanços significativos na atenção básica, ainda lidam com limitações estruturais em especialidades médicas, o que reforça a dependência funcional em relação ao nó maringaense. Portanto, a análise reafirma a necessidade de estratégias de gestão territorial integrada que fortaleçam os centros secundários, mitigando as assimetrias socioespaciais e reduzindo a vulnerabilidade das pequenas cidades na rede urbana.

Mapa 20. Índice de atração temática para transporte público



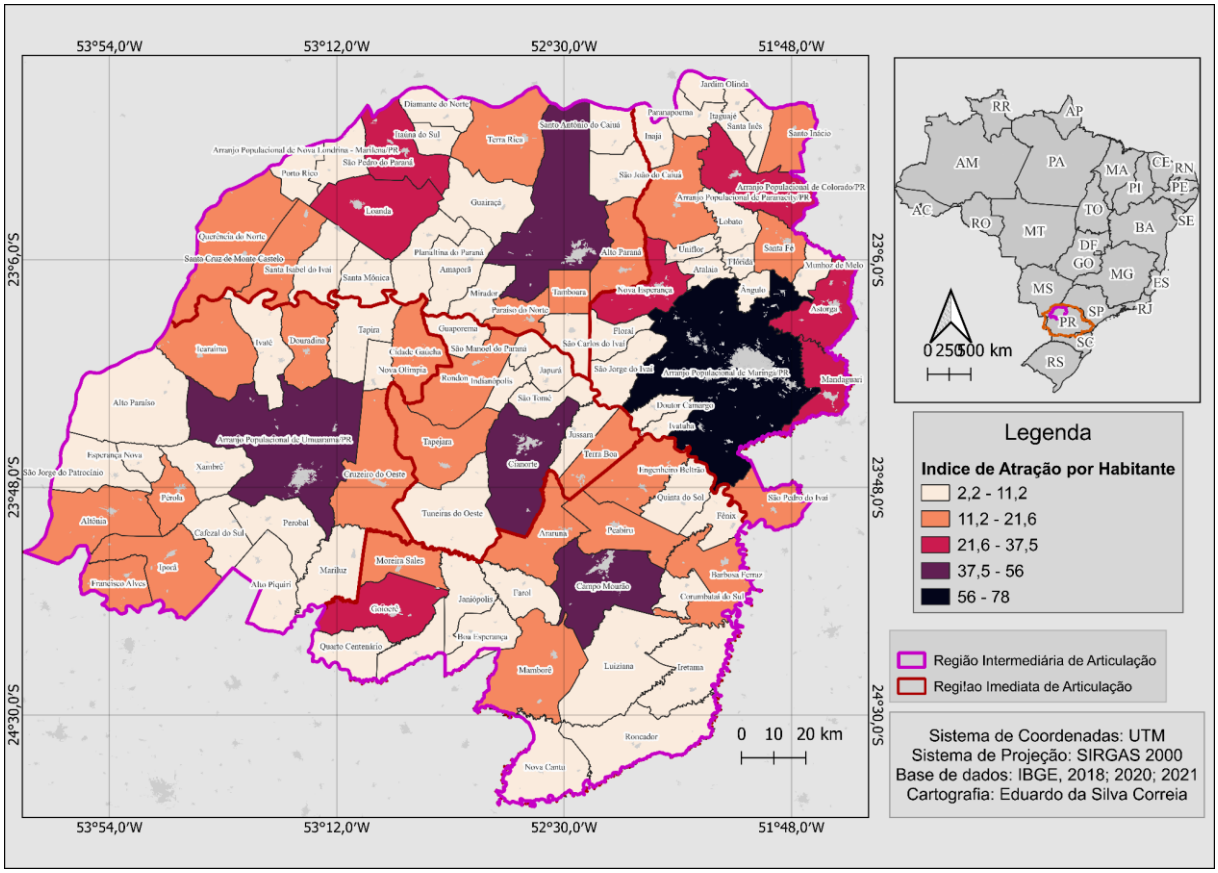
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A representação cartográfica do Mapa 20 corrobora a robusta centralidade de Maringá na rede de transporte público regional, consolidando a cidade como o principal nó de convergência para fluxos de mobilidade urbana provenientes dos municípios vizinhos. No entanto, observa-se um paradoxo socioespacial: a acentuada queda na demanda pelo transporte coletivo nos últimos anos contrasta com a manutenção de vultosos investimentos em infraestrutura na cidade polo, cujo símbolo máximo é o novo terminal intermodal.

A permanência e modernização desse aparato técnico no "coração" da cidade é uma estratégia do capital maringaense, visando garantir a acessibilidade e o fluxo contínuo de força de trabalho e consumidores das periferias regionais para o centro. Contudo, a eficácia desse sistema é desafiada pelo crescimento da frota de veículos particulares e pela precariedade das conexões em cidades menores, o que reforça a necessidade de políticas de gestão supramunicipal.

Diante desse cenário, as fontes apontam como imperativa a formulação de estratégias que promovam a integração modal entre os municípios do Arranjo Populacional (Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva), superando a fragmentação das políticas locais. A requalificação dos sistemas de transporte deve focar em maior eficiência, acessibilidade e sustentabilidade, buscando mitigar as desigualdades de mobilidade e garantir o direito ao lugar para as populações que ocupam as posições periféricas na divisão territorial do trabalho.

Mapa 21. Índice de atração de atividades de serviços



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

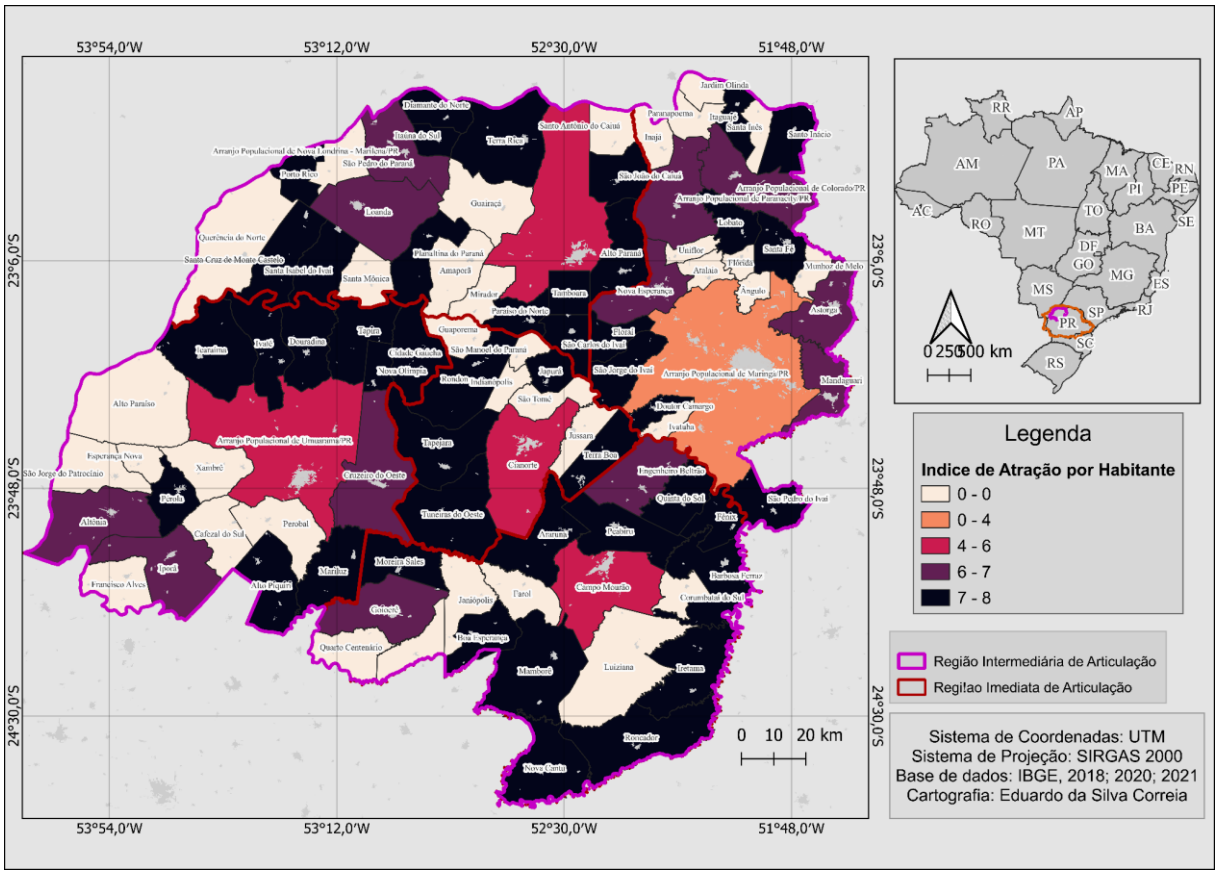
A representação cartográfica do Mapa 21 materializa a robusta concentração de serviços especializados em Maringá, abrangendo setores estratégicos como saúde, educação

superior, tecnologia e consultorias avançadas. Essa densidade funcional consolida a cidade como o principal nó articulador da rede urbana regional, exercendo um papel de comando que extrapola os limites municipais para coordenar fluxos de capital e informação em múltiplas escalas.

Contudo, essa centralidade revela uma face contraditória: a dependência funcional dos municípios menores, que, devido a uma "urbanização frágil", veem-se compelidos a recorrer ao polo para o atendimento de demandas complexas não encontradas localmente. Tal cenário expõe acentuadas assimetrias na distribuição territorial das funções urbanas, reforçando a lógica do desenvolvimento desigual onde o centro polarizador acumula recursos e "energias potenciais" em detrimento das periferias regionais.

Diante dessa fragmentação socioespacial, as fontes apontam como imperativa a formulação de políticas públicas voltadas à descentralização progressiva desses serviços. O fortalecimento da capacidade institucional e funcional das pequenas cidades, articulado por meio de modelos de gestão supramunicipal, é fundamental para promover a equidade regional e garantir que esses núcleos transcendam a condição de meros suportes logísticos, consolidando-se como espaços de vida dotados de maior autonomia e justiça espacial.

Mapa 22. Classe de Centralidade de Atividades Financeiras



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021
Elaborado pelo Autor, 2026

A representação do Mapa 22 evidencia o processo de homogeneização espacial orquestrado pelo setor financeiro, revelando o intenso interesse do capital no Urbano-Regional de Maringá. Esse fenômeno materializa o dinamismo relacional entre a diferenciação socioespacial e a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Conforme as proposições de Corrêa (2007), as cidades médias operam como nós estratégicos nas redes urbanas, desempenhando funções vitais na organização do território ao articularem escalas que transitam do local ao nacional. Essa centralidade funcional as torna polos de atração para vultosas incorporações financeiras, que visam a expansão de lucros em setores como o imobiliário, o varejo e os serviços bancários de alta gestão.

A análise das dinâmicas maringaenses expõe a complexidade funcional que caracteriza as cidades médias no sistema urbano brasileiro contemporâneo. Maringá transcende a mera função administrativa e econômica para consolidar-se como um vórtice de convergência regional em uma ampla gama de atividades, incluindo cultura, educação superior, saúde de alta complexidade e mobilidade logística. Essa multifuncionalidade reforça sua hegemonia regional e sua articulação com o entorno imediato, configurando um Arranjo Populacional (AP) que extrapola os limites político-administrativos e demanda uma abordagem de planejamento integrada.

A cartografia temática ratifica que Maringá exerce uma influência polarizadora sobre municípios como Sarandi, Paiçandu e Marialva, com os quais compartilha processos de conurbação física e complementaridade funcional. Essa configuração espacial é sustentada por fluxos pendulares intensos, conectando os núcleos urbanos por meio de deslocamentos cotidianos de trabalhadores, estudantes e consumidores. Tais movimentos evidenciam a interdependência sistêmica entre os municípios e reforçam a urgência de políticas de gestão supramunicipal, capazes de promover maior coesão territorial e eficiência na oferta de serviços públicos.

Contudo, a centralidade maringaense também revela acentuadas assimetrias na distribuição de recursos e funções urbanas. Enquanto o polo acumula infraestruturas e serviços especializados, as pequenas cidades vizinhas enfrentam limitações estruturais e uma persistente condição de "indefinição política", o que compromete sua capacidade de atrair investimentos e fixar população. Nesse sentido, as fontes apontam como imperativo que o planejamento territorial incorpore estratégias de descentralização e fortalecimento das capacidades locais,

visando promover a equidade regional e valorizar as cidades pequenas como espaços de vida e reprodução social.

Portanto, as dinâmicas urbano-regionais de Maringá e sua zona de influência ilustram os potenciais e os desafios das cidades médias no Brasil. A compreensão desses processos, articulada a uma perspectiva interescalar e sensível às especificidades locais, constitui o instrumento essencial para a formulação de políticas públicas que busquem a integração funcional, a justiça espacial e o desenvolvimento territorial equilibrado.

3.3 Interações Interescalares e Redes de Proximidade: A Articulação Hierárquica e Heterárquica da Cidade Média

A compreensão das interações espaciais interescalares no âmbito urbano-regional das cidades médias demanda uma abordagem que supere a rigidez da hierarquia urbana tradicional. Centros como Maringá transcendem a posição de meros elos intermediários, consolidando-se como centros de gestão do território que articulam escalas que vão do local ao nacional. Essa articulação é tecida por fluxos materiais e imateriais (informação e capital) que configuram redes funcionais complexas, nas quais a contiguidade física nem sempre é uma condição necessária para a interação técnica e social.

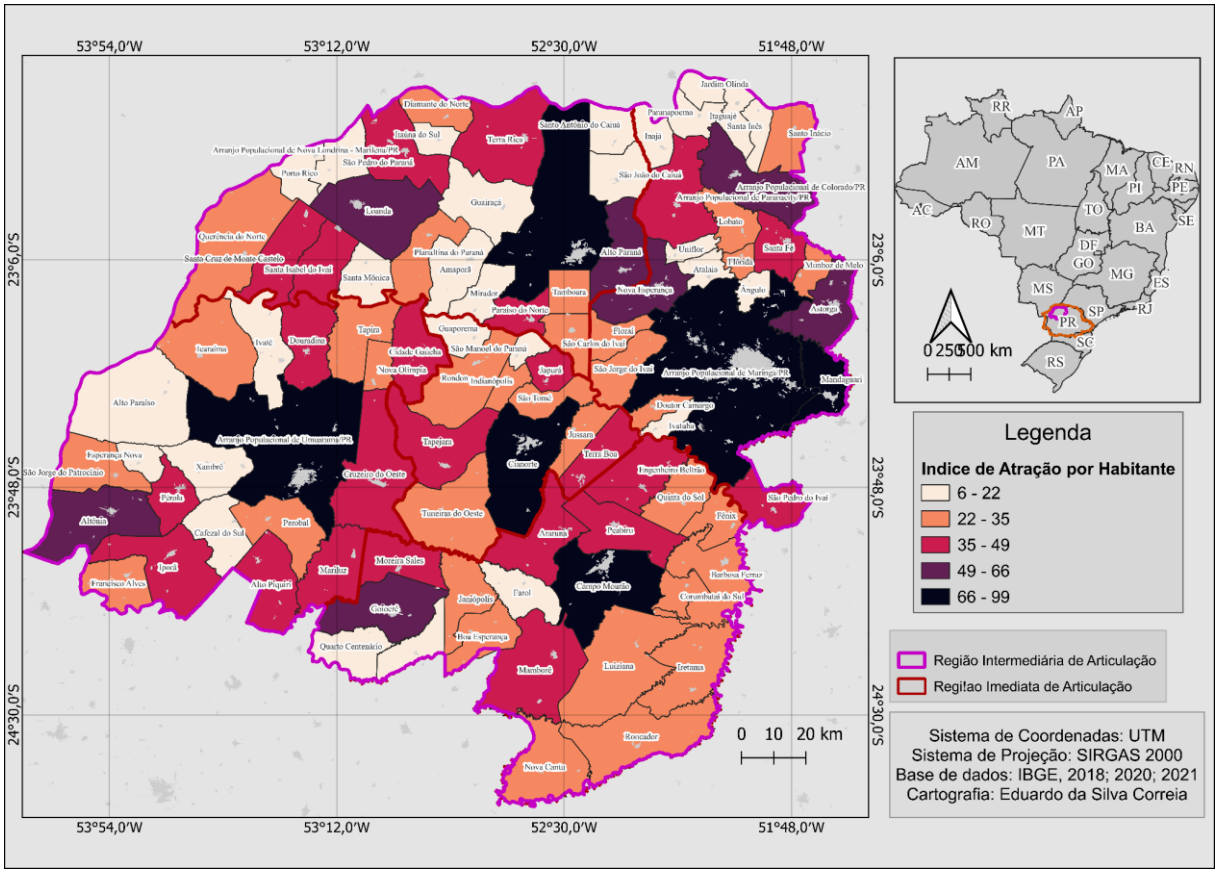
No Noroeste do Paraná, a produção do espaço revela características particulares que moldam diretamente essas dinâmicas, destacando-se a presença histórica de empreendimentos privados de colonização e uma estrutura fundiária inicialmente pautada em pequenas propriedades. A formação de uma rede urbana densa e funcional, com núcleos planejados em intervalos regulares, criou um ambiente propício à mobilidade e à interconexão territorial. Com o advento da modernização agrícola e o consequente esvaziamento populacional do campo, observou-se uma reestruturação funcional que intensificou os fluxos pendulares e as relações de interdependência entre os centros urbanos, especialmente no interior do arranjo populacional de Maringá.

Essas interações não se restringem à lógica econômica, envolvendo dimensões sociais e culturais fundamentais. Os sujeitos sociais que circulam entre os municípios — como trabalhadores, estudantes e consumidores — desempenham um papel central na constituição dessas redes, articulando práticas espaciais que revelam a integração funcional entre os diferentes níveis da rede urbana. Através dessa análise, compreende-se como as cidades médias se tornam espaços de convergência de demandas regionais e de redistribuição de funções urbanas especializadas, assumindo o protagonismo na organização territorial contemporânea.

O cenário urbano-regional do Arranjo Populacional de Maringá insere-se em uma região de forte proeminência do agronegócio. Nesse contexto, as pequenas cidades desempenham funções vitais como centros de apoio logístico e comercial para as atividades agrícolas, operando como "cidades no campo" plenamente integradas aos circuitos globais de produção. Entretanto, essa dinâmica é marcada por profundas desigualdades socioespaciais: enquanto centros intermediários como Maringá experimentam um crescimento robusto e acumulam infraestrutura, a maioria dos municípios rurais e núcleos menores enfrenta o declínio demográfico, a fragilidade econômica e uma persistente condição de "indefinição política".

A representação do Mapa 23 (Índice de diversidade das atividades de Comércio) consolida Maringá como o principal expoente de diversidade comercial regional, dispondo de uma vasta gama de estabelecimentos que suprem múltiplos estratos e segmentos de consumo. Essa densidade funcional atua como um potente vetor de atratividade, induzindo fluxos de mobilidade do consumo provenientes de núcleos menores, cujos setores terciários locais muitas vezes enfrentam dificuldades para atender às expectativas de variedade e especialização de seus habitantes.

Mapa 23. Índice de diversidade das atividades de Comércio



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018; 2020; 2021

Elaborado pelo Autor, 2026

Tal centralidade econômica, planejada desde a gênese da cidade pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, reforça a hegemonia de Maringá como o "nó" primordial fornecedor de bens e serviços para toda a sua área de influência. Diante dessa acentuada polarização, a análise aponta que o fortalecimento do comércio nos municípios vizinhos — como Sarandi, Paiçandu e Marialva — demanda políticas de gestão supramunicipal fundamentadas na complementaridade funcional.

Essa estratégia é vital para mitigar a dependência econômica extrema em relação ao polo e evitar a concentração excessiva de capitais, promovendo redes de cooperação que valorizem as especializações e potencialidades locais de cada centro urbano, garantindo um sistema territorial regional mais equilibrado e resiliente.

A representação cartográfica do Mapa materializa a distribuição e a classificação dos estabelecimentos comerciais em Maringá, evidenciando uma densidade funcional que a consolida como o principal vórtice de consumo regional. A concentração de atividades em zonas altamente especializadas exerce uma poderosa força de atração sobre o entorno, articulando fluxos econômicos que transcendem os limites administrativos e redefinem a centralidade urbana no Noroeste do Paraná.

A análise detalhada permite identificar padrões de especialização voltados ao comércio de bens duráveis e serviços de alto valor agregado, os quais suprem lacunas de oferta nos núcleos menores caracterizados por uma "urbanização frágil". Essa dinâmica não apenas intensifica os fluxos pendulares cotidianos, mas também válida a posição de Maringá como um nó funcional indispensável para a sustentação da rede urbana regional.

Sob a ótica do planejamento territorial, os dados apresentados reforçam a urgência de políticas públicas voltadas à descentralização comercial e ao fortalecimento das capacidades funcionais dos municípios vizinhos. A promoção de polos comerciais complementares, articulados estrategicamente com o núcleo maringaense, é vital para mitigar a dependência econômica e promover o equilíbrio da rede urbana. Além disso, uma gestão integrada do território torna-se imperativa para gerenciar os impactos da concentração comercial sobre a mobilidade urbana e a infraestrutura, especialmente nas áreas de conurbação.

Historicamente, o interesse acadêmico pelas interações entre cidades médias e pequenas ganhou proeminência a partir da década de 1970, período de profundas transformações no padrão de urbanização brasileiro. Conforme as proposições de Endlich (2006), a intensa mobilidade espacial das populações de pequenos centros urbanos revelou

dimensões socioespaciais anteriormente marginalizadas, situando as pequenas cidades como elos fundamentais de mediação entre o rural e o urbano. Nesse contexto de reestruturação, esses núcleos deixaram de atender apenas às demandas tradicionais do campo para assumirem novos significados econômicos e sociais dentro da divisão territorial do trabalho.

A reestruturação produtiva consolidada a partir da década de 1970 impôs uma ruptura na funcionalidade histórica das pequenas cidades, que deixaram de atender prioritariamente às demandas tradicionais do campo para se tornarem um "exército de reserva rural-urbano" a serviço das metrópoles. Essa transformação alterou qualitativamente o conteúdo desses núcleos: a antiga "cidade dos notáveis" foi substituída pela "cidade econômica", um espaço onde a vida urbana é articulada por profissionais técnicos e especializados — como agrônomos, veterinários e bancários — indispensáveis para a sustentação do agronegócio moderno (Santos, 1994).

Nesse contexto, a definição de "cidade pequena" permanece um desafio para a ciência geográfica, dada a sua fluidez conceitual e forte vínculo com o senso comum e com as classificações estatais. Pesquisas contemporâneas advertem que adotar o porte demográfico como critério exclusivo é um equívoco metodológico, pois núcleos com populações similares podem apresentar formações socioespaciais e dinâmicas econômicas diametralmente opostas.

Por essa razão, o posicionamento teórico-metodológico adotado nesta pesquisa fundamenta-se na Geografia Urbana, em consonância com as proposições de Endlich (2006), ao reconhecer as pequenas cidades como expressões concretas da espacialidade e componentes vitais da rede urbana. Sob essa ótica, esses centros não devem ser analisados de forma isolada, mas sim integrados à compreensão das dinâmicas interurbanas e dos fluxos interescalares que estruturam o território em múltiplas escalas e dimensões.

> [...] a demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente permitido estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico (FRESCA, 2013, p. 19).

As dinâmicas que impulsionam o desenvolvimento regional estão vinculadas ao funcionamento do sistema econômico-social no espaço, cuja lógica é explicada pela localização estratégica e pela interação das atividades econômicas e sociais. O estudo dessas dinâmicas exige a delimitação do conceito de região econômica, operando sob a premissa de que esta unidade territorial cresce ou declina como um todo indissociável.

Dessa maneira, compreender a rede urbana em sua totalidade — observando as localidades em constante interação e movimento — torna-se fundamental para apreender a realidade socioespacial contemporânea. Essa perspectiva reticular permite expandir as fronteiras das teorias urbanas tradicionais, refletindo com maior precisão as profundas mutações que estruturam as economias urbanas modernas.

> Quando eu falo em articular escalas eu falo de um movimento, de dois tipos de movimentos que são necessários e que, às vezes, tem-se dificuldade de distinguir um do outro. Uma primeira, se eu coloco foco no próprio espaço, eu vou ver numa cidade, como é que os fluxos se estabelecem entre elas e outras cidades, ou entre elas e o espaço rural. Outra coisa que eu ponho foco, é nos sujeitos sociais, os sujeitos se movimentam no espaço que articulam cidades entre si, quer dizer, quando eu olho uma cidade, eu também posso tomá-la, desse ponto de vista, quem vai e quem vem, como é que os que aqui vivem se movimentando no espaço (SPOSITO, 2009, p. 47).

A redefinição da rede urbana e das funções desempenhadas pelas pequenas cidades não pressupõe a perda de sua relevância, mas sim a aquisição de novos papéis funcionais no cenário contemporâneo. Propõe-se aprofundar a compreensão das dinâmicas que estruturam o urbano-regional do Noroeste do Paraná, analisando suas conexões e reconfigurações em múltiplas escalas, sob a égide de forças econômicas, políticas e logísticas. As inovações técnicas e a nova natureza das relações econômicas possibilitam e intensificam fluxos entre espaços não contíguos, o que amplia os alcances espaciais e exige novos elementos para a compreensão da hierarquia urbana, a qual não pode mais ser definida exclusivamente pelo porte demográfico.

Nesse contexto, embora a oferta de bens e serviços pelas cidades médias seja um indicador relevante de seu alcance espacial, é imperativo compreender as articulações territoriais mediadas pelos fluxos dos sujeitos sociais. Investigar as demandas desses indivíduos, a frequência de seus deslocamentos e os custos envolvidos nessas jornadas permite uma leitura mais densa sobre a funcionalidade e a centralidade desses núcleos.

Observa-se que os movimentos desses sujeitos entre os núcleos urbanos estão intrinsecamente ligados ao grau de atração que as cidades médias exercem sobre as pequenas. Trata-se de uma polarização cotidiana fundamentada na existência de um mercado de trabalho mais amplo e na oferta de serviços raros e especializados, ausentes nos núcleos de menor hierarquia. Tais deslocamentos configuram o que se denomina migrações pendulares ou jornadas para o trabalho — fluxos regulares que conectam o território em uma lógica de interdependência funcional.

A análise desses fluxos de pessoas entre pequenas cidades e centros médios é, portanto, vital para mensurar o real raio de influência que as capitais regionais exercem sobre seu entorno.

Além disso, a investigação das atividades desempenhadas pelos migrantes pendulares e sua localização interurbana fornece subsídios essenciais para compreender o papel desses centros na organização territorial da rede urbana regional.

As pequenas cidades do Noroeste do Paraná representam um estudo de caso singular para a análise das forças que estruturam, sustentam e tensionam a vida urbana contemporânea. A trajetória dessas localidades, cuja gênese está profundamente vinculada à expansão cafeeira e à atuação de companhias colonizadoras privadas (como a CTNP/CMNP), resultou em uma rede urbana densa e funcional que, na atualidade, enfrenta um persistente declínio demográfico. Esse fenômeno não é meramente estatístico, mas reflete a reescrita da paisagem por processos de globalização e modernização agrícola mecanizada, exigindo uma análise fundamentada em quatro pilares conceituais: a formação socioespacial (o "DNA geográfico" regional), a rede urbana (campo de tensões entre hierarquia e heterarquia), o desenvolvimento local e a gestão supramunicipal.

Para além de suas funções estritamente produtivas, as pequenas cidades possuem um significado social profundo como "lugar" de pertencimento para seus habitantes. Embora a aceleração dos fluxos e a hegemonia de centros maiores possam restringir sua centralidade funcional (*town-ness*), a valorização da sociabilidade — marcada por relações primárias de hospitalidade e solidariedade — converge com perspectivas geográficas que destacam as dimensões afetivas e extraeconômicas do espaço. Assim, compreender esses núcleos exige superar a visão puramente demográfica, reconhecendo-os como espaços de resistência e moradia indispensáveis à reprodução social.

As interações espaciais interescalares observadas no urbano-regional de Maringá revelam a complexidade das cidades médias no sistema urbano nacional. Maringá não apenas polariza seu entorno imediato por meio de um Arranjo Populacional (AP) funcional, mas atua como um centro de gestão do território que articula o local ao global através de infraestrutura logística estratégica (como o Aeroporto Regional) e serviços de alta complexidade em saúde e educação superior. Essa condição reforça sua hegemonia regional, mas também expõe a crescente interdependência e as contradições entre os diferentes níveis da rede.

A análise do Mapa 23 (Índice de diversidade das atividades de Comércio) ilustra como a densidade e a variedade funcional de Maringá sustentam sua capacidade de atração regional. A concentração de estabelecimentos especializados, aliada à oferta de "experiências lúdicas" de consumo (em shoppings e hipermercados), induz intensos fluxos de mobilidade do consumo. No entanto, essa centralidade acentua desafios críticos, como a sobrecarga da infraestrutura

urbana, a pressão sobre os sistemas de transporte coletivo e o aprofundamento das assimetrias socioespaciais e da fragmentação territorial.

Nesse cenário, é imperativo que o planejamento incorpore uma perspectiva interescalar e relacional, capaz de reconhecer a heterogeneidade das funções urbanas e promover a cooperação supramunicipal. A valorização das pequenas cidades como espaços complementares e sinérgicos é fundamental para a construção de uma rede urbana mais equilibrada e resiliente. Por fim, as políticas de integração regional devem ser centradas nos sujeitos sociais e em suas práticas espaciais cotidianas, pois são eles os agentes primordiais que dão vida e movimento às tramas do território.

As interações espaciais interescalares no contexto urbano-regional de Maringá materializam a premência de uma ruptura com as leituras tradicionais de hierarquia urbana, demandando a incorporação de conceitos como heterarquia, conectividade funcional e a produção social do espaço. Ao reconhecer que a centralidade contemporânea é fluida e relacional, o planejamento territorial pode ser reorientado para mitigar as assimetrias socioespaciais, fortalecer as autonomias locais e consolidar sistemas urbanos mais resilientes e integrados.

A produção do espaço no Noroeste do Paraná é o resultado de uma trajetória histórica singular, marcada pela atuação estratégica de companhias colonizadoras privadas (como a CTNP/CMNP), pela estrutura fundiária pautada em pequenas propriedades e pela implantação de uma rede urbana densa e funcional, planejada para dar suporte à economia cafeeira. Essa gênese territorial moldou as atuais dinâmicas interescalares, nas quais Maringá atua como um centro de gestão do território, articulando fluxos que transitam da escala local à global.

Nesta configuração, Maringá exerce uma poderosa polarização funcional sobre seu entorno imediato, especialmente sobre Sarandi, Paiçandu e Marialva. O processo de conurbação — contínua com Sarandi e funcional com os demais — é alimentado por intensos fluxos pendulares cotidianos de trabalhadores, estudantes e consumidores, que buscam no polo serviços especializados e infraestruturas ausentes nos núcleos menores. Tais movimentos consolidam o Arranjo Populacional (AP) como uma unidade territorial integrada, onde a interdependência funcional dissolve as fronteiras administrativo-municipais.

A representação do Mapa 20 ratifica essa centralidade ao evidenciar a densidade e a diversidade das atividades econômicas maringaenses, consolidando a cidade como o principal vórtice de consumo regional. No entanto, essa hegemonia comercial estabelece conexões horizontais com outros centros regionais que possuem vocações produtivas específicas:

- Cianorte/PR destaca-se como o polo produtivo e logístico do setor têxtil.
- Campo Mourão/PR possui relevância estratégica no agronegócio e na oferta de serviços de saúde e educação.
- Umuarama/PR articula a rede por meio da força do agronegócio e do ensino superior.
- Paranavaí/PR atua como o centro regional de referência para a fruticultura e o comércio do extremo norte.

Esse arranjo configura uma rede urbana policêntrica, caracterizada por relações de complementaridade e sinergia que desafiam a lógica de subordinação unívoca. Embora Maringá concentre serviços de alta complexidade e logística aeroportuária, a funcionalidade do sistema regional depende da integração entre essas diferentes especializações.

Diante desse cenário, torna-se imperativa a formulação de políticas públicas que transcendam a escala municipal e foquem na gestão supramunicipal e integrada. O fortalecimento das instâncias de governança compartilhada e o investimento em conectividade multimodal são fundamentais para construir um modelo de desenvolvimento regional mais equânime, capaz de valorizar a pluralidade das pequenas cidades e promover a justiça espacial no Noroeste paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta dissertação configuram-se como um exercício de síntese dialética, no qual se entrelaçam de forma indissociável a fundamentação teórica sobre a produção do espaço, o rigor metodológico das geotecnologias e a análise empírica das dinâmicas regionais do Noroeste do Paraná. O percurso investigativo permitiu concluir que o fenômeno urbano contemporâneo no Brasil não pode mais ser apreendido por meio de modelos de localização absoluta ou hierarquias rígidas. Ao contrário, revela-se como um sistema de redes complexas, em que o espaço se constitui simultaneamente como produto e condição das relações sociais sob a lógica do capital.

No âmbito teórico (Capítulo I), a pesquisa demonstrou que as transformações impulsionadas pelo advento do meio técnico-científico-informacional e pelo regime de acumulação flexível impuseram a superação das leituras geométricas e normativas das Teorias Clássicas de Localização — como os modelos de Von Thünen, Weber e a Teoria das Localidades Centrais de Christaller —, pautadas na distância métrica e na homogeneidade espacial. Ao incorporar o tempo como a "quinta dimensão" do espaço e a compressão espaço-tempo, a investigação evidenciou a emergência do paradigma reticular, caracterizado pela sobreposição de fluxos materiais e virtuais (verticalidades e horizontalidades) que relativizam a contiguidade física. Nesse cenário, ratificou-se que as cidades médias e pequenas desempenham papéis ativos e redefinidos na divisão territorial do trabalho, em que o padrão hierárquico tradicional de comando passa a coexistir dialeticamente com dinâmicas heterárquicas de complementaridade, sinergia e especialização funcional.

Sob a dimensão metodológica (Capítulo II), a dissertação fundamentou a cartografia temática e o geoprocessamento em ambiente SIG — utilizando técnicas estatísticas como a classificação por quebras naturais de Jenks — não apenas como suportes descritivos, mas como instrumentos explicativos e críticos capazes de desvendar as disparidades regionais e os padrões de distribuição espacial. Essa abordagem instrumental permitiu o exame crítico e comparativo dos estudos oficiais do IBGE, destacando a evolução da Região de Influência das Cidades (REGIC 2018) com a incorporação da Teoria dos Fluxos Centrais e a diferenciação entre os processos de town-ness (centralidade local de proximidade) e city-ness (conexões em rede e gestão territorial de longa distância). Da mesma forma, analisou-se a Divisão Urbano-Regional do Brasil (DUR 2021), que hibridizou a conectividade em rede a feições zonais contíguas em três escalas (Ampliada, Intermediária e Imediata), adotando os Arranjos Populacionais como nós indivisíveis da rede e identificando subnúcleos complementares de apoio à gestão.

No plano empírico (Capítulo III), o estudo resgatou a formação socioespacial do Noroeste do Paraná, cuja gênese esteve atrelada à ocupação cafeeira planejada promovida por companhias colonizadoras privadas, com destaque para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Mapeou-se a ruptura desse modelo inicial provocada pela crise do café e pela modernização agrícola conservadora, a qual gerou intenso êxodo rural, esvaziamento demográfico e uma persistente "indefinição política" nas pequenas cidades locais, que foram forçadas a assumir novos papéis como pontos de apoio logístico ao agronegócio ou suporte residencial. Em contrapartida, evidenciou-se a consolidação de Maringá como Capital Regional B de alta densidade funcional e polo de gestão e consumo, que comanda um Arranjo Populacional conurbado e integrado a Sarandi, Paiçandu e Marialva. Demonstraram-se, ainda, as redes de proximidade e complementaridade policêntrica articuladas com centros regionais como Cianorte (polo têxtil), Campo Mourão (saúde e ensino superior), Umuarama (agronegócio) e Paranavaí (fruticultura), acompanhadas do papel logístico do Aeroporto Regional e das centralidades terciárias impulsionadas por planos estratégicos como o Masterplan Metrópole 2047.

- ***A Centralidade Multidimensional de Maringá e a Produção do Espaço de Consumo***

No que concerne à centralidade de Maringá, a investigação comprova a sua consolidação como uma capital regional de alta complexidade, polarizando um Arranjo Populacional (AP) altamente integrado que engloba os municípios conurbados de Sarandi, Paiçandu e Marialva. A produção do espaço maringaense é fortemente estruturada pela geografia do comércio e do consumo, em que modernos aparatos terciários — como shopping centers e hipermercados — funcionam como novas centralidades urbanas capazes de refuncionalizar o tecido urbano e atrair fluxos regionais por meio de “experiências lúdicas e hedônicas” de consumo. Essa hegemonia territorial é corroborada e potencializada por infraestruturas de alcance regional, como o Aeroporto Regional de Maringá, que atua como vetor logístico estratégico para fluxos de pessoas e cargas. Paralelamente, a cultura de planejamento urbano local, capitaneada por coalizões entre elites econômicas e o poder público em planos de longo prazo como o “Masterplan Metrópole 2047”, reflete uma tentativa de preservar a imagem de modernidade e a qualidade urbana do polo, operando, todavia, de forma dialética ao induzir a valorização imobiliária e a consequente segregação socioespacial das populações de menor renda rumo às periferias regionais.

- ***Interações Interescalares, Governança Supramunicipal e Justiça Espacial***

A intensidade dessas interações espaciais interescalares impõe a urgência de uma transição nos modelos de governança, migrando de abordagens político-administrativas fragmentadas para uma lógica de gestão supramunicipal integrada. As disparidades socioespaciais nítidas entre o núcleo polarizador e as pequenas cidades vizinhas evidenciam que a aceleração técnica e informacional do período contemporâneo ocorre de forma seletiva e assimétrica, tendendo a aprofundar a marginalização de núcleos desprovidos de "capital relacional" e de base econômica diversificada, que frequentemente lidam com o declínio demográfico e a perda de suas funções tradicionais. A rede urbana, operando simultaneamente como meio, condição e reflexo da acumulação flexível, demanda a formulação de políticas públicas integradas que transcendam a escala municipal para mitigar a produção desigual do espaço e promover a equidade regional. O conhecimento geográfico produzido nesta dissertação constitui, dessa forma, um subsídio crítico para que o planejamento territorial do século XXI frente à velocidade dos fluxos globais sem desconsiderar a dignidade e a coesão social nos lugares que formam o mosaico regional.

- ***Complexidade Urbano-Regional e Rigor Metodológico***

A compreensão das dinâmicas urbano-regionais contemporâneas exige a superação das leituras tradicionais de localização absoluta, baseadas unicamente em hierarquias rígidas e na contiguidade geográfica. A articulação dialética entre fundamentos teóricos clássicos e contemporâneos revela que o avanço técnico-científico-informacional e a globalização reconfiguram o território, gerando novos processos de heterogeneidade e fragmentação, mas abrindo também oportunidades para a cooperação horizontal, a heterarquia e a complementaridade funcional entre os centros urbanos. O caso do Noroeste do Paraná e do Aglomerado Urbano de Maringá ilustra como o consumo, o comércio e o planejamento produzem novas centralidades e fluxos interurbanos, evidenciando as contradições intrínsecas ao capitalismo, no qual o espaço é concebido como produto, condição e meio das relações sociais. Sob o plano metodológico, a pesquisa validou a cartografia temática e o geoprocessamento (SIG) como ferramentas explicativas fundamentais que, integradas aos estudos institucionais do IBGE, como a REGIC (2018) e a Divisão Urbano-Regional (DUR

2021), tornaram-se indispensáveis para descortinar as interações interescalares e decodificar as assimetrias que reestruturam a rede urbana brasileira.

No plano empírico, a centralidade de Maringá destaca-se como uma capital regional de forte poder polarizador, cuja hegemonia é sustentada por uma densa oferta de serviços especializados em saúde, educação, cultura e comércio, formando arranjos populacionais funcionais com municípios vizinhos como Sarandi, Paiçandu e Marialva. Em contraste, as pequenas cidades da região, embora afetadas pelo esvaziamento demográfico e por uma "indefinição política", não perdem sua relevância; elas assumem novos papéis como pontos de apoio logístico ao agronegócio e mantêm um significado social profundo como "lugar" de moradia e resistência para seus habitantes. Por fim, a dissertação conclui que o planejamento territorial futuro exige uma abordagem de gestão supramunicipal e interescalar, capaz de mitigar a produção desigual do espaço e promover estratégias de cooperação que valorizem a complementariedade entre os diferentes nós da rede urbana.

- ***Planejamento Territorial e Integração Funcional no Aglomerado Urbano***

A análise das dinâmicas urbano-regionais no Noroeste do Paraná corrobora que o planejamento territorial não deve se restringir aos limites político-administrativos municipais, impondo-se a necessidade de uma gestão supramunicipal e interescalar. Esse imperativo decorre do fato de que Maringá, ao se consolidar como uma capital regional de elevada densidade funcional, estabelece uma profunda teia de interdependência com os municípios de seu entorno imediato, como Sarandi, Paiçandu e Marialva. Nessa aglomeração conurbada, os intensos fluxos pendulares cotidianos de trabalhadores, estudantes e consumidores diluem as fronteiras municipais físicas, integrando os tecidos urbanos e unificando as dinâmicas funcionais dessas localidades.

- ***A Transição da Hierarquia para a Heterarquia Urbana***

Nesse cenário, a transição dos modelos rígidos e piramidais de hierarquia urbana para as lógicas de heterarquia possibilita compreender a rede regional sob uma perspectiva policêntrica. Conquanto Maringá exerça uma polarização hegemônica ao concentrar serviços de saúde de alta complexidade, ensino superior de referência e infraestrutura logística singular, como o Aeroporto Regional, os outros centros regionais atuam de forma complementar e

sinérgica na rede. É o caso de Cianorte, que se destaca de modo estratégico como polo produtivo e comercial do setor têxtil, e de Campo Mourão, cuja centralidade se ancora no agronegócio e em funções de suporte regional. Logo, a sustentabilidade do desenvolvimento regional depende da capacidade de articulação horizontal e cooperação entre esses nós, superando a subordinação linear por um sistema reticular de conectividade territorial.

- ***Papéis e Significados das Pequenas Cidades no Espaço Regional***

Por outro lado, a trajetória histórica das pequenas cidades expõe a faceta contraditória da modernização agrícola e da aceleração técnica. Se, sob a ótica do capital, tais dinâmicas integram a região aos circuitos produtivos globais, sob a ótica social elas desencadearam um persistente esvaziamento demográfico e uma condição de "indefinição política" diante do planejamento metropolitano. Não obstante essa fragilidade funcional, a pesquisa evidencia que as pequenas localidades mantêm um papel de suma importância como "lugar" de pertencimento, sociabilidade e reprodução social das populações locais. Elas funcionam como pontos de apoio logístico ao meio rural e moradia para contingentes de trabalhadores, oferecendo uma escala de vida pautada por dimensões simbólicas e afetivas que a racionalidade estritamente econômica do capital tende a marginalizar.

- ***Metodologia Integrada e a Epistemologia Geográfica***

Em termos analíticos, a integração de ferramentas metodológicas como a cartografia temática, o geoprocessamento (SIG) e as bases de dados institucionais da REGIC e da Divisão Urbano-Regional (DUR) constitui o caminho mais profícuo para a realização de diagnósticos territoriais precisos. Ao aproximar teoria e técnica, a ciência geográfica fornece subsídios fundamentais para a formulação de políticas públicas eficazes, capazes não apenas de decodificar as redes e fluxos, mas de conceber intervenções voltadas à equidade espacial, atenuando as fragmentações e desigualdades inerentes à produção contemporânea do espaço.

- ***Planejamento Territorial e Justiça Espacial***

A reflexão em torno do planejamento territorial sob a égide da justiça espacial descortina os limites e as potencialidades das políticas voltadas à rede urbana brasileira. A

constatação de que a aceleração técnica é seletiva e induz o desenvolvimento desigual exige que o planejamento seja estruturado como um processo multiescalar. Nesse contexto, a governança supramunicipal transcende a mera esfera burocrático-administrativa para se consolidar como um campo de disputa política e social, no qual são negociadas as prioridades de investimento em infraestrutura, inclusão social e distribuição de recursos no território.

- ***Dimensões Qualitativas e o Direito ao Lugar***

Ademais, faz-se imperativo incorporar as dimensões qualitativas ao arcabouço do planejamento urbano-regional, compreendendo que a centralidade não se esgota em métricas demográficas ou índices econômicos. Urge considerar os aspectos subjetivos, culturais, simbólicos e ambientais que tecem o cotidiano nos lugares. A apreensão da cidade como espaço de consumo, mas simultaneamente como espaço de resistência, reitera a necessidade de políticas que assegurem o direito de permanência no território e promovam a dignidade e a coesão social diante da fragmentação socioespacial.

- ***Epistemologia das Geotecnologias e Cartografia Crítica: Do Instrumento Técnico ao Dispositivo de Emancipação***

Do ponto de vista metodológico, esta dissertação sustenta que o vertiginoso avanço das geotecnologias não pode prescindir de uma rigorosa crítica epistemológica. A incorporação de ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), os Modelos Numéricos de Terreno (MNT) e o emprego de técnicas estatísticas avançadas — a exemplo da classificação por quebra natural de Jenks para a segmentação de disparidades regionais — é incontornavelmente imprescindível para a análise espacial contemporânea. Todavia, esses recursos técnicos jamais devem ser instrumentalizados de forma isolada, sob o risco de reificarem o espaço geográfico como um receptáculo neutro ou mero suporte geométrico, emulando os limites do paradigma neopositivista da Geografia Teorética-Quantitativa.

A apreensão rigorosa da realidade exige que a técnica seja organicamente subsumida pela interpretação teórica e pela historicidade dos processos sociais. Nesse sentido, a análise do Urbano-Regional do Noroeste paranaense apoia-se no método do materialismo histórico-dialético, adotando a categoria de Formação Socioespacial (FSE) proposta por Milton Santos. A FSE funciona como um mediador indispensável entre as leis universais do modo de produção

capitalista e as particularidades geográficas historicamente situadas. Assim, os mapas gerados nesta pesquisa deixam de ser encarados como simples espelhos descritivos ou inventários passivos da distribuição de fixos e fluxos.

Sob a perspectiva da cartografia crítica, o mapa é decodificado como uma construção social e política, intrinsicamente atravessada por relações de poder e julgamentos de valor. Historicamente, a cartografia oficial operou como instrumento de controle e ordenamento do território a serviço de interesses hegemônicos. No entanto, a apropriação política de metodologias cartográficas alternativas — inspiradas pelas práticas de contra-mapeamento e pelo desenvolvimento de SIG participativos — redefine o mapa como um dispositivo de emancipação e de resistência para os sujeitos subalternizados. Ao evidenciar visualmente as desigualdades socioespaciais ocultas, as assimetrias na distribuição dos equipamentos de saúde de média e alta complexidade, a seletividade dos investimentos públicos em mobilidade e a segregação imposta pela especulação imobiliária, a cartografia crítica emancipa o olhar geográfico e subsidia práticas de planejamento territorial integrado e supramunicipal fundamentadas na justiça espacial.

A integração sistemática entre o levantamento técnico de dados institucionais — consubstanciado na análise comparativa entre as pesquisas sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC 2018) e a Divisão Urbano-Regional (DUR 2021) do IBGE — e a cartografia temática demonstrou ser o caminho mais profícuo para decodificar as "verticalidades" que estruturam o território. Ao articular a precisão geométrica à densidade teórica, a ciência geográfica consolida sua vocação crítica, fornecendo as bases necessárias para que o planejamento territorial não seja um instrumento de reprodução das desigualdades, mas sim um canal para a restauração da dignidade humana no cotidiano dos lugares.

- ***Agenda de Pesquisa: Horizontes e Desafios para a Investigação Urbano-Regional***

Os resultados consolidados nesta dissertação não encerram as discussões sobre a rede urbana contemporânea, mas, ao contrário, descortinam uma agenda complexa de investigação científica que abre caminhos promissores para futuras pesquisas em múltiplas frentes analíticas:

1. **Aprofundamento Epistemológico das Heterarquias Urbanas**

A transição paradigmática da rigidez das redes hierárquicas clássicas para a emergência do par hierarquia/heterarquia demanda investigações empíricas aprofundadas em

diferentes formações socioespaciais brasileiras. Torna-se imperativo examinar como as lógicas heterárquicas — pautadas em relações horizontais, de complementaridade funcional e de sinergia entre cidades — operam em contextos regionais distintos do Noroeste paranaense, comparando as especificidades das articulações locais com as determinações da escala nacional Essa análise comparativa permitirá refinar o instrumental conceitual da intermediação urbana, avaliando em que medida as cidades médias de outras regiões brasileiras comandam redes policêntricas e como as pequenas cidades redefinem seus papéis e atenuam sua subordinação funcional.

2. Reconfiguração das Centralidades pelos Fluxos Digitais e Virtuais

A compressão espaço-tempo característica do meio técnico-científico-informacional exige que a Geografia Urbana explore as metamorfoses induzidas pela expansão dos fluxos digitais, informacionais e financeiros. Recomenda-se investigar de que forma a disseminação do comércio eletrônico (e-commerce), o avanço da bancarização virtual e a circulação instantânea de dados reconfiguram as centralidades urbanas tradicionais. Embora a produção de conteúdo na Internet e as instâncias de comando financeiro permaneçam fortemente concentradas nas metrópoles nacionais, as cidades médias assumem novas atribuições logísticas de distribuição física e recebem vultosos investimentos corporativos. Urge mapear como esses fluxos imateriais e deslocalizados relativizam a fricção do espaço-distância, alteram os comportamentos de consumo regionais e afetam a sobrevivência do comércio de rua convencional nos pequenos núcleos urbanos "curto-circuitados" pelas redes digitais.

3. Mercantilização do Espaço, Consumo e Mobilidade Fragmentada

A relação dialética entre a mobilidade do consumo e a produção desigual do espaço permanece como um campo de reflexão teórica e empírica de grande relevância. Em contextos de crescente mercantilização do espaço, onde o próprio território é convertido em mercadoria para a reprodução contínua do capital imobiliário e comercial, as centralidades fechadas (como shopping centers e hipermercados) tornam-se vetores de segregação. Sugere-se aprofundar o estudo das práticas espaciais dos sujeitos (trabalhadores, estudantes e consumidores) que realizam movimentos pendulares diários nas aglomerações urbanas. Investigar as fricções, as incompletudes e as contradições desses percursos são vitais para compreender como o consumo lúdico espetacularizado mascara a fragmentação socioespacial e a exclusão daqueles que

realizam apenas o "consumo do espaço" ou "consumo do lugar", privados do efetivo direito à cidade e do pertencimento aos territórios que cotidianamente ajudam a produzir.

4. O Significado do Lugar e a Gestão Supramunicipal nas Pequenas Cidades

Finalmente, diante do persistente declínio demográfico e do esvaziamento funcional das pequenas cidades provocado pela modernização agrícola mecanizada, impõe-se a necessidade de resgatar o significado do espaço local como "lugar" de afeto, resistência e reprodução da vida social. As futuras pesquisas devem se debruçar sobre os limites da escala político-administrativa municipal e investigar as potencialidades das articulações supramunicipais e dos consórcios intermunicipais como estratégias de cooperação territorial. Trata-se de avaliar como a governança integrada e horizontal pode viabilizar serviços de saúde especializados, educação superior e infraestruturas logísticas nas pequenas localidades sem submetê-las à subordinação unívoca ou à "indefinição política", garantindo a autonomia coletiva, a justiça espacial e o direito ao lugar no mosaico urbano-regional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ângela M.V. de. Escala de mapa: passo a passo do concreto ao abstrato. *Orientação*, São Paulo, n. 6, p. 39-48, nov. 1985.

ACSELRAD, Henri. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALEGRE, Marcos. Estatística e Geografia. *Geografia*, Londrina, v. 1, n. 1, p.40, dez. 1983.

ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edison. Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. *Revista Geografia*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2002.

ARCHELA, Rosely Sampaio. Mapa - instrumento de comunicação e pesquisa: análise de representações gráficas no curso magistério em Londrina-PR. 1993. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BARROS, Terezinha Silveira Ramalho; AGUIAR, Valéria Trevizani Burla. Orientação espacial ou desorientação espacial?. 1995. *Trabalho de Conclusão de Curso* - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. São Paulo*: Editora Zahar*, 2009.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: *Hucitec*, 1999.

BRENNER, Neil. *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. The “urban age” in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 3, p. 731-755, 2014.

BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde*: théorie et pratique de la géographie. Paris: Belin, 2001

BELLET, Carmen Sanfeliu; OLAZABAL, Eduardo. Las ciudades intermedias en España: dinámicas y procesos de urbanización recientes. In: BELLET, Carmen Sanfeliu; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica*. Santiago: Instituto de Geografía Pontificia Universidad Católica de Chile / 1 GEO libros, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.

BELLET, Carmen Sanfeliu. Del concepto "ciudad media" al de "ciudad intermedia" en los tiempos de la globalización. In: BELLET, Carmen Sanfeliu; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Universitat de Lleida, España, 2009.

BELLET, Carmen Sanfeliu *et al*. Reestructuración y cambio en dos centros comerciales tradicionales. Visiones comparadas: Presidente Prudente (Brasil) y Lleida (España). In: BELLET, Carmen Sanfeliu *et al*. *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias | Urbanização, produção e consumo em ciudades médias/intermediárias.* Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline; SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Geoprocessamento e ambiente. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n.20, p.104-110, 1995.

BICUDO JR, Edison. C. O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOBATO, Zaqueu Luiz. *Retração da cafeicultura e expansão das commodities: transformações produtivas no Paraná (1970–2017).* Curitiba: UFPR, 2018.

BRITO, Sérgio Gonçalves. *Corrida de Orientação: uma verdadeira caça ao tesouro*. 5. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

CALLAI, Helena Copeti. Os estudos sociais e a construção da noção de espaço. *Revista Espaços da Escola*, UNIJUÏ, n. 7, p. 21-27, jan./mar. 1991.

CAMAGNI, Roberto. Organisation économique et reseux de villes. In: SALLEZ, Allan (Org.). *Lês villes, lieux d'Europe*. Paris: DATAR, 1993.

CAMAGNI, Roberto. Strutture urbane gerarchiche e reticolare: verso una teorizazzione. In: CURTI, F.; DIAPPI, L. (Orgs.). *Gerarchie e reti di città: tendenze e politiche*. Milão: Franco Angeli, 1990.

CAMAGNI, Roberto. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, Roberto; DE BLASIO, G. (Org.). *Le reti di città Teoria, politiche e analisi nell'area padana*. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.

CAMAGNI, Roberto. On the concept of territorial competitiveness: sound or misleading? *Urban Studies*, v. 39, n. 13, p. 2395-2411, 2002.

CAPEL, Horacio. De las funciones urbanas a las dimensiones básicas de los sistemas urbanos. *Revista de Geografía*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 2, 1972, p. 218-248.

CAPEL, Horacio. La red urbana española, *1950-1960*. 1972. *Tesis de Doctorado* - Universidad de Barcelona, [s.l.].

CASAS, Joan Ganau; IBARZ, Joan Vilagrasa. Ciudades medias en España: posición en la red y procesos urbanos recientes. In: Colección Mediterráneo Económico: *Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. Almería: Caja Rural Intermediterrámea, Sdad. Instituto de Estudios Socioeconómicos de Cajamar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CATALÃO, Igor de França. Diferença, Dispersão E Fragmentação Socioespacial: Explorações Metropolitanas Em Brasília E Curitiba**.** *Tese de Doutorado em Geografia*. Universidade Estadual Paulista – FCT / UNESP - Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Presidente Prudente/SP, 2013 [s.n.].

CATELAN, Márcio José. *Heterarquia Urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CATELAN, Márcio José; NOVACK, Paula Neumann; SPOSITO, Eliseu Savério; MATSUTANE, Thiago Yugo Nagai. As cidades se encontram: conurbação, periferia e mobilidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). *Estruturas espaciais em tensão: da cidade centro-periférica à cidade fragmentada.* Ed. Consequência. Rio de Janeiro, 2025.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. *Revista Geografia*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 45–62, 2012.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: LEMOS, Amália Inês G.; SILVA, Maria Adélia Aparecida de. *Cidades médias: espaços em transição***.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23–33.

CORRÊA, Roberto Lobato. DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, ESCALA E PRÁTICAS ESPACIAIS. *CIDADES*, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Rede Urbana: Reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado.* Rio de Janeiro: Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1995.
Corrêa, Roberto Lobato. Repensando a teoria das localidades centrais. In: MOREIRA, Ruy (org.). *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (Orgs.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

DEMATTEIS, Giuseppe. La ciudad difusa. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Org.). *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Le metafore della Terra. La geografia umana tra mito e scienza*. Milão: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Org.). *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 17-33.

DOMÈNECH, Rafael Boix. Redes de Ciudades y Externalidades. 2003. *Tesina de doctorado* - Universitat Autònoma de Barcelona, Departament d'Economia Aplicada, [s.l.].

DRUCKER, Peter F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

DUARTE, Paulo Araújo. *Cartografia temática*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. 145 p.

ENDLICH, Ângela Maria. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, Marcos Clair; TOWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues da (Orgs.). *Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios.* Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2017. p. 33-54.

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. 2006. *Tese (Doutorado em Geografia)* - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da FCT / UNESP, Presidente Prudente/SP, 2006.

FERNANDES, Jeferson S.; CATELAN, Márcio José Veríssimo. Cidades médias e as expressões da hierarquia-heterarquia no sistema urbano brasileiro. *Revista Mercator*, Fortaleza, V. 22, e22013, 2023.

FRAGO, Lluís i Clols. Centralidad capitalidad y metropolitanización: las ciudades medias catalanas. In: *Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. pp. 265-282.

FRAGO, Lluís i Clols. Expectativas y limitaciones del planeamento urbano en Cataluña: El caso de la Llei de barris (2004-2014) e. O. las ciudades medias catalanas. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, n. 9, pp. 139-159, 2016.

FRAGO, Lluís i Clols. Las Ciudades medias y las condiciones para una gentrificación comarcal. In: *La cuestión del centro, el centro en cuestión*. Lleida: Milênio, 2010. pp. 165-178.

FRAGO, Lluís i Clols. Los centros históricos de ciudades medias: crisis comercial y desvalorización del centro de Valls. In: *Barcelona i Sao Paulo cara a cara: procesos metropolitanos a la hora de la globalización*. Mataró: Editorial Davinci, 2006. pp. 153-166.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, número especial, dez. 2010.

FRESCA, Tânia Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana paranaense. In: BOVO, Marcos Clair; TOWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues da (Orgs). *Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios.* Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013.
GONÇALVES DA SILVA, Douglas Vinicius; SANTOS, Daniela Alves dos; ORTIZ, Thiago Alberto. Cafeicultura brasileira: do auge ao declínio, com foco no cenário paranaense. Revista Noroeste, Maringá, v. 14, n. 1, p. 77–95, 2020.

FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class*. New York: Basic Books, 2002.

GHIZZO, Márcio. Roberto. *A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GHUIZZO, Márcio Roberto; RIBEIRO, Vitor Hugo. A Produção da Cidade de Maringá-PR (Brasil) como um Polo Terciário: Rompendo Fronteiras. *Perspectiva Geográfica*, Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 165-174, 2016.

GHIZZO, Márcio Roberto. O comércio e o consumo na produção da cidade: estudo sobre o Aglomerado Urbano de Maringá (PR). In: BOVO, M. C; COSTA, F. R. (Orgs.). *Estudos urbanos: conceitos, definições e debates.* Campo Mourão: Unespar/Fecilcam, 2017. P. 117 a 147.

GUERRA, Antônio Teixeira. Leitura de cartas: tipos de cartas gerais, escalas, convenções cartográficas, tipos de projeções, canevá e orientação**.** *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 184, p. 129-139, jan./fev. 1965.

GUERRA, Antônio Teixeira. Valor dos mapas no desenvolvimento regional. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 187, p. 642-643, jul./ago. 1965.

Harley, John Brian. & Woodward, D. *History of Cartography*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2. Toronto: University of Toronto Press, 1989, p. 1-20.

HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 2001.

HARLEY, John Brian. Maps, Knowledge, and Power. In: COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen (eds.). *The Iconography of Landscape: Essays on the Symbolic Representation, Design and Use of Past Environments*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988.

HARLEY, John Brian.; WOODWARD, D. (eds.). The History of Cartography, vol. 1: *Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

HARLEY, John Brian. Cartography, ethics and social theory. *Cartographica*, v. 27, p. 1-23, 1990a.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*. New York: Routledge, 2001.

SANTOS, Iann Dellano e CASTILHO, Denis. Sinergias em redes urbanas: complementaridades e competitividades. [in] R*evista Geografares* [online], 38 | 28 junho 2024, acesso em 09 setembro de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *CENSO DEMOGRÁFICO*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *CENSO DEMOGRÁFICO*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão urbano-regional: procedimentos operacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão Urbano-Regional do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas* -2017. Rio de Janeiro. IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE CIDADES*, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Regiões de Influência das Cidades* - 1972. Rio de Janeiro. IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Regiões de Influência das Cidades* -1993. Rio de Janeiro. IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Regiões de Influência das Cidades* -2007. Rio de Janeiro. IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Regiões de Influência das Cidades* -2018. Rio de Janeiro. IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Tipologia intraurbana. Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEFEBVRE, Henri**.** *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

Lefebvre, Henri**.** A Revolução Urbana. Belo Horizonte: *Editora UFMG*, 1999.

LÖSCH, August. *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*. Jena: Gustav Fischer, 1940.

MARTINELLI, Marcello. *As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos*. 1999. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINELLI, Marcello. *Cartografia temática: caderno de mapas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MARTINELLI, Marcello. *Mapas e gráficos: construa-os você mesmo*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

MARTINELLI, Marcello. *Os mapas da geografia e cartografia temática*. São Paulo: CONTEXTO, 2003.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich**.** *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, Cesar Miranda; TÖWS, Ricardo Luiz. O papel das cidades pequenas na rede urbana paranaense. In: BOVO, Marcos Clair; TOWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues da (Orgs). *Estudos urbanos em perspectivas: reflexões, escalas e desafios*. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013.

MELAZZO, Everaldo**.** *Dinâmica imobiliária e economia política da cidade*. São Paulo: Contexto, 2019.

MELAZZO, Everaldo Santos. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital em cidades médias brasileiras. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. especial, p. 29-40, 2013.

MIYAZAKI, Vanderlei Eduardo; WHITACKER, Arthur Magon. *Aglomeração urbana: fluxos e limites político-administrativos*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), 9., 2005, Manaus. *Anais...* Manaus: UFAM, 2005.

MONCLÚS, Francisco Javier (Org.*). La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 1983.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. (1994). Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In M. S. Santos, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Ed.), *Território: globalização e fragmentação* (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur.

MONTE-MÓR, Roberto Luís (2003). Urbanização Extensiva e Novas Fronteiras Urbanas no Brasil. In E. Rassi Neto & C. M. Bógus (Eds.), *Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada* (Vol. 3, pp. 79-95). Brasília, DF: Organização Mundial de Saúde (OMS): Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil.

MONTE-MÓR, Roberto Luís (2004). *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia.* Unpublished Ph.D., University of California, Los Angeles (UCLA), Los Angeles.

MONTENEGRO, Marina Regitz. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. 2006. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2006.

MOURA, Rosa. Inovações municipais em tempos de democratização e crise: novos cenários da gestão urbana. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 5., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 1993.

MOURA, Rosa. O complexo diálogo entre o urbano e o regional. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 5-26, 2016.

MOURA, Rosa. Inovações municipais em tempos de democratização e crise: novos cenários da gestão urbana. In: *Encontro Nacional da ANPUR***,** 5., 1993, Belo Horizonte.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PELUSO, Nancy Lee. Whose Woods are These? *Counter-Mapping Forest Territories in Kalimantan, Indonesia.* Antipode, v. 27, n. 4, p. 383-406, 1995.

PORTER, Michael E. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press, 1990.

ROBINSON, Arthur H. *Elements of Cartography***.** New York: Wiley, 1952.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton. et al. (Org.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2. ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade no Brasil: a urbanização recente. *Revista GeoSul*, Florianópolis, v. 3, nº 5, p. 85-100, 1988.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Singer, Paul**.** *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. *Cidades pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão**.** *A cidade e a fragmentação socioespacial*. São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *CIDADES*, v. 3, n. 5, p. 143-157, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação socioespacial à fragmentação socioespacial. 2019. Trabalho apresentado no *2019 Congress of the Latin American Studies Association*, Boston, USA, May 24-27, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATELAN, Márcio José. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. *Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium*, Ituiutaba, v. 5, n. 2, p. 556-574, July/Dec. 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *GEOGRAFIA*, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo*. 2005. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

TAYLOR, P. J.; HOYLER, M. (2021). Lost in Plain Sight: Revealing Central Flow Process in Christaller's Original Central Place Systems. Regional Studies, 55(2), 345-353.

THÜNEN, Johann Heinrich von. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*. Hamburg: Friedrich Perthes, 1826.

THÜNEN, Johann Heinrich von. *The isolated state*. Tradução de Carla M. Wartenberg. Oxford: Pergamon Press, 1966.

VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

WEBER, Alfred. *Über den Standort der Industrien*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1909.

WEBER, Alfred. *Theory of the location of industries*. Chicago: The University of Chicago Press, 1929.

WEBER, Max. *A cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.